

**unesp**  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara - SP

**SONIA MARIA GOMES SAMPAIO**

UMA ESCOLA (IN)VISÍVEL: Memórias de professoras  
Negras em Porto Velho no Início do Século XX



ARARAQUARA – SP  
2010

**SONIA MARIA GOMES SAMPAIO**

**UMA ESCOLA (IN)VISÍVEL: Memórias de Professoras  
negras em Porto Velho no início do Século XX**

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Araraquara, sob a orientação do Professor Dr. RICARDO RIBEIRO.

ARARAQUARA – SP  
2010

Sampaio, Sonia Maria Gomes

Uma escola (in)visível: memórias de professoras negras em Porto Velho  
no início do Século XX / Sonia Maria Gomes Sampaio – 2010

145 f.; 30 cm

Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual

Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Ricardo Ribeiro

1. Escola. 2. Memória. 3. Professoras. 4. Barbadianos. 5. Alto do Bode.  
6. Invisibilidade. I. Título.

**SONIA MARIA GOMES SAMPAIO**

**UMA ESCOLA (IN)VISÍVEL: Memórias de Professoras  
Negras em Porto Velho no início do Século XX**

**I**

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Araraquara, sob a orientação do Professor Dr. RICARDO RIBEIRO.

**[Política e Gestão Educacional]**

Data de defesa: \_\_\_\_\_

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Prof. Dr. RICARDO RIBEIRO**

Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara

---

**Membro Titular: Prof. Dra. Lúcia Helena Oliveira Silva**

Universidade Estadual Paulista – Campus de Assis

---

**Membro Titular: Prof. Dra. Marisa Martins Gama Khalil**

Universidade Federal de Uberlândia

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes**

Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara

---

**Membro Titular: Prof. Dra. Sueli Aparecida Itman Monteiro**

Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
**UNESP – Campus de Araraquara**

À minha avó por ter me ensinado a ouvir e a contar histórias de gente;  
Aos meus pais Creuza Sampaio e Raimundo Sampaio;  
Ao meu filho Pedro Sampaio, um anjo moreno de sorriso largo;  
Às professoras por terem me emprestado suas memórias e outras vozes  
A todas as flores que matizaram o meu caminho;

## AGRADEÇO

À minha família alargada e de coração: Solange, Sandra, Glayde, Artur Neto, Maria Gomes, Wany Sampaio, Carla Martins, Rejane Silva e Roberto Carlos Farias, *in memoriam*, que soube passar de forma elegante pela vida;

Ao Professor Ricardo Ribeiro por ter-me aceito como orientanda e pela positividade com que trata a todos;

Às mais que amigas Marisa Martins Gama Khalil e Mara Genecy Centeno Nogueira pelo apoio e preciosas contribuições ao longo das conversas;

Aos professores João Augusto Gentilini e Marilda da Silva pelas conversas e contribuições, além das boas risadas.

Às minhas amigas da Área de Literatura: Ana Felipini, Fátima Molina, Cynthia Barra e Heloisa Siqueira;

Aos colegas do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que torceram pela minha qualificação e aprovaram meus afastamentos;

Aos colegas de Doutorado que nos ensinam sempre no exercício da convivência;

Ao professor Miguel Nenevé, pela dedicação na resolução e encaminhamento dos problemas vivenciados pela turma do DINTER, nos dois primeiros e mais difíceis anos de coordenação local do Curso Interinstitucional de Doutorado, e à professora Carmen Tereza Velanga, que o substituiu;

Ao professor Edson-Tamoio-Inforsato, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP, pela generosidade e “fiança” simbólica que nos garantiu moradia em Araraquara, por ocasião do Estágio Doutoral;

Aos colegas Mário Venere, meu Anjo da Guarda no Doutorado, José Carlos, o disciplinado e George, o bem humorado;

Aos amigos João José e Wilson Barbosa pelas oportunidades;

Remota memória

Aos meninos de outrora  
nada escapa à memória  
viva do lugar  
aos meninos de agora  
algo apaga a história  
antiga por contar

Binho

## RESUMO

A presente tese trata inicialmente da tentativa de reconstituição e apresentação de uma escola no início do século XX, em Porto Velho, a partir das memórias contidas nas narrativas/depoimentos das professoras negras, descendentes de trabalhadores barbadianos que chegaram para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – E.F.M.M, e que foram alunas da chamada escola dos categas, abrigada nos vários espaços do morro do Alto do Bode e que apresentava um modelo de educação não contemplado, pois a cidade não tinha escolas. O objetivo do estudo é apresentar, além da escola, as memórias de três professoras, sujeitos da pesquisa, sobre o funcionamento e os aspectos pedagógicos que fundamentavam a prática escolar, bem como o aspecto móvel, posto que a escola não funcionasse em um lugar fixo. Analisar as memórias como substância social do processo histórico vivenciado e como guardião do individual e do coletivo em relação a outros aspectos como: linguagem, identidade, afetividade, religião, valores, concepções de mundo se fez também nosso objetivo. A tese divide-se em quatro seções: a primeira trata da ocupação e exploração dos espaços amazônicos até o início da E.F.M.M.; a segunda apresenta os barbadianos, o espaço em que viviam, a escola que construíram e a forma como pensavam e faziam educação; a terceira constitui-se na apresentação e análise das memórias sobre a escola e outras categorias; a quarta mostra como se deu a tentativa de apagamento do morro do Alto do Bode e a tentativa de invisibilizar, pelo governo, as marcas sociais deixadas pelos barbadianos. Dessa forma, a tese traz à tona a história da educação dos barbadianos vindos para a construção da E.F.M.M., e a complexidade de construir e viver o social amazônico.

**Palavras-chave:** Escola. Memória. Professoras. Barbadianos. Alto do Bode. Invisibilidade.

## ABSTRACT

The present thesis initially deals with the attempt of reconstitution and presentation of a school at the beginning of the XXth. century in Porto Velho, based on the memories contained in the narratives/depositions of the negro teachers descending from Barbadian workers who came for the construction of the E.F.M.M Madeira-Mamoré railroad. These teachers were pupils of the so called categas' school, sheltered in some spaces of the Alto do Bode (Goat Hill) which presented a model of education not contemplated, once the city did not have schools. The objective of the study is to present, beyond the school, the memories of three teachers on the pedagogical functioning and aspects that based the school practice, as well as the mobility aspect, given that the school was not located in a fixed place. To analyze the memories as social substance of the lived historical process and as an individual and collective guardian relating to other aspects such as: language, identity, affectivity, religion, values, world conceptions also made up our objective. The text is divided in four sections: the first one deals with the occupation and exploration of the Amazonian spaces until the beginning of E.F.M.M.; the second section presents the Barbadians, the space where they lived, the school they built and the way they thought and made education; the third one consists of the presentation and analysis of the memories around the school and other categories; the fourth shows how the attempt to erase the Alto do Bode and the attempt of the government to make it invisible, the social marks left by the Barbadians. This way the thisis bring to light the barbadian education history who came with the E.F.M.M railroad builand the complexity of the amazonic social building and living.

**Key-words:** School, Memory, Teachers, Barbadians, Alto do Bode, Invisibility.

## RÉSUMÉ

Cette thèse cherche initialement à reconstituer et présenter une école au début du XX siècle à Porto Velho, au départ des mémoires des récits de professeurs noirs descendants des travailleurs barbadiens qui sont venus travailler dans la construction de la « Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – E.F.M.M. », et qui étaient des étudiants à l'école appelée « dos categas » logée dans des espaces différents de la colline « Alto do Bode » et qui présentait un modèle d'éducation n'est pas envisagé, car la ville n'avait pas des écoles. L'objectif de cette étude est de présenter, au-delà de l'école, les mémoires de trois professeurs, les sujets de la recherche, du fonctionnement et des aspects pédagogiques qui soutenaient la pratique de l'école, ainsi comme l'aspect mobile, puisque l'école ne fonctionne pas dans un endroit fixe. Analyser les mémoires en tant que substance sociale du processus historique expérimenté et comme le gardien de l'individuel et du collectif par rapport à d'autres aspects comme le langage, l'identité, l'affection, la religion, les valeurs et les visions du monde est aussi notre but. Le texte de la thèse est divisé en quatre sections dont la première traite de l'occupation et exploitation des espaces amazoniques jusqu'au début de la E.F.M.M.; la seconde présente les Barbadiens, l'espace dans lequel ils vivaient, l'école qu'ils ont construit et comment ils pensaient et ils faisaient l'éducation; la troisième se constitue de la présentation et l'analyse des mémoires de l'école et d'autres catégories ; la quatrième montre comment c'est donné la tentative d'effacer la colline « Alto do Bode » et la tentative de rendre invisible par le gouvernement les marques sociales laissées par les Barbadiens. De cette façon la thèse montre l'histoire de l'éducation des Barbadiens qui sont venus pour la construction de l' « E.F.M.M. » et la complexité de construire et vivre le social amazonique.

**Mots-clés:** École. Mémoire. Professeurs. Barbadiens. « Alto do Bode » Invisibilité

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 01: Rua principal da antiga Vila de Santo Antônio do Madeira .....	27
Foto 02: Casa dos engenheiros da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré .....	31
Foto 03: Destruição dos morros do centro da cidade pelo 5º BEC – Década de 1960.....	117

## SUMÁRIO

<b>INTRÓITO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 O CENÁRIO .....</b>	<b>9</b>
<b>1.1 A Construção dos Lugares/cidades: Santo Antônio e Porto Velho .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 Os Palcos e os Coadjuvantes .....</b>	<b>22</b>
<b>2 O PALCO E OS ATORES .....</b>	<b>33</b>
<b>2.1 A Exclusão dos Mundiças e o Mundo dos Categas .....</b>	<b>37</b>
<b>2.2 Marcas da Colonização Inglesa no Cenário Amazônico .....</b>	<b>45</b>
<b>2.3 Uma Ideia-Lugar Denominada Escola .....</b>	<b>50</b>
<b>2.4 Cartilhas Inglesas .....</b>	<b>60</b>
<b>2.5 As Solistas .....</b>	<b>64</b>
<b>3 O ESPETÁCULO .....</b>	<b>68</b>
<b>3.1 Memória e Identidade .....</b>	<b>72</b>
<b>3.2 Memórias de Espaços .....</b>	<b>89</b>
<b>4 O CORO .....</b>	<b>105</b>
<b>4.1 Amazônia: Um Destino para os Negros? .....</b>	<b>105</b>
<b>4.2 A Tentativa do Processo de Invisibilização do Alto do Bode .....</b>	<b>117</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>129</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>133</b>

## INTRÓITO

A Amazônia tem sido um alvo constante desde a sua descoberta, e principalmente a partir do final do século XVIII, de vários olhares. Sua bacia hidrográfica, as culturas de seus povos, a imensidão de suas terras e o enigma de um território marcado por culturas trazidas de diversas regiões do Brasil é no mínimo atraente para o resto do mundo.

A atração reside também em tudo que se diz e disse sobre a Amazônia, e quase tudo que se disse sobre ela relaciona o real à invenção. Os olhares normalmente são de fora para dentro, ou seja, é o de quem chega, é o olhar do estrangeiro cultural que mescla o que vê, o que existe, com o que imagina ter visto e existido, dado o contexto que encontram: a grandiosa floresta, a imensidão das águas e um imaginário permeado de histórias e imagens exóticas.

A relação do real com o ficcional, no mundo amazônico, tem uma linha limite muito tênue, pois sabemos que o espaço amazônico é cercado de imagens e narrativas que têm por função a reinvenção ou invenção de um lugar ou região que se assemelhe ao que se espera ou se imagina.

Neide Gondim, em seu livro *A Invenção da Amazônia* (1994) trata longamente do tema, explicitando a surpresa que o homem e as imagens amazônicas causavam e ainda causam àqueles que lá chegavam e chegam tanto vindo de outras regiões brasileiras quanto de outros países. A surpresa acontece em função de termos como referencial uma imagem construída inventivamente pelo europeu. Gondim (1994) afirma que:

Contrariamente ao que se possa supor, a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída; na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes.(GONDIM, 1994, p.09)

O princípio da invenção é mais atraente por recheiar esse universo com as supostas maravilhas e monstruosidades que ora estão contidas na visão edênica e ora na vertente infernista. Paralelamente à visão ou invenção do europeu de uma Amazônia quase hollywoodiana, cuja capital Manaus cumpre bem o papel, há uma Amazônia real e fora do circuito Belém-Manaus, e é dessa que vou falar.

O mundo verde amazônico se compõe, no Brasil, dos seguintes Estados:

Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Os Estados do norte somados em suas extensões territoriais tem 3.853,322,2 quilômetros quadrados o que corresponde a aproximadamente 45% da área total do território brasileiro. Cada Estado tem uma história distinta de ocupação e com migrantes de todos os lugares do país. Em comum, o fato de seus habitantes serem descendentes, na maioria, das diversas etnias indígenas com falas e costumes variados; diferentes são as formas como cada história foi se construindo.

O espaço amazônico palco dos acontecimentos que serão relatados na presente tese foi o hoje denominado Estado de Rondônia, situado na região norte e fazendo parte do bioma amazônico, ocupando uma área de aproximadamente 237,576,167 quilômetros quadrados.

Os mais antigos relatos de cronistas sobre a região amazônica são recheados de episódios que trazem como personagens índios, monstros e encantamentos envolvidos em uma natureza selvagem que abriga na sua essência tudo o que se permita imaginar. Sendo assim, torna-se espaço incontestável de acontecimentos que mesmo quando reais se confundem com os mais belos espetáculos teatrais, podendo muitas vezes o real ser confundido muito facilmente com o imaginário ou o inverso disso.

Dentro desse grande contexto amazônico, especificamente em Porto Velho, estão localizados os sujeitos da pesquisa, suas histórias, vivências e memórias, que uma vez analisadas resultaram neste trabalho de tese.

O episódio que mobiliza todos os acontecimentos na região é o da construção e manutenção de uma ferrovia que foi iniciada no final do século XIX e adentrou até mais da metade do século XX, na cidade de Porto Velho, hoje capital do Estado de Rondônia.

O grande marco da construção da cidade, quando o Estado de Rondônia ainda não existia, e as terras eram divididas entre o Estado do Mato grosso e do Amazonas, passou a ser então a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – E.F.M.M., resultante do Tratado de Petrópolis e que se destinaria a ligar Porto Velho a Guajará Mirim.

A construção da ferrovia é o mote para atrair para a região de Santo de Antônio do Madeira e posteriormente para Porto Velho, trabalhadores do mundo inteiro e entre eles os barbadianos, como eram indistintamente chamados todos os caribenhos que vieram trabalhar na ferrovia. É desse contexto e dessa gente que

aqui se estabeleceu e construiu um modo de ser e viver, incluindo uma escola, que me ocuparei de narrar nos próximos atos.

A história oficial ocupa-se, normalmente, das histórias oficiais, tradicionais e das continuidades. A Amazônia é quase sempre vista pelo prisma da invenção, como já mencionamos, ou seja, sobre essa terra, muitas histórias têm sido inventadas e reinventadas, o que na maioria das vezes termina intencionalmente por apagar sujeitos e espaços. Assim, revisitarmos um tema tão conhecido parece perigoso pelo fato de muito se ter dito sobre ele. Porém, é de extrema importância a apresentação de histórias outras que desvelem o que escondido está, que retire do apagamento histórias tão necessárias à compreensão do processo histórico e social, nesse caso, de Porto Velho.

Os trabalhadores da ferrovia, que vieram de quase todas as regiões do planeta, de um modo geral, tiveram sua parcela de contribuição na construção da dita modernidade tardia nos rincões amazônicos, mas voltaremos o nosso olhar especificamente para o povo barbadiano e mais particularmente para as três professoras negras cujas memórias tomei de empréstimo para entender e tentar descortinar e reconstituir a ideia de escola que os barbadianos conceberam e desenvolveram no espaço da ferrovia e no morro do alto do Bode.

A tese, em seus capítulos, apresenta um contexto histórico e geográfico mais geral e concentra-se nas memórias das professoras que foram alunas da escola dos barbadianos e das marcas da formação que receberam e colocaram em prática enquanto professoras na idade adulta. As histórias dessas professoras, contidas na memória e explicitadas nos depoimentos não tinham sido, até então, levadas a público.

Por muito tempo os barbadianos, o Alto do Bode e toda a sua história apareceram apenas como um registro de um povo que viveu naquele lugar em determinado momento. Muitas vezes os registros, ao tratarem dos barbadianos, não o fazem com a respeitabilidade que os humanos merecem, tendem a amenizar sua participação na construção do processo sócio-histórico e a referência, quando há, fica no campo do exotismo.

Foucault, nas partes introdutórias do livro *Arqueologia do Saber* (2006), nos resguarda, enquanto pesquisadores desse histórico social, quando questiona o papel oficial da história nas relações de continuidade e termina lançando um novo olhar, uma nova possibilidade e uma nova compreensão da história, ou seja,

jogando luz sobre os estudos que enfocam as descontinuidades, dispersões e que analisam o fenômeno de ruptura, deslocamentos e transformações.

A opção por fundamentar meu estudo com alguns conceitos e ideias de Foucault, assim como me valerei de outros autores, se deu em função de ter escolhido o viés da história das descontinuidades e dispersões, posto que o objeto de análise em questão, a memória, remete ao disperso e ao descontínuo.

Dessa forma, o trabalho tinha como objetivo primeiro reconstituir a ideia da escola. No entanto, as memórias das professoras me levaram mais longe e terminei por enveredar por outras substâncias e perspectivas apresentadas nos relatos.

A perspectiva de trabalhar memória aliada a tempo foi a que primeiro ocorreu, no entanto à medida que fui analisando os depoimentos descobri que as memórias das professoras estavam intrinsecamente ligadas à ideia de espaço, o que abria infinitas possibilidades de relações.

A memória, assim como a linguagem, há muito estão relacionadas ao tempo, porém Michel Foucault e Maurice Halbwachs mostram o contrário. Sobre a relação entre linguagem e tempo, Foucault, em *Linguagem e Literatura* (cf), reconhece que a linguagem funciona no tempo, portanto a função da linguagem é temporal; contudo se a função da linguagem é o tempo, seu ser é o espaço. É o espaço porque os sentidos da linguagem são desencadeados pela disposição e a localização sintagmática das palavras.

Nessa mesma esteira Maurice Halbwachs em *A Memória Coletiva* (2006), esclarece-nos o quanto a memória dos sujeitos é despertada pelos espaços visitados e revisitados. Ainda sobre o tema tempo e espaço é possível dizer que a concreticidade da passagem do tempo torna-se visível por meio do espaço.

Sendo assim, o que eu queria e pensei alcançar responder objetivamente por meio da minha pergunta de pesquisa que era: é possível a partir de depoimentos das professoras entender e reconstituir a face da escola dos barbadianos? Adianto-lhes, não consegui com tanta objetividade. A cada vez que fiz a pergunta, recebi diferentes respostas, o que me fez pensar que talvez essa não fosse realmente a pergunta que daria conta do tão vasto pensamento das professoras em relação à escola.

A resposta à pergunta, na medida em que analisei as memórias, tornou-se, ainda que importante, secundária, diante do universo exposto pelas professoras. O

convívio com os sujeitos da investigação e as memórias reveladas redirecionaram o meu objetivo de pesquisa.

Destarte, o percurso metodológico que a pesquisa cumpriria, que continha perguntas diretivas, entrevistas estruturadas, foi redefinido de maneira que as entrevistas passaram a ser semi-estruturadas e a livre narrativa oral, às vezes em tom de depoimento, foi o recurso que melhor funcionou.

É fundamental esclarecer que a sustentação do meu método de abordagem quando da pesquisa foi acima de tudo um vínculo afetivo e de confiança tanto com os sujeitos quanto com o tema e que foi se desenvolvendo não somente no período da pesquisa, mas durante boa parte de minha vida, o que termina, de certa forma, causando um amadurecimento por parte de quem busca o entendimento sobre os processos acontecidos na vida dos sujeitos.

Para responder à questão de pesquisa, antes essencial, depois nem tanto, procurei partir dos pressupostos teóricos dos autores para iluminar a análise e estabeleci, a partir das regularidades apresentadas nas memórias, categorias relativas e passíveis de serem explicadas e aceitas no campo de estudos da memória como, por exemplo, memória de empréstimo e memória-trabalho-educacional.

A opção em estruturar o trabalho à moda de um espetáculo teatral, além de fugir dos modelos fechados e estruturais de tese, foi tentar demonstrar um componente muito presente na formação cultural dos barbadianos por meio do qual se sentiam menos excluídos, o teatro e a música. Mais ainda, se o cenário amazônico assemelhava-se a um grande palco, com tudo por encenar/construir, nada mais justo que seus atores fossem embalados pela ideia de que todo o ensaio culminaria num grande espetáculo ao final.

Considero que um trabalho feito a partir de lembranças e memórias de mulheres, negras, descendentes de estrangeiros, nascidas no norte e principalmente velhas, que, nesse caso, marca um diferencial, é significativo, posto que a memória de velhos busca mais o passado e não se contenta em lembrar somente, eles querem fixá-la, serem depositários do seu grupo, talvez seja esse o seu modo de não morrer tão logo.

O homem é um ser que faz muitas escolhas ao longo de sua existência. Na maioria das vezes as suas escolhas dizem respeito às coisas regulares do cotidiano, outras vezes ele necessita fazer escolhas que, sabe, vão redimensionar

os seus conceitos e a sua vida.

Quando se escolhe fazer um trabalho que demanda longo tempo e envolvimento de toda ordem, é porque sabe-se da importância e da ligação que tem com o nosso modo de ser e viver. Digo isso em função de ter escolhido sempre para pesquisar situações ou objetos que, embora sejam clássicos, não costumam premiar seus pesquisadores ou colocá-los na ordem do dia em termos de pesquisa. Algumas pessoas chegam mesmo a perguntar: tem pesquisa em educação? Vocês pesquisam que tipo de situação ou objeto?

Foi assim no mestrado quando pesquisei com as professoras do Vale do Jamari – Rondônia -; e quando escolhi novamente trabalhar com professoras, cujas memórias passei longo tempo da minha vida escutando. As professoras a que me refiro eram descendentes dos barbadianos, como eram quase que pejorativamente chamados os caribenhos que vieram para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré no início do século XX em Porto Velho.

Não procurei ou escolhi, na verdade, uma questão para pesquisar com fins de apresentar o resultado ao final de um Curso de Doutorado; digo até que fui tão envolvida durante muito tempo com o tema, pois convivía com as gerações mais jovens dos descendentes de barbadianos que terminei sendo tomada por uma necessidade de saber e conhecer mais a história do povo que ajudou a construir a cidade e a cultura de Porto Velho.

Seria impossível, então, não contar uma história que fez parte do meu cotidiano, da infância até a vida adulta. O interesse pela história de vida e pela comunidade ficou mais intenso à medida que eu ouvia muitas histórias de uma dessas professoras que era minha vizinha e que fazia doces como ninguém. Parte da minha memória guarda as cores, os cheiros e os sabores que se misturavam na sua cozinha e em mim enquanto ela contava a história de seus pais e dela.

O trabalho de pesquisa que aqui será apresentado começou, embora a convivência com o tema fosse de longa data, no ano 2000, quando resolvi registrar e guardar as informações que eu obtinha primeiramente em conversas informais e depois sob a forma de entrevista semi-estruturada, que não foi o procedimento mais interessante, e finalmente com a livre narrativa oral.

Guardei por muito tempo as informações e no momento de apresentar um projeto de pesquisa para o Doutorado em Educação Escolar não tive dúvidas quanto ao tema. Seria aquele o tema acalentado por muitos anos, o de escrever

sobre uma das faces daquela comunidade, a presença da escola no espaço da ferrovia e na formação de professoras e alunos; já disse que os dados contidos na memória delas me levaram além.

A questão de pesquisa que apresentei no projeto e que me propunha a responder era: A partir de depoimentos é possível resgatar ou reconstituir a ideia de uma escola sem existência física e não institucionalizada? A questão, em princípio, era fechada, e o objetivo era respondê-la de maneira que não me desviasse dela ou a perdesse de vista. Ledo engano, quando se trabalha com a memória quem dá a tônica não é o pesquisador é o sujeito da pesquisa. O mundo da memória das professoras abriu-se de tal forma que os caminhos para o trabalho de análise foram muitos. Tentei, na medida do possível, articular os temas mais recorrentes e interessantes da memória delas e relacionar ao principal que é a referência da escola para aquela comunidade do Alto do Bode.

Dessa forma, o trabalho que mostra os resultados da pesquisa e da análise está dividido em quatro seções. Na primeira seção é mostrada a forma como se deu a ocupação e a construção dos espaços amazônicos, principalmente, na região que denominamos hoje de Porto Velho.

A seção, cujo título é O Cenário, além de apresentar os aspectos históricos e geográficos, localiza o leitor quanto aos princípios que regiam a convivência desumana e desigual entre o homem e o homem, e o homem e a floresta, e anuncia as novas gentes que vão compor as cenas da história da construção de uma estrada de ferro em plena selva amazônica.

A segunda seção, cujo título é O Palco e os Atores, apresenta a construção e o funcionamento da E.F.M.M., e fala de como foram criados dois espaços na cidade: o espaço *in*, privado, em que ficava a administração da ferrovia e onde moravam parte dos seus trabalhadores e a cidade *out*, que ficava no espaço público.

A seção tem como objetivo principal mostrar quem eram os barbadianos, como viviam e os espaços escolares que organizaram para ensinar seus filhos, ou seja, como uma ideia de escola e educação fez o elo de união entre eles. Acrescente-se, ainda, que nessa seção apresenta-se como se dava a exclusão dos mundanças do mundo dos categas, quais e como se inscreviam as marcas da colonização inglesa no cenário amazônico e a alfabetização e leitura nas cartilhas inglesas.

É na seção três, denominada O Espetáculo, que apresentamos e analisamos, à luz de teóricos como Hannoun, Stuart Hall, Bauman, Halbwachs, Bosi e outros, as memórias das professoras sobre a escola que frequentaram e a forma que ensinavam, mas não só isso é possível reconhecer e também analisar outras categorias de memória apresentadas nos relatos.

O objetivo da seção quatro, intitulada O Coro, é tentar mostrar por meio da pesquisa de Nícia Luz contida no livro *Amazônia para os negros americanos* (1968), em que é revelado o intuito dos Estados Unidos de anexar o território amazônico às suas divisas e de transvasar os negros americanos libertados para povoar e colonizar as novas terras já supostas de domínio americano.

A seção quatro mostra como se deu a derrubada e o apagamento do morro do Alto do Bode, em uma tentativa clara dos governos militares no Brasil de invisibilizar o lugar e suas marcas no social. Aborda, ainda, a memória enquanto mecanismo de visibilização de processos e histórias que devem sair dos guetos e se fazerem conhecer na cena principal. Um canto sem voz e sozinho não tem magia, é necessário cantar com todas as vozes.

Por último, as considerações finais trazem uma reflexão sobre o que se pretendia descobrir e o que se descobriu de fato, bem como uma análise do que significou pesquisar com as professoras e que contribuições recebemos enquanto sociedade e enquanto sujeitos que pesquisam na área de educação e memória.

O trabalho que aqui é apresentado deixa claro que as marcas do feminino permeiam os discursos contidos na memória das professoras e ao contrário do que se pensa, não demonstram resignação ou indiferença pela condição de ser mulher num momento em que quase todas as mulheres tinham suas vozes interdidas ou apagadas na história oficial e no contexto local.

A memória não é limpa, não é isenta do processo social, logo nos surpreende constantemente, o que nos faz pensar e acreditar que não contar algumas histórias é ter medo da verdade e ter medo da verdade é ficar em uma posição vulnerável.

## 1 O CENÁRIO

O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado.

Ecléa Bosi

Nesta primeira seção, objetiva-se demonstrar o processo de ocupação, exploração e posterior construção dos lugares/cidades na região do Madeira e, mais especificamente, como se deu a construção de uma cidade, Porto Velho, antes da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – E.F.M.M., no início do século XX na Amazônia. O trabalho, no entanto, não se limita a um registro histórico da ocupação de espaços, mas pretende se estender e abranger um período de tempo que vai de 1872 a 1960, considerando a história da chegada de estrangeiros em geral e dos povos caribenhos, com destaque para os antilhanos e mais especificamente os oriundos de Granada, Barbados, Jamaica, República Dominicana e Trinidad e Tobago que vieram para trabalhar na construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

Os países caribenhos, de onde veio parte dos trabalhadores, em sua maioria foram colonizados pela Inglaterra nos idos de 1600 e tiveram que ser reorganizados quanto ao sistema de governo e à economia. Os homens que aqui chegaram vindos dessa região tinham como língua materna o inglês, eram quase todos protestantes, embora houvesse também católicos, e traziam uma qualificação para o trabalho em função de os ingleses terem construído muitas estradas de ferro em outros países.

Os povos caribenhos que chegaram no início do século XX, na região em que mais tarde foi construída a cidade de Porto Velho, foram chamados indistintamente de barbadianos, e na condição de estrangeiros tiveram que se adaptar a esse novo contexto social e espacial, estabelecendo suas relações sociais com este novo mundo e o novo modo de ser e viver nos confins da Amazônia, o que também será focado ao longo do texto.

O estudo terá como suporte as memórias dos sujeitos pesquisados a partir

de narrativas, bem como textos de registros históricos. Nas seções posteriores vamos focalizar e tratar especificamente de uma escola que, embora não tenha sido institucionalizada, marca a comunidade negra do Alto do Bode pelo fato de representar a primeira educação e constituir um marco de referência na história desses sujeitos e da cidade.

Os estudos que se configuram numa proposta de análise de tempos, espaços, instituições, representações históricas, simbólicas e educacionais, dentre outros aspectos, situados no passado, devem considerar o campo de estudo da memória, posto que ele venha tomando grande proporção em termos de pesquisa nas esferas do social, histórico, político, cultural, da psicologia social e do imaginário como um todo. No entanto, o primeiro aspecto que se deve considerar, quando dos estudos sobre memória, é a reconstituição do cenário/espaço, real ou imaginário, e as pistas deixadas nas narrativas para entender fenômenos de ordem social, histórica, considerando também a subjetividade, numa perspectiva de transtemporalização. Dizendo de outra forma, seria colocar o espaço como personagem principal, posto que o mesmo tenha uma ação de equivalência em relação à memória tanto quanto o tempo. Face ao dito, contextualizaremos daqui em diante os diversos cenários em que se escreveu a história e a vida dos sujeitos da pesquisa.

É necessário dizer, antes de tudo, que na contextualização histórica deste estudo não apresentaremos todo o percurso de ocupação e exploração da região do Madeira, que ocorre do século XVII ao XX; faremos um recorte no tempo para abordarmos o início da ocupação e nos deteremos no período que se estende da primeira tentativa de construção da E.F.M.M., em 1872, até os idos de 1960. A escolha por esse período ocorre, como já argumentamos, em função de localizarmos nesse espaço de tempo um conjunto de elementos e situações e o momento de vivência das três professoras descendentes de barbadianos que são os sujeitos da pesquisa cujos resultados apresentaremos neste trabalho de tese.

A imensidão da Amazônia e o mundo desconhecido e misterioso que ela representava, para a grande maioria que não a conhecia, quando da sua apresentação para o resto do mundo, fizeram com que os homens a pensassem como um grande desafio.

O desafio era conhecer, ocupar, explorar e finalmente tomá-la como um terreno usando régua e compasso para o exercício de projeção e construção de

uma modernidade tardia. José de Souza Martins, em sua obra *A Sociabilidade do Homem Simples* (2000), analisa que o tema modernidade está intimamente relacionado à idéia de progresso e a países desenvolvidos e que em alguns países menos desenvolvidos, principalmente na América Latina, confunde-se ainda com o tema do moderno, que supostamente significa o contrário do que é tradicional, numa interpretação por vezes positivista.

Acontece que a modernidade não pode ser metaforizada por objetos e signos do moderno, mas tem que ser reconhecida pela ideia de homens e processos diversos e pelos tempos e escalas desiguais do desenvolvimento econômico e social com todos os avanços tecnológicos e pela desproporção entre o acúmulo extraordinário de capital por uns e a extrema condição de miséria em que vivem outros.

Nesse caso nos afirma Martins: “A modernidade é uma espécie de mistificação desmistificadora das imensas possibilidades de transformação humana e social que o capitalismo foi capaz de criar, mas não capaz de realizar.” O autor diz mais: “modernidade é a realidade social e cultural produzida pela consciência da transitoriedade do novo e do atual”. (2000, p. 17-19)

Quando se fala em modernidade é bom lembrarmos que ela só acontece na perspectiva histórica e na própria historicidade do homem. Logo, significa dizer que todas as sociedades vivem ou são atingidas pelos processos históricos, embora em tempos diferentes, é o que se denomina como modernidade tardia.

Na Amazônia pensou-se, em princípio erroneamente, que a ocupação pudesse acontecer aliando o moderno à natureza e determinando que os aspectos da modernidade seriam efetivados em todo os lugares ao mesmo tempo, enfatizando-se com isso a ideia de que o tempo e o espaço do moderno são homogêneos. Porém, é errôneo pensar dessa forma como reforça Soja (1939), pois os processos de modernização não se dão de forma homogênea em todo o tempo e lugar, porque há que serem levados em conta os processos sociais, as diferentes geografias históricas que são ditadas nos referidos processos e que são distintas em função das diferentes formações sociais que se estabelecem ao longo do tempo.

Sendo assim, em determinadas regiões acontece o fenômeno denominado modernidade tardia, posto que as condições impostas pela modernidade observem uma marcação específica de tempo e espaço para serem estabelecidas, e nem

todas as sociedades estão no mesmo estágio temporal e evolutivo, ou seja, não podemos uniformizar tempos e espaços e dessa forma a modernidade acontece utilizando, também, engrenagens diversificadas e algumas vezes tentando ignorar obstáculos da natureza.

Faz-se necessário esclarecer, no entanto, que a modernidade tardia na Amazônia não significa um atraso em relação aos processos históricos vivenciados no resto do mundo, pois consideramos, por exemplo, que com o advento da Revolução Industrial no século XVIII o mundo entra em profundas transformações, sobretudo causadas pelo universo do trabalho, ou seja, de oficinas de fundo de quintal ou de corporações de ofícios, verificando-se gradativamente a substituição do trabalho artesanal pelo industrial. Como consequência imediata tem-se a alteração de preços, uma vez que o trabalho embutido em um produto artesanal era muito maior do que o originado das máquinas. Como nos diz Hirst (1980, p. 17): “O que é central na teoria do valor é a função do tempo de trabalho como um padrão social de medida.” Assim, o produto artesanal torna-se muito mais caro do que o industrializado, levando o artesão que era até então na maior parte das vezes dono dos meios de produção a se tornar empregado nas grandes fábricas.

Vale salientar que com a criação das máquinas o volume dos bens produzidos aumenta significativamente gerando a necessidade dos países industrializados de encontrar mercado consumidor. Será nesse cenário moderno que se verificará o processo de colonização de territórios não industrializados, que ofertarão matéria prima diversificada, mão de obra barata além de mercado consumidor garantido.

Na ânsia de encontrar matéria prima diversificada o capital, em pleno processo de expansão da indústria automobilística, se volta para a Amazônia durante a fase do que a história costuma denominar de 1º e 2º ciclos da borracha, fazendo com que as terras amazônicas se tornassem as grandes responsáveis por essa produção até a primeira década do século XX.

A produção da borracha levou a floresta amazônica a um grande desenvolvimento. Cidades como Belém e Manaus adquiriram ares de grandes centros urbanos e desencadearam o período denominado de *Belle Époque* ao tentar garantir através de todo um conjunto paisagístico, ritualístico em termos de moda e comportamento, além da arquitetura que tentava transplantar para essas paisagens o cenário europeu. Como exemplo, podemos citar a construção do

Teatro Amazonas, que em plena selva do início do século XX, apresenta-se com pinturas renascentistas mesmo que com nuances amazônicas.

A riqueza oriunda da borracha garante até 1910 o suporte necessário para garantir a sustentabilidade das cidades que vão surgindo na Amazônia, porém no final dessa década os ingleses e os holandeses entraram na concorrência e de forma desleal levaram mudas de seringueiras para a Ásia; lá através dos territórios da Malásia, Indonésia e Ceilão passaram a produzir a borracha em grande escala e a vendê-la a baixo custo para a indústria automobilística norte americana, maior consumidora da borracha para a produção de pneus.

Tal fato levou a borracha amazônica a perder preço no mercado internacional e com isso as cidades que dependiam do referido produto foram obrigadas a procurar alternativas de sobrevivência, tendo em vista que a sustentabilidade da região amazônica dava-se, como já dissemos, principalmente pelo ciclo da borracha.

Será justamente no intermédio entre o primeiro e o segundo ciclo que se constatam as tentativas de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré devido às necessidades da Bolívia em encontrar uma saída para o mar e resolver o problema de escoação da sua produção; e por outro lado acabar, através da assinatura do Tratado de Petrópolis, com o processo revolucionário no território que hoje denominamos de Acre. Logo, constatamos que a denominada modernidade tardia é um processo em que os países, numa lógica capitalista, não vão deixar de vivenciar todos os avanços da história e do capital, apenas vão vivenciar um pouco mais tarde, dado que os acontecimentos não são uniformizados, não acontecem de forma homogênea.

Na tentativa de modernizar a Amazônia para atrair ainda mais os olhares do mundo, foram esquecidos fatores que deveriam ser considerados, no caso da construção de uma estrada de ferro em plena selva, a floresta seria um dos itens a ser pensado. É comum que o pensamento de quem quer ocupar espaços tenda a tornar irrelevantes alguns fenômenos, nesse caso a floresta, que tinha seus caprichos, seus mitos, suas armadilhas; e por isso as linhas retas da projeção arquitetônica pensadas por homens considerados visionários tiveram seus percursos alterados em função de uma natureza que, naquele momento, era uma força colossal e indômita.

A atração e o interesse pelo novo paraíso, ou porque não dizer novo

Eldorado, era tanto que não custaram a chegar às paragens amazônicas homens com espíritos aventureiros e empenhados em aqui se estabelecer por algum tempo para lucrarem com o que a terra e a floresta lhes haviam de oferecer.

Segundo Fonseca (2007), quando da chegada em massa de homens de outras regiões do país às terras da região do Rio Madeira, aqui já havia uma população de aproximadamente 12 (doze) mil habitantes, metade deles nativos índios e a outra metade homens brancos. Anterior aos idos de 1800 noticia-se que a população era, na grande maioria, selvagens nativos. O contingente de homens que aqui chegou e se estabeleceu veio atraído pela ilusão da fortuna fácil que seria advinda da exploração do látex e que daria a tais homens a oportunidade de serem senhores dessa nova terra.

O termo nativo aparecerá muitas vezes ao longo do texto, então nos cabe esclarecer que num primeiro momento foi difícil trabalharmos com termos como nativo e estrangeiro, pois quem era estrangeiro e quem era nativo numa terra em formação? Em um lugar em que o povo é constituído por índios, migrantes nordestinos e o caboclo que se origina da união dos dois, fica difícil em função do processo de miscigenação, categorizar quem é de fato nativo e quem é estrangeiro. Sendo assim, não cabe aqui o uso com a significação dicionarista do termo que é: “aquele que é natural; que nasce; congênito; desartificial; nacional”, e sim aquele que carrega em seu bojo a ideia de pertencimento, ou seja, pertencer a um lugar significa ter um olhar especial a ele e ao universo que o circunda ou no dizer de Viveiros de Castro, em o *Nativo Relativo* (2002), “O nativo não precisa ser especialmente selvagem, ou tradicionalista, tampouco natural do lugar onde o antropólogo o encontra.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2000, p. 18). Deve-se daqui em diante nesse texto entender o termo nativo como os que já habitavam Porto Velho, nascidos no lugar ou não, quando da chegada das pessoas de outros países, aí sim, considerados pelos nativos como estrangeiros.

### **1.1 A CONSTRUÇÃO DOS LUGARES/CIDADES: SANTO ANTÔNIO E PORTO VELHO.**

Os habitantes da região do Rio Madeira viviam em lugares distantes, pela imensidão de terras, sem muito contato uns com os outros e entregues à própria sorte e a todo tipo de excesso, sem nenhum nível de instrução, nem religião, ou

seja, o único sentido era o de existir e resistir por algum tempo. Os que chegaram depois de 1850, com pouquíssimas exceções, acabaram se deixando levar pelo mesmo estilo de vida desregrada. Parte das exceções a que nos referimos, na grande maioria, são os trabalhadores de outros países que começam a chegar para participar da construção de uma estrada de ferro que se destinaria a ligar Porto Velho a Guajará Mirim.

Diante do exposto até então sobre a região baixa do Rio Madeira e resguardadas as devidas proporções em relação ao grande contexto amazônico podemos dizer que o processo de colonização da Amazônia aconteceu de forma não homogeneizada e não sincrônica em relação às demais regiões do Brasil. A noção de tempo cronológico, regulador e organizador dos fenômenos sociais, não serve como medida, já que parte desse processo ocorre tardiamente em alguns lugares amazônicos mesmo que com aspectos semelhantes, mas em circunstâncias e momentos diferentes em relação à colonização de outras áreas do país.

A colonização heterogênea e assincrônica pode ter sua explicação em consequência da vasta extensão territorial que dificultou a ocupação de algumas regiões, como a do Madeira, Mamoré e Guaporé e por serem também regiões consideradas de fronteiras, as quais não tinham seus limites territoriais muito bem definidos geograficamente até o final do século XIX. Tal fato nos permite pensar as fronteiras como móveis, vide a região do Acre, que ora pertenceu a Bolívia e, posteriormente, ao Brasil.

Mediante as dificuldades de negociação entre Brasil e Bolívia, é pensada a possibilidade de construção da ferrovia para resolver o impasse da Bolívia que, desde 1825, em função da guerra com o Peru pela sua independência, o que a deixava sem saída para o Oceano Atlântico, e por consequência, vinha sem poder escoar seus produtos. O governo brasileiro apresenta então a única saída encontrada naquele momento, que era a de tentar navegar pelos afluentes do Rio Amazonas com destino ao Atlântico, posto que seria impossível vencer os quase 370 quilômetros de trechos com cachoeiras, o que não poderia acontecer porque não havia possibilidade de o homem vencer, naquele momento, as dezenove cachoeiras do Rio Madeira.

Dada a impossibilidade de navegação rio acima, o Brasil oferta a possibilidade de escoamento dos produtos bolivianos, via ferrovia, e se tal fato

acontecesse o governo brasileiro receberia de volta as terras do Acre, que já estavam com um considerável número de trabalhadores, vindos de outras regiões, para a extração do látex.

Podemos entender a impossibilidade da navegação observando o mapa do trecho encachoeirado do Rio Madeira (em anexo).

O impasse em relação ao Acre só se resolveu quando brasileiros e bolivianos assinaram em novembro de 1903 o Tratado de Petrópolis que tinha, dentre outros objetivos, colocar fim à disputa pelas terras onde hoje se localiza o Estado do Acre. Por meio do referido tratado, o governo brasileiro se comprometia com a construção de uma ferrovia cujo percurso seria da vila de Santo Antônio do Madeira até Guajará Mirim no Rio Mamoré, que faz a divisa da fronteira entre Brasil e Bolívia.

As terras da Amazônia foram sempre vistas como devolutas, ou seja, um convite à ocupação para aqueles que quisessem se estabelecer para habitar e construir as cidades, bem como contribuir com a tão sonhada modernidade amazônica. Acontece que as terras que dantes são insinuadas como prontas para ocupação, pelo menos no trecho que se estende, hoje, da atual Porto Velho até Santo Antônio, tinham donos e estes vieram posteriormente a negociar as mesmas com as companhias que aqui chegaram para as primeiras tentativas da construção de uma estrada de ferro.

De forma geral o discurso construído pelo capital acerca do espaço vazio traz quase sempre atrelado a si a ideia de que precisa haver ocupação e isso é, normalmente, motivado por questões econômicas, principalmente no caso do colonizador, e também pela necessidade de instituir a terra como seu patrimônio e símbolo de manifestação e poder para, a partir dela, construir uma autoridade, e não uma identidade, que se sobreponha a outras para um agir autônomo e intencionado.

Na Amazônia, de modo geral, a ocupação foi desencadeada pela ação extrativista de produtos abundantes, que vai desde a exploração da fauna até o minério. Nesse caso podemos dizer que os dois grandes ciclos de exploração foram o da borracha, incluindo o primeiro e o segundo ciclo, e depois o do ouro.

Sendo assim, fica evidente que a ocupação dos espaços amazônicos acontece de forma nucleada pelas possibilidades de exploração que a terra e a floresta oferecem. Pesquisadores da história amazônica, como Vitor Hugo e Dante

Ribeiro da Fonseca, em suas respectivas obras *Os Desbravadores* (1991), e *Estudos de História da Amazônia* (2007), registram em seus escritos que o processo de exploração da região do Madeira se dá a partir do século XVII e vai até o século XX, porém sabe-se através de literatura de viagens que as terras dessa região já eram pisadas não só pelos nativos, mas por aventureiros, principalmente os espanhóis, que buscavam as drogas do sertão.

Antes de apresentarmos outros autores que serão necessários para a fundamentação teórica, principalmente das seções um e dois, uns por serem autores dos primeiros registros sobre a história da ocupação da Amazônia e outros, posteriormente, por fazerem uma análise mais detalhada e mais efetiva do processo que aqui se desenvolveu, é necessário esclarecermos que a escolha se deu não em função de nos filiar a uma corrente histórica mais crítica ou menos crítica, mas por estabelecermos como critério autores que tenham uma pesquisa mais apurada sobre o processo de colonização e formação das cidades na região amazônica, especialmente ao longo da extensão do Rio Madeira.

A partir da leitura dos registros dos historiadores Vitor Hugo e Dante Fonseca, bem como de outros, que fazem um recorte no tempo em suas análises segundo seus focos de interesse de pesquisa, é possível visualizar o desenho na linha do tempo cronológico do processo de colonização e exploração como um todo, mas é possível também observar aspectos que tiveram maior relevância na construção da trajetória sócio-histórica da região do Madeira, dentre eles a ocupação, a exploração e a construção dos lugares/cidades no contexto amazônico.

A construção das cidades do modo como pensa a geografia se dá quando a área rural libera mão de obra para desempenhar outros tipos de atividades, como é o caso do comércio. Nesse sentido, as cidades começam a surgir em decorrência da emergência das atividades laborais. O que aconteceu na região onde está situada a cidade de Porto Velho segue, a título de informação, o mesmo processo de construção de outras cidades, apenas com algumas especificidades típicas do contexto amazônico.

Porto Velho, intitulada anteriormente de Porto Velho de Santo Antônio, em função de ter sido a Vila de Santo Antônio o primeiro lugar ocupado pelos nativos e brasileiros de quase todos os Estados e por uma população adventícia de praticamente todos os lugares do planeta, como franceses, portugueses,

americanos, ingleses, sírios, libaneses, alemães, judeus, gregos, peruanos, bolivianos, barbadianos e chineses, dentre outros, nasce oficialmente em 1913 com o nome de Vila de Porto Velho e somente no ano seguinte, 1914, através do decreto 757 de 02 de outubro, foi criado o Município de Porto Velho, observando-se o fato de que não havia estrutura, mínima que fosse, para tornar-se município, pois ali reinava apenas um ajuntamento de muitas coisas e homens.

Anterior a 1914 é possível apresentar muito brevemente, para nos situarmos melhor em relação ao processo histórico, fatos que marcaram a trajetória das construções de vilas e cidades na região do Madeira.

Antes de falarmos de como as cidades de forma geral se constituíram, e mais especificamente as da Região do Madeira, é necessário expor que três itens serão fundamentais para entendermos esse processo, a saber: a noção de tempo, espaço e memória. A primeira relaciona-se ao tempo histórico passível de ser observado por fatos que marcam singularmente aquele momento; a segunda refere-se ao espaço enquanto medida física e social e, por último, pairando acima das demais, a memória, que lançando mão da narrativa, ou seja, da palavra, tem inúmeras vezes, o papel de reconhecer, realocar e organizar a relação espaciotemporal na comunhão dos sujeitos com o mundo real. Ainda sobre a memória pode-se dizer que, neste texto, a mesma está presentificada e reproduzida por intermédio da oralidade dos sujeitos da pesquisa, e é o que normalmente chamamos de memória oral e que contribui como expediente para constituir as crônicas do cotidiano. Ecléa Bosi, em seu livro *O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social*, sustenta a ideia de que a crônica e a tradição oral são consideradas como fontes de referência para trabalhar o resgate da história das comunidades e de grupos que tiveram por longo tempo sua história ocultada dos olhos do mundo, então vejamos:

A memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano. Mas ela sempre corre o risco de cair numa “ideologização” da história do cotidiano, como se esta fosse o avesso oculto da história política hegemônica.

Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história, que se apóia unicamente em

documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios (...)

A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza. Ela não pode atingir uma teoria da história nem pretende tal fato: ela ilustra o que chamamos hoje a História das Mentalidades, a História das Sensibilidades. (BOSI, 2004. p 15)

A História das mentalidades e a História das sensibilidades têm oportunizado um novo olhar quando nos permite ver e contar a história também pelo viés dos que ainda não foram vistos nem resgatados; quando também nos dá a chance de sair da visão unilateral do processo histórico que quase sempre privilegia a ótica dos vencedores, e que, por muitas vezes, mesmo a memória nos oferecendo fatos, nós, tendenciosa ou comodamente, substituímos o nosso olhar por um institucionalizado.

Ao longo da história e pela observação do cotidiano, verifica-se que o processo de formação das cidades, embora passe despercebido pela maioria da população, tem acontecido quase sempre obedecendo a um mesmo modelo, ou seja, as vilas aparecem primeiramente como uma espécie de desenho primitivo (croquis) e são reestruturadas e elevadas ao padrão de cidades conforme os interesses da produção capitalista e o ideal de sociedade que ali se pretende.

As cidades, em princípio, servem como vitrines para demonstração de que tipos de sujeitos habitarão os seus domínios, a saber: os ordenados, produtivos, civilizados, escolarizados e todos aqueles que forem considerados aptos para a convivência social. Tal qual na cidade de Platão, alguns serão deixados de fora por não se enquadrarem ao perfil exigido. Significa dizer que o povo, ou melhor, as classes menos privilegiadas, quase sempre serão impedidas de adentrar naquele outro mundo que desconhecem em função de o sujeito do povo ter sido sempre na relação de exploração, o explorado. Porém, historicamente, a massa, contida apenas por algum tempo, termina por ultrapassar os limites desse território e invadir com suas peculiaridades todo esse contexto desconhecido. Estão formadas, então, as cidades. Em relação à constituição de cidades do ponto de vista da geografia e da economia, Paul Singer, em sua obra *Economia política da Urbanização* (1988), deixa claro que tal processo é muito regular em quase todo o

mundo, ou seja, as cidades quase sempre se constituem pelo mesmo viés.

Por mais que variem as definições do que constitui uma “cidade”, a maioria delas concorda num ponto: trata-se de uma aglomeração humana, de um conjunto de pessoas vivendo próximas umas das outras [...]. A partir desta conceituação do urbano, podemos tentar descobrir a função econômica da cidade. Haverá alguma razão econômica que leve grandes massas humanas (só o Brasil possuía em 1970 onze cidades de mais de 500 mil habitantes) a se agruparem em áreas bastante reduzidas? A resposta parece ser que determinadas atividades exigem a cooperação de um elevado número de pessoas, que precisam viver próximas umas das outras para poder desempenhá-las. (SINGER, 1988, p.139)

No processo de formação das cidades é possível observarmos pelo menos dois aspectos, dentre muitos, que justificam a sua existência: o primeiro é a forma natural como elas se constituem partindo de interesses comuns que surgem do aglomerado de pessoas que convivem naquele espaço; o segundo diz respeito ao modo como são planejadas para cumprir o papel de sede de projetos finitos, mas que precisam de uma infra-estrutura que suporte qualquer que seja a ação, como é o caso de algumas cidades que foram construídas para darem suporte à malha ferroviária que ligaria os quatro cantos do país. Dito isso, percebemos que algumas cidades nascem sob a égide da permanência, enquanto outras, dependendo dos interesses de quem as criou e dos usos que dela fará, tenderão à invisibilidade, ou seja, serão recortadas e muito da sua história, quase sempre o que incomoda ou que não é digno de nota por parte do poder, ou ainda, o que revela na força da sua história a fragilidade de um sistema, tem grande propensão a permanecer em um tempo guardado na memória.

Historicamente as cidades podem ser constituídas de formas variadas considerando-se as condições geográficas, econômicas e sociais, dentre outras. Entretanto, um aspecto que merece ser observado é a idéia de espaço físico, sinônimo de construção urbana e resultado da produção social em oposição à noção de espaço individual aliado à concepção que cada um tem desse espaço enquanto seu, contendo representações da sua história, porquanto, da sua vida. A partir da formação das primeiras cidades é que se cria perspectiva para criação

de unidades federativas como municípios e posteriormente Estados, lembrando sempre que por mais que o espaço ganhe novas titulações o que atrai o nosso olhar são as dimensões que esse espaço toma e as transformações sociais que ele vai sofrer ao longo do tempo.

Sendo assim, é necessário dizer que o espaço onde se localiza hoje o Estado de Rondônia pertencia parte ao Estado do Amazonas e parte ao Mato Grosso e por isso a ocupação dessas terras aconteceu de forma diferente e não se manteve alinhada na perspectiva tempo e espaço como em outros Estados e regiões, primeiro em função de alguns espaços/lugares serem de difícil acesso e apresentarem obstáculos naturais e por esse fator haver baixíssima demanda na procura; e segundo, a incerteza das pessoas em aventurar-se em terras consideradas de ninguém.

Em função da disputa entre os Estados do Amazonas e Mato Grosso pelas terras de Santo Antônio e depois Porto Velho, é que foi criado o Território Federal do Guaporé em 1943.

Nessa perspectiva é possível afirmar, considerando-se as peculiaridades de cada lugar da região norte, que a ocupação aconteceu de forma diferenciada, pois recebeu migrantes das mais diferentes regiões do Brasil, marcando assim um processo diversificado de ocupação e conseqüentemente sofrendo as influências de um país plural em termos de culturas.

A região amazônica como um todo tem sido, há muito e mais recentemente de forma mais intensa, alvo de investigação no que concerne ao processo de ocupação em âmbito mais geral e mais particularmente em como alguns espaços/cidades foram construídos histórico e socialmente. Historiadores e pesquisadores da área de antropologia, arqueologia, educação, sociologia têm frequentado assiduamente alguns Estados do norte e parte desse interesse tem recaído mais especificamente sobre a área do Estado de Rondônia, pois o potencial de águas e a possibilidade da descoberta de mais sítios arqueológicos têm incentivado essa procura. Tal afirmação baseia-se no fato de que Universidade Federal de Rondônia tem constantemente feito parcerias com institutos de pesquisas, registrado e avaliado projetos de professores e instituições que tem interesses em pesquisar nas diversas áreas.

O interesse pelos espaços amazônicos vem crescendo ao longo do tempo. Tal interesse demonstra, em verdade, uma necessidade própria do ser humano em

entender, reconstituir via memória e participar, se for o caso, do processo de desvendamento do fenômeno social da construção de alguns espaços desde o aspecto das delimitações da territorialidade geográfica até a construção de espaços culturais. Essa procura veemente, por parte do homem, de uma definição de espaços talvez se deva ao fato de querer dominar o indomável, entranhar-se no inusitado, participar do inóspito, ser o exótico ou as várias possibilidades de construir algo que lhe transmita ser um pouco a síntese de múltiplas vivências.

O contexto amazônico guarda muitas marcas dos vários acontecimentos aqui vividos, porém, a mais presente é de como homens e cidades muitas vezes se fundem e são construídos simultaneamente de forma a demonstrar que o homem e a terra têm como resultado de seu entrelaçamento um tecido de matizes variados chamado memória e que se constitui como um grande texto narrativo. Partindo do pressuposto de que não há na narratologia texto sem cenário nem atores, abramos a cortina do tempo/texto.

## **1.2. OS PALCOS E OS COADJUVANTES**

A saga da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré tem muitas faces e evidentemente não trataremos de todas elas; interessa-nos tratar neste capítulo da última e bem sucedida tentativa de construção da referida ferrovia em 1907, já que as duas tentativas anteriores fracassaram, e de como se deu o surgimento da cidade de Porto Velho, e nesse contexto como estão situados especificamente os sujeitos da nossa pesquisa e suas trajetórias no que diz respeito ao modo de vida, cultura e educação no âmbito de uma escola não convencional que começava a ser desenhada.

No entanto, antes de abordamos essa ideia de escola que começava a tomar corpo e que será mais detalhadamente tratada ao longo deste trabalho, é necessário que façamos uma pequena retrospectiva na linha do tempo para trazer à tona o contexto em que as cidades, os seres e os processos estavam se desenvolvendo.

As vilas e cidades da Amazônia como um todo foram construídas e organizadas sob a influência dos trabalhos dos missionários, na sua grande maioria

católicos, mandados para a região com o objetivo, dentre outros, de catequizar e fincar os marcos para fins de domínio de território, digamos espiritual. Sob esse pretexto foi que tal processo começou numa das cidades mais antigas da região, Belém, no início do século XVIII, e que continuou nas demais cidades. A igreja é a instituição mais antiga da qual se tem registro nas paragens amazônicas, segundo Vitor Hugo (1991), tornando-se claro que o objetivo principal era alargar as veias do catolicismo, nas terras consideradas pagãs; mas não menos importante, também, era a busca do enriquecimento por meio do que essas pequenas comarcas pudessem doar para fortalecer ainda mais o seu valor e a sua autonomia em terras promissoras para todo tipo de colonização e exploração.

Uma vez estabelecidos os domínios católicos, em Belém, nos idos de 1850, e lançados os pressupostos pregados pela igreja e confirmados pela presença de uma diocese que coordenava as ações ao longo das margens dos rios, de uma vida organizada, obediente, decente, contributiva e com certo controle social, na medida do possível, já que a população era adventícia, as missões se destacariam para as demais cidades com fins de impor, cada vez mais, sua presença nesse contexto. Perfazendo a linha do tempo, e claro não se detendo em todas as cidades que sofreram processos parecidos, a preocupação volta-se agora, além de outras inúmeras vilas e cidades, já que a forma de ocupação dos espaços feita pela Igreja é sincrônica, para Humaitá, cidade que pertence ao Estado do Amazonas, mas que se localiza na região do Baixo Madeira.

Todavia, a igreja, apesar de todo seu empenho, não obtinha somente êxitos, alguns objetivos e empreitadas não seguiam em frente, considerando-se que a região era habitada por etnias indígenas que não tinham tido contato com os brancos. Retomando a linha do tempo e dos acontecimentos podemos citar o fato de muitas famílias terem sido dizimadas quase que por completo por índios. Podemos citar o caso do Sr. Monteiro, que foi obrigado a mudar-se do igarapé Mirari com sua família e os empregados que lhe restaram após ser atacado pelos parintintins nos idos de 1872. O Sr. Monteiro mudou-se para um outro local que denominou Humaitá e, agora Comendador Monteiro, mandou erigir uma capela que teve sua construção supervisionada pelo Frei Jesualdo Macchetti para atender aos 500 habitantes que ali viviam. Estava fundada então a Vila de

Humaitá.

Acompanhando o percurso rio acima vamos encontrar pequenas propriedades, seringais e pessoas vivendo praticamente isoladas do mundo. Esse cenário só é alterado quando avistamos a vila de Santo Antônio do Alto Rio Madeira, que se situava na primeira cachoeira das dezenove existentes ao longo do Rio Madeira.

Em 1869 já se tinha notícias das dificuldades que seria vencer, seja por via terrestre e principalmente por via fluvial, o trecho da Região do Madeira para se atingir a navegação dos rios Beni, Mamoré e Guaporé. Entretanto, era necessário tentar empreender uma ação para a retirada dos produtos advindos da floresta depois de firmado o Tratado de Petrópolis. O engenheiro Georges Earl Churchill visitou essa região para tentar algumas saídas como atravessar com canoa e varejão as quedas d'água, fazer um caminho por via terrestre, e ainda verificou a possibilidade de se construir um canal ou mesmo construir uma ferrovia, o que já se tinha tentado por duas vezes.

Nesse contexto o mais viável seria construção do canal, porém os interesses capitalistas dos ingleses falaram mais alto e assim surgiu a opção quase obrigatória pela ferrovia. Pareceu então que o mais viável seria a construção de uma ferrovia, o que já fora tentado anteriormente. No entanto, a despeito de não terem dado certo as duas primeiras tentativas, procurava-se de toda forma uma saída para escoamento das pélas de borracha e da quina, planta típica da região amazônica que tem como princípio ativo a quinina que trata a malária, grande algoz dos que vieram para o espetáculo amazônico, e que tinha grande valor econômico e medicinal e era produzida por bolivianos nos seringais ao longo do trecho encachoeirado do Rio Madeira. O tempo era o último quarto do século XIX, que foi o auge do primeiro ciclo da borracha, e o espaço amazônico era o da Região do Madeira que começava, naquele momento, a ser percebido e organizado muito lentamente apresentando os primeiros contornos do que poderia vir a se configurar como um espaço de convivência dos que ali estavam e dos que chegariam.

A partir da segunda metade do século XIX a região de seringais localizada no eixo da primeira cachoeira do Madeira rio acima começa a reunir uma

pequena população formada por ribeirinhos, indígenas e migrantes de outras regiões do país que vieram em busca de “fazer a vida no Amazonas”, expressão muito usada por esses trabalhadores, sem contar com uma grande leva de bolivianos que exploravam os seringais brasileiros.

O espaço onde começava a aglomerar mais pessoas era, inicialmente, uma espécie de pequeno porto para canoas e batelões que ali chegavam conduzidos por vendedores, geralmente os donos dos barcos, que traziam gêneros alimentícios, vestuário, um ou outro remédio, bebida alcoólica e alguns itens de utilidade para a produção de borracha e quina. O porto servia para receber a produção do Alto Madeira e mandar produtos para os seringais rio acima, que exigia além de muita habilidade e conhecimento do rio, um esforço sobre humano por parte de quem levava as compras por essa estrada fluvial.

Na última década do século XIX, quando já se tinha tentado duas vezes a partir daquele pequeno povoado a construção de uma estrada de ferro, e por ali já tinha passado também o engenheiro norte americano Neville Craig (FONSECA, 2007), é que se têm notícias de registros mais pontuais dessa povoação. Tal povoação foi primeiramente denominada de “Santo Antônio do Alto Rio Madeira” e posteriormente apenas Santo Antônio.

O povoado, agora Vila, mesmo muito pequeno, com apenas uma rua e poucas casas sem nenhum conforto, somente uma era sobrado, alcançou no auge do primeiro ciclo da borracha, nos idos de 1894, uma população de aproximadamente quatro mil pessoas no tempo de escoamento da produção dos seringais, que era feita através dos vapores que ali aportavam. Vale lembrar que essa população não era permanente e logo se desfazia, pois as pessoas voltavam para os seus lugares de origem. A Vila de Santo Antônio, que pertencia ao Estado do Mato Grosso, foi quase sempre considerada como insignificante do ponto de vista geográfico e da demografia e nunca foi uma aposta para a construção de uma cidade, apesar de ficar num local estratégico quanto ao aspecto visibilidade, pois é possível perceber o movimento rio abaixo.

A Vila de Santo Antônio, apesar de situar-se na parte mais insalubre, o Alto Madeira, conforme atesta o relatório de visita de Oswaldo Cruz e Belisário

Pena de 1910 - que demonstra como razões os altos índices de malária e a falta de higiene e saneamento – manteve-se enquanto lugar escolhido para o início a construção da ferrovia, e quando em 1907 começa a terceira e última fase de construção da Estrada de Ferro Madeira - Mamoré – E.F.M.M. - tem um contingente de aproximadamente trezentos moradores e o cenário onde antes só havia toscas moradias conta agora com estrutura de depósitos e algumas casas de alvenaria ou adobe ordenadas numa única rua existente naquele momento e nas adjacências barracos muito pobres que abrigavam trabalhadores. Para darmos uma ideia mais aproximada de como era o espaço e o ambiente, vejamos o excerto do relatório de Oswaldo Cruz citado por Vitor Hugo (1991, p. 212)

A vila não tem esgoto, nem água canalizada, nem iluminação de qualquer natureza. O lixo e todos os produtos da vida vegetativa são atirados às ruas, se merecem este nome vielas esburacadas que cortam a infeliz povoação. Encontram-se colinas de lixo apoiadas às paredes das habitações. Grandes buracos no centro do povoado recebem as águas da chuva e da cheia do rio e transformam-se em pântanos perigosos, donde se levantam aluviões de anofelinas que espalham a morte por todo o povoado. Não há matadouro. O gado é abatido em plena rua, à carabina, e as porções não aproveitadas: cabeça, vísceras, couro, casco, etc., são abandonadas no próprio local em que foi a rez sacrificada, jazendo num lago de sangue. Tudo apodrece junto às habitações, e o fétido que se desprende é indescritível.

À medida que a população de Santo Antônio aumenta e a Vila é escolhida para ser o ponto inicial da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, posto que é onde termina, de fato, o trecho encachoeirado do Rio Madeira. A população começa a sofrer as agruras de uma vida num povoado de fronteira, entregando-se assim, homens e mulheres, à bebida, ao jogo e ao sexo promíscuo.



Foto 01: Rua principal da antiga Vila de Santo Antônio do Madeira  
Fonte: Acervo do Centro de Documentação do Estado

Porto Velho nasce algum tempo depois que Santo Antônio, em outro espaço distante sete quilômetros, e discute-se até hoje quem a denominou e a época exata do seu nascimento. Fato é que a localidade não fora cogitada naquela época para nada, a não ser para funcionar como depósito de todo material que chegava para implementação da obra da ferrovia. Assim, Porto Velho cumpriria apenas o papel de ser um lugar onde se mantinha todo o material e as residências dos operários que vieram de outros países para trabalhar na odisséia amazônica da construção de uma ferrovia num dos lugares mais inusitados do planeta. A localidade era calma, limpa, com poucas casas e conseqüentemente não viria a abrigar pessoas que não trabalhassem ou estivessem ligadas à ferrovia.

A pretensa exclusão de Porto Velho de ser o foco da agitação e do ganho de status de cidade não era gratuita, considerando-se que o porto onde estava montada toda estrutura de apoio a Santo Antônio destinava-se a ser o lugar que abrigaria, com estrutura mínima, os trabalhadores de elite, ou melhor, os estrangeiros, que eram mão obra especializada, e nesse obviamente fica evidenciada a intenção de segregação já que os que não trabalhavam no

contexto da ferrovia deveriam habitar em Santo Antônio ou, ficando em Porto Velho, deveriam ficar fora dos limites da vila ferroviária, ou seja, criava-se ali uma ilha social em que as normas eram rígidas e os princípios outros. No entanto, há em todo sistema, organizado ou não, algo que sempre subverte a ordem, que é a forma como as relações de poder vão se construindo e como o poder passa a criar nos sujeitos a ilusão de que podem tê-lo e controlá-lo para exercê-lo contra os outros e nunca sofrerem sua ação. Acontece, porém, que o poder intrínseco nas relações humanas não tem escolhidos nem se centra em alguém, como nos diz Foucault, em *Microfísica do Poder* (2000), ele se exerce em rede e permeia livremente todas as relações:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2000, p.183).

Sendo assim, os espaços anteriormente pensados e definidos categoricamente enquanto estrutura física para atender a uma estrutura social não pode obedecer à mesma definição quanto à inserção e circulação dos seres e dos costumes, porque não se tem como impedir a relação das classes, nem tampouco a luta que se estabelece entre elas.

Enquanto o cenário da cidade de Porto Velho era montado, pretensamente, de forma organizada e cênica, e intitulada agora de Porto Velho de Santo Antônio, a vila de Santo Antônio ainda prosperava e era conhecida pela expansiva população que se constituía em torno da construção da ferrovia como o espaço que oferecia além de bordéis e prostitutas em franca decadência, bebidas e orgias.

Nesse cenário, mesmo com o crescimento econômico que ora começava a aparecer, o espaço da vila era, quanto ao seu aspecto sanitário, lastimável, pois não havia esgoto, água tratada ou iluminação e além do mais toda espécie de dejetos eram lançados na rua de forma que homens e lixos pareciam ter a

mesma origem. Porém, o que mais chamava a atenção de sanitaristas que por aqui passaram em expedição eram as águas paradas que se tornavam berçários para anofelinos e que tornava aquele espaço área endêmica. Mediante a visão dantesca, em função do caos social que começava a surgir e que traria grandes transtornos, o que restava era voltar-se para Porto Velho e tentar a construção de um espaço organizado, disciplinado, salutar, com boa alimentação, com limites geográficos bem definidos, em que a população heterogênea migratória, que se constituía de trabalhadores de classe média baixa em seus países de origem, com exceção dos americanos e irlandeses que eram altamente qualificados, pudesse trabalhar e compartilhar de um ambiente dito melhor.

Nessa perspectiva é que não custou muito e os engenheiros e encarregados pela ferrovia perceberam que Santo Antônio não era o melhor lugar para ser o marco inicial da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e transferiram imediatamente para Porto Velho.

A ocupação e a oportunidade de trabalho na Amazônia atraíram pessoas de todo o mundo e também os brasileiros de outras regiões, alguns, de fato, chegaram a essas paragens recrutados por empresas e se dispuseram a trabalhar, outros porém usaram de artimanha e fingiram vir para trabalhar na construção da ferrovia e nunca chegaram a fazê-lo, pois quando aqui chegaram se encaminharam para outras frentes de trabalho ou simplesmente desistiram de tudo, começando a formar assim uma massa de desocupados, lógicos frutos da miséria, da exclusão social e da requintada crueldade do sistema capitalista que vê aumentada a possibilidade de geração de lucros onde o sistema é caótico.

Dessa feita, começa-se a perceber que Porto Velho tinha uma divisão física e social bastante visível, pois, enquanto a micro cidade que funcionava nos pátios da ferrovia e tinha uma avenida divisória ideológica para proteger-lhe moralmente, era para quem chegava pelo rio, a visão de uma cidade moderna e funcional dentro dos parâmetros que a modernidade exige, ou seja, com um mínimo de infraestrutura; a outra cidade que começava a se constituir com uma massa proveniente de Santo Antônio, que já não era mais o foco principal, apresentava o quadro de estrangeiros que não ficou dentro do pátio da ferrovia porque queria a liberdade de ir, vir e usufruir de bebidas jogos e prostituição. As levadas de mulheres que chegavam para se prostituir e outros desprovidos representavam a miséria e a desordem com que se teria de conviver,

metaforizando seria: os destituídos da república exigiam sua parcela de participação.

Sobre a perspectiva que ora estamos apresentando, a citação de Moraes ilustra a composição social que vai se constituindo e anuncia o que mais tarde se tornaria claro: que os grupos sociais buscariam, cada um a sua maneira, se firmar no universo dessa nova cidade que nascia, diferente das demais, sob o signo da diversidade social, cultural e linguística.

Quando o navio que traz o turista jusante faz a última curva abaixo de Porto Velho, aparece ex-abrupto a policrômica cidade na enseada. Uma impressão falsa assalta aí o viajante: é a de que está enxergando uma fábrica ou uma usina, tantos são os galpões de zinco por entre o chiar das máquinas, o penacho fumarento das chaminés, o ranger ruidoso dos ferros. Desembarcado, porém, essa impressão é outra, modificada para a realidade. Surge, então, uma cidade à moda do *far-west* americano, tais os aspectos imprevistos, ao arrepio das povoações amazonenses, que vão ferindo a retina alarmada do curioso, quer na construção desigual, quer nos hábitos desenvoltos, quer ainda, na perspectiva do conjunto.

[..] Das vinte às vinte e quatro horas, nesse estabelecimento, um músico peruano versado em Chopin, em tangos, em cateretês, embala aos acordes de um piano, o pensamento da freguesia. As zabeneiras profissionais, desde a cearense à turca, desde boliviana à amazonense, desde a colombiana a riograndense, entram e saem saracoteado sobre os olhares escaldadiços dos seringueiros de saldo, vindo dos altos rios, mal-refeitos ainda de uma longa castidade obrigatória.

...Por entre essa sociedade suspeita, nas mesmas salas, outra, mais firme, menos adventícias de advogados, médicos, engenheiros, juízes, promotores, capitalistas, jornalistas, proprietários, e até, Santo Deus! de secretários de Estado.

[..] Se o Amazonas, na sua própria capital, é um ninho de forasteiros de outros Estados, Porto Velho, na sua cidade, é um pandemônio de muitas nacionalidades, verdadeira Torre de Babel, na qual o grego conversa com o japonês, o americano com o zíngaro, o boliviano com o argentino, o inglês com o búlgaro. (MORAES, 1938, p.178-179)

É importante ressaltar que Santo Antônio tanto quanto Porto Velho localiza-se em uma região extremamente insalubre, e os trabalhadores e todo o povo que aqui estava foi vítima da malária, que arrastava cordões de mortos exigindo dessa forma que os trabalhadores fossem substituídos por outros que a empresa mandava buscar. A menor incidência de malária se dava apenas e tão

apenas com aqueles que trabalhavam e moravam na vila ferroviária, pois as casas eram de madeiras cobertas com zinco ou de pedras cobertas de telhas de barro e para manter maior salubridade eram teladas. Contava a vila ainda com água tratada, luz, esgoto e um hospital que oferecia quinino para tratar os infectados de malária e outras doenças.

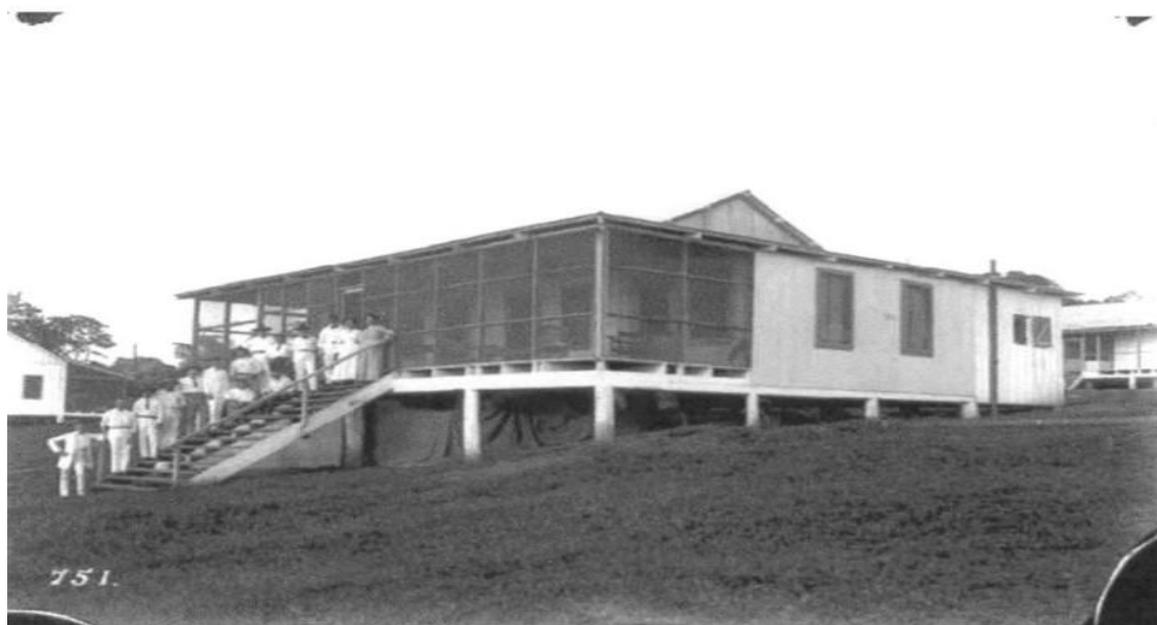


Foto 02: Casa dos engenheiros da E.F.M.M.  
Fonte: Acervo do Centro de Documentação do Estado

Os trabalhadores que ocupavam a vila ferroviária obedeciam a uma hierarquia social e digamos também étnica, em que os mais importantes eram os americanos, irlandeses, ingleses e alemães, porque eram engenheiros e responsáveis pela obra, portanto pertenciam ao primeiro escalão; seguidos por espanhóis, italianos, japoneses, chineses, indianos, árabes e alguns povos da América Central, colonizados pela Inglaterra, principalmente os provenientes da ilha de Barbados, considerados mão de obra especializada, pois tinham trabalhado em ferrovias de quase todo o mundo e possuíam larguíssima experiência nesse trabalho. Falavam-se aqui idiomas do mundo todo, porém a maior parte da comunicação dava-se em inglês ou espanhol: a pequena cidade tornava-se assim uma Babel.

Essa hierarquia étnica pode ser percebida da seguinte forma: em primeiro lugar estão os que poderíamos chamar de dominantes, que são os brancos nórdicos, os diretores; os trabalhadores são os menos brancos, os

mediterrâneos, os amarelos que são os orientais; os semitas, que são os árabes ou indianos; e finalmente os caribenhos, que são os negros.

Os homens das várias etnias que aqui chegaram vieram em sua maioria sozinhos, porém alguns trabalhadores trouxeram famílias e outros constituíram assim que chegaram. Uma vez que tinham um emprego, falavam o inglês ou espanhol, o que facilitava a comunicação, um espaço razoável onde morar e sentindo-se protegidos, de certa forma, naquele espaço privado, surgiu a vontade e a necessidade de dar à vila um ar de cidade e à cidade um ar de terra natal. Sendo assim, o primeiro passo, para aqueles que permaneceriam aqui durante e após a construção da ferrovia, foi criar uma identificação com o ambiente e depois trazer para essa nova vida e nova terra os aspectos culturais que daí em diante seriam fundamentais para se sentirem homens mais ou menos completos.

Ao longo do texto em questão percebemos que, na formação dos espaços amazônicos, muitas histórias não foram encenadas na escrita e que pelo próprio teor do texto que ora se apresenta já pudemos sentir que Porto Velho surge sob o signo do duplo e da ambiguidade, pois temos os nativos e os estrangeiros, os que mandam e os que são mandados, os letrados e os analfabetos, uma cidade que pertence aos categas, porque assim eram chamados os trabalhadores e moradores da vila ferroviária, estrangeiros ou não, que tinham instrução e conseqüentemente categoria; e aos mundiças, que eram os de fora do pátio da ferrovia, geralmente os nativos, os sem instrução, os sem classe nem estirpe, os que não tinham naquele momento outras possibilidades. Não olharemos para tudo o que a história dessa cidade nos oferece, seria uma história sem fim, mas nos deteremos sobre pessoas e fatos que deixaram suas marcas e seus legados num tempo histórico, pois os mesmos correm o risco de ser e estar apenas em um tempo, um canto e um lamento da memória.

## 2 O PALCO E OS ATORES

'Amarelos' se costuma chamar aos pregadores da morte, ou então 'pretos'. Eu, porém, quero apresentá-los também sob outras cores.

Nietzsche

A construção de uma estrada de ferro em lugar distante, nesse caso na Amazônia, quase sempre é pensada miticamente como sinônimo de progresso, pois a dinamização de processos econômicos, sociais e culturais mantém relação intrínseca entre a construção ferroviária e a construção de cidades que a abrigam. Nesse aspecto não foi diferente com Porto Velho. O que marca uma diferença entre Porto Velho e outras cidades é que a mesma já nasce com divisões. Há uma cidade *in*, que surge nos pátios da ferrovia e uma cidade *out*, que se forma além dos pátios da ferrovia.

A cidade *in* é inicialmente formada por trabalhadores vindos de outros países e a cidade *out* por nativos ou migrantes de outras regiões do país. A cidade de dentro, que já conta com uma infra-estrutura, começa a se organizar em termos de ocupação de espaços internos ao pátio. Os espaços são divididos para abrigar a convivência de coisas e seres de acordo com as necessidades, em primeiro lugar o espaço do trabalho que seria o pátio e as máquinas, depois os galpões e os escritórios para o serviço burocrático, em seguida vêm as subdivisões dos espaços da ferrovia, que são os lugares comuns, e finalmente as casas dos trabalhadores que ali moravam. Dessa forma esse espaço é categorizado como privado e o espaço fora dos muros da ferrovia como público. A divisão grassava em todas as instâncias, ou seja, do material ao ideológico, entre categorias e mundanças, logo entre privado e público.

Em um primeiro momento parece paradoxal que os estrangeiros habitem a cidade *in* e os nativos a cidade *out*, porém a primeira organização do que viria a ser a cidade de Porto Velho se deu dessa forma. Sendo assim, o dentro se formou com os de fora, os estrangeiros, e o fora se constituiu com os de dentro, os nativos.

Os espaços foram tomando dimensões de público e privado, não só por uma divisão geográfica, a Avenida Farquar que dividia os espaços, mas também por

uma divisão social que termina por dar à cidade um caráter dual que permanece até então. Fato é que Porto Velho tem nitidamente duas cidades, a primeira, formada por seus moradores mais antigos e de famílias tradicionais e a segunda, que é uma cidade que se formou nos arredores da primeira com sujeitos vindos para Rondônia, principalmente da região Sul, atraídos pelas oportunidades de trabalho e com o pensamento de que nessa terra nada tinha sido feito, o que incomoda deveras os aqui nascidos e/ou criados, causando uma animosidade entre os habitantes até hoje.

A divisão que estava presente em todos os aspectos começa a se impor mostrando de forma explícita que na relação sujeitos e objetos, os primeiros têm menor importância e ficam restritos aos espaços menos privilegiados da cidade *in*. Ainda nessa esteira não fica difícil imaginar que entre os trabalhadores, além da divisão por eixos profissionais, havia uma divisão por cor e raça e nesse aspecto os trabalhadores barbadianos tiveram autorização para construir suas casas em um lugar mais afastado da região central do pátio, com os mesmos benefícios dos outros trabalhadores da ferrovia. A população de Porto Velho denominou-os barbadianos por serem trabalhadores advindos da América Central, recrutados na ilha de Barbados, entreposto de contratação de mão de obra especializada.

A população que estava situada nos pátios da ferrovia, os *catégas*, e que se mantinha como que protegida pela Avenida Divisória, conhecia e deixava bastante visível, socialmente, a ruptura que existia entre o espaço privado e o público, pois o primeiro se mostrava organizado e limpo, principalmente quanto aos princípios rígidos que ali reinavam, e o segundo espaço, o dos *mundiças*, que simbolizava desorganização e mazelas sociais, estes mantiveram por algum tempo, aparentemente, uma postura de união e respeitabilidade às regras sociais instituídas para aquele convívio. Não obstante, a população barbadiana sabia que os espaços eram categoricamente definidos por etnias e que os trabalhadores embora habitassem o mesmo espaço sabiam que havia uma linha tênue entre a aparente harmonia e o preconceito. Mesmo com todos os problemas que a formação de pequenas cidades e ou espaços habitacionais têm, a cidade *in* seguia no seu ritmo ignorando, ou não querendo perceber, as fantásticas diferenças ali existentes. Havia uma espécie de pacto do não incômodo até os limites da suportabilidade.

Deve-se aqui lembrar que o espaço dual em que se constrói em Porto Velho,

no início do século XX, estabelece mundos diferentes aos sujeitos urbanos. De um lado, no espaço privado o capitalismo ditando suas regras, impondo ritmos de formatação para uma parte da cidade que precisava garantir o visual e a visibilidade da modernidade em plena selva amazônica. Por outro lado, tem-se a outra parte da urbe invisível, naquele momento, aos olhos do capital e descompassada em ritmos de trabalho, mas já tentando de alguma maneira se organizar. A informalidade e a transgressão garantiam ao espaço *out* o desequilíbrio que os administradores e, principalmente, os investidores não deveriam perceber, como nos esclarece Nogueira (2008, p.45)

A cidade que se constitui fora do espaço da ferrovia garante a idéia de um território demarcado pela transgressão. Ao mesmo tempo em que se tenta demarcar a cidade por um ordenamento focado em atividades laborais, têm-se espaços que são marcados pela 'ociosidade' de seus moradores que, alijados do processo de produção, são obrigados a desenvolver trabalhos, aos olhos do capital, considerados secundários. Surgiram, assim, as lavadeiras, vendedores ambulantes, dentre outros.

A divisão espacial e social somadas ao desconhecimento e à diferença de costumes normalmente gera preconceito e exclusão. Nesse sentido o preconceito e a exclusão que inerentemente permeiam as relações sociais dos diferentes grupos tomam rapidamente, em Porto Velho, proporções abissais, pois as culturas dos grupos aqui presentes são diametralmente opostas e o território em que se encontram até então apresenta uma pseudo-neutralidade.

No entanto, a aparente neutralidade do espaço da cidade que se formava, sublimava dois mundos e duas maneiras de viver e se comportar. De um lado os nativos com todas as pechas atribuídas pelos estrangeiros e de outro os alienígenas, como eram considerados os estrangeiros, que ignoravam uma existência amazônica e se comportavam como colonizadores.

A ideia de dois mundos ou de duas culturas muito diferentes que circulavam num mesmo espaço físico passou a contagiar e imprimir marcas e aspectos gerando uma espécie de campo divisório onde tudo podia ser analisado no mínimo por duas óticas diversas, ou seja, tudo era duplo, mas não necessariamente igual. Há, porém, um terceiro aspecto que deve ser considerado, que é o fato do estrangeiro negro barbadiano apesar de discriminar também sofrer discriminação

por parte dos outros estrangeiros e mais ferrenhamente da população local. Cria-se assim uma cadeia de exclusão que poderá vir a explodir sob a forma da tentativa de aniquilamento da existência dos nativos ou dos mundiças, como eram denominadas as pessoas que não faziam parte do grupo que trabalhava como mão de obra especializada durante e após a construção da ferrovia.

A história que vai se construindo caminha impreterivelmente para uma acirrada disputa entre grupos sociais com olhares distintos sobre a cidade. Ou seja, de um lado os trabalhadores estrangeiros falantes do inglês, com costumes e tradições diferentes da população local e por outro os homens que constituíam uma massa formada na maioria por nordestinos, que vieram para esta parte da Amazônia como soldados da borracha ou como seringueiros, e ao chegarem por estas paragens aprenderam a sobreviver na floresta. Portanto, ao contrário dos estrangeiros, os seringueiros assumiram um sentimento de pertencimento e não aceitavam muito bem a destruição da selva que tanto lhes serviu.

Os estrangeiros, por sua vez, agiam naturalmente desconsiderando a existência e a cultura do nativo, e se colocando como construtores de um espaço social que fatalmente alijaria os demais que não fossem ordenados para aquele mundo em que as regras e as perspectivas eram outras. Logo, o estrangeiro sustentava a ideia de pertencer à cidade e a quase tudo que diz respeito a ela, e assim pensava, em função de estar participando do processo de construção do espaço. Não se deve esquecer, no entanto, de que não podemos impor ao outro a ideia de que ele não pertence, só porque assim o desejamos, temos que saber que a sensação de pertencimento é mais urgente naqueles que se sentem mais excluídos.

Esse sentimento de pertencimento será transferido pelos mundiças ao espaço urbano. Dividi-lo com grupos diferentes e com matrizes culturais diferenciadas das praticadas por aqui não era tão fácil. Foram inevitáveis os conflitos com carga preconceituosa como podemos observar na citação abaixo:

Em Porto Velho, os símbolos da segregação foram além das fronteiras espaciais, ou seja, perpassaram o público e o privado. A segregação se dava por meio do elemento cor, e do grau de instrução de seus sujeitos sociais. Isso significava dizer que os barbianos não eram discriminados por serem negros, e sim, por serem instruídos, uma vez que eram considerados, em muitos casos, como mão de obra qualificada; por se comunicarem em

inglês e por formar um grupo composto, em grande maioria, por professores e maçons e, também, por serem Categas. Por outro lado, o restante da população era também discriminada por esse grupo, tendo em vista que eram considerados negros, porém, não alfabetizados; eram considerados “não muito limpos”, o que fazia com que os barbadianos os concebessem como sujos, vadios ou, por assim dizer, Mundiças. Isso caracterizava bem a transposição de Santo Antônio para Porto Velho, ou seja, o caos reinando também na ordem. (NOGUEIRA: 2008, p.60)

Pode-se dizer que a cidade de Porto Velho teve sua origem marcada pela diversidade cultural de seus atores urbanos que imprimiram ritmos diferentes às espacialidades marcadas pela desigualdade e pela diferença como podemos perceber na continuidade da construção desta Seção.

## **2.1. A EXCLUSÃO DOS MUNDIÇAS E O MUNDO DOS CATEGAS**

Continuadamente, a cidade, no inverso do poema de Drummond, “Cidadezinha Qualquer”, não andava devagar. A aceleração da obra de construção da ferrovia encontrava-se a plenos vapores. E os homens organizavam-se na medida do possível para se sentirem mais humanos e mais confortáveis.

Assim, vai sendo construída o que mais tarde seria a cidade de Porto Velho que, a pedido de Percival Farquar, que nunca esteve nestas paragens, foi projetada em Nova York, segundo depoimentos de antigos ferroviários, mas sem comprovação histórica, para atender as necessidades dos estrangeiros e recebeu uma lavanderia a vapor, um jornal semanal bilíngue, uma fábrica de gelo, luz elétrica, sistema de água e esgoto, além de um hospital denominado Candelária, que ficava a dois quilômetros do ponto inicial da ferrovia, para atender os funcionários e operários mais próximos contaminados pelas doenças tropicais.

É certo que nesse contexto as diferenças nas relações entre os estrangeiros vão aparecer e o que vai pesar de fato é a diferença entre os barbadianos, os demais estrangeiros e a população local que vivia além dos pátios da ferrovia, pois o século XX não significou para essa parte da Amazônia apenas o processo de construção da modernidade, mas significou, sobretudo, o momento onde se fará presente a luta pela preservação da identidade cultural dos grupos que aqui estavam e principalmente o grupo dos barbadianos. As acentuadas diferenças

culturais foram percebidas desde o momento em que os barbadianos chegaram aqui e à medida que a cidade vai aos poucos se delineando e desbancando Santo Antônio, que vai sendo abandonado, acentuam-se os antagonismos dos grupos sociais e culturais presentes nesse cenário amazônico.

À medida que o tempo passava e tudo parecia entrar na ordem, as histórias e os papéis sociais começam a se delinear e se projetar na arena em que se transformava, naquele momento, a cidade de Porto Velho. Os discursos e as práticas dos grupos se organizam e o espaço é verdadeiramente demarcado conforme o lugar que o grupo ocupava, enquanto categoria profissional e social.

Na esteira desse pensamento e da história, é necessário dizer que quando da chegada, façamos agora uma breve retomada na linha de tempo, o primeiro contato dos barbadianos, ainda na beira do porto, com a população nativa causou certo impacto aos últimos, pois os barbadianos eram altos, vestiam ternos de linho, sapatos lustrados e chapéu panamá. Desembarcaram aqui sonhando com dias melhores, enquanto as pessoas da população local que, tentando adaptar-se à nova ordem, vestiam roupas simples e viam, no dizer corriqueiro sobre os barbadianos que: “naqueles negros havia um ar de superioridade maior do que a dos ingleses e norte americanos que por aqui tinham passado ou viviam”.

No processo de construção das cidades e no entre o que elas são antes e no que elas se transformarão depois, algumas práticas são construídas e ficarão impregnadas nos seus habitantes durante algum tempo. Na Babel que se construiu em Porto Velho um aspecto deve ser observado e analisado cuidadosamente, pois será um elemento básico para o entendimento da construção das relações que se estabeleceram na nova cidade, o preconceito.

As situações que envolvem o preconceito, velado ou não, estarão sempre na ordem do dia e ao contrário do que contumazmente pensamos sobre a temática, o preconceito, que é visto quase sempre da ótica do opressor para oprimido ou do forte sobre o fraco, numa relação muito direta, não é o vivenciado pelos grupos em Porto Velho. Os barbadianos, na verdade, sofrem preconceitos de todos os lados, pois os demais estrangeiros brancos, e com uma posição mais privilegiada na companhia ferroviária, tendem a tratar com distância os negros, por considerá-los trabalhadores menos qualificados; e os nativos por sua vez se ressentem do grau de escolarização, da estreita ligação de uma parte do grupo com o alto escalão da administração, de falarem um idioma desconhecido por eles, da postura altiva, da

elegância com que se vestiam, pois mesmo sob o calor rigoroso característico da Amazônia eles trabalhavam de terno ou de calça e camisa de linho, além do chapéu.

Os barbadianos foram se tornando o centro de todos os olhares e o alvo de todos os preconceitos, tanto do preconceito dito do superior para o inferior quanto do inferior para o intermediário, que é o caso. Não obstante, faz-se necessário ressalvamos que o preconceito que os barbadianos sofriam não era gratuito, pois colaboravam inconsciente e indiretamente para que tal acontecesse quando aqui reproduziam o *modus vivendi* que tinham em sua terra natal.

Ao afirmarmos que os barbadianos de certa forma colaboravam para a atitude preconceituosa dos demais grupos não estamos querendo colocar as possíveis vítimas como culpados, num crime tipicamente à brasileira, mas abrir aqui também a possibilidade de tal atitude ser considerada como apenas um mecanismo de defesa, o que costuma ocorrer com grupos que se inserem em contextos culturais diversos dos seus.

É essencial que abramos aqui um parêntese para esclarecer que detalharemos em maior escala a chegada e a permanência dos barbadianos em Porto Velho, posto que seja o grupo social de que fazem parte os nossos sujeitos da pesquisa, não que os demais grupos não sejam importantes, falaremos deles à medida que a necessidade de explicar o contexto das relações faça-se imprescindível.

Após sua chegada os barbadianos entendiam que para os que aqui vieram trabalhar, o trabalho era árduo, mas com perspectiva de gerar frutos financeiros e voltar em condições melhores para o seu país de origem. No entanto, ficava cada dia mais distante a possibilidade de retorno aos seus, pois como argumenta Manoel Rodrigues Ferreira (1982), em seu livro *A Ferrovia do Diabo*, o contrato entre a empresa e os empregados não se dava da forma que os últimos imaginavam, vejamos:

Pelo contrato que assinaram antes de sair da Filadélfia, os operários eram debitados pelo custo de transporte até Santo Antônio até que tivessem seis meses de serviço e só teriam direito à passagem de volta ao fim de dois anos. Assim é que muitos principalmente aqueles que, devido à doença, perderam muito tempo, nada tinham a receber. Não poucos estavam em débito para com a firma. (RODRIGUES, p. 271-272).

A citação refere-se especificamente aos trabalhadores da Filadélfia, mas

leia-se e incluía-se a contratação de outros trabalhadores de mais ou menos cinquenta nacionalidades diferentes que para aqui se deslocaram sonhando com melhores condições de empregos e salários e que terminaram, forçosamente, por fazer parte do processo de modernização da Amazônia.

Assim, cientes da sua não volta, os trabalhadores negros procuraram, na maioria, uma maneira de se estabelecer e trabalhar embalados pela ideia de que estavam construindo um novo mundo que fatalmente teria sua construção inviabilizada, não fosse pelas suas contribuições.

A cada dormente fincado, cada estação instalada e locomotiva em funcionamento se constituía em motivo de orgulho e satisfação para os que promoviam a modernização na Amazônia em pleno início do século XX. Satisfação e orgulho que iam se ampliando à medida que criavam espaços e situações que tivessem representações com características caribenhas.

Foi assim com a criação do Barbadian Town, que foi construído remontando os aspectos estruturais e demais características das construções caribenhas. O bairro teve sua localização em um morro onde eram abrigados os negros advindos da América Central, mas que em princípio ali se estabeleciam pensando voltar mais tarde para seus lugares de origem. Percebe-se então que o bairro tinha caráter provisório inicialmente.

A provisoriedade aos poucos foi cedendo lugar à certeza de que ficariam aqui mais tempo do que supunham e sendo assim os barbadianos, que se intitulavam súditos da realeza inglesa, começaram a sentir de forma não muito discreta que o tratamento que lhes foi dado não correspondia em nada ao valor que estimavam arraigadamente ter, pois foi destinado para os mesmos uma comunidade ou bairro na falta de melhores definições, que passou a ser encarado, nos primeiros momentos, como sinônimo de encrenca, de confusão, em decorrência dos inúmeros conflitos em que os negros se envolviam, principalmente os oriundos de bebedeira, e também por abrigar homens considerados “não muito belos” em decorrência de sua cor.

A companhia localizou-os numa pitoresca colina do sul de Porto Velho, que recebeu o nome oficial de “Barbadian Town”. Nela foram construídos barracões para alojamento e muitos barbadianos construíram seus próprios barracos para viverem com suas companheiras, pois somente a eles foi permitido trazerem famílias. (FERREIRA, 1961, p. 47-48)

O Barbadian Town, como nos mostra o excerto de Ferreira (1961), foi localizado estrategicamente no alto de uma colina e isso significa dizer que o bairro ao mesmo tempo em que tem uma visão espacial considerada privilegiada, pois pode perceber todo o movimento da cidade *out*, também pode ser visto e percebido pela população de nativos, ou seja, há uma simultaneidade nos olhares que se entrecruzam de forma vigilante.

A visão oportuna para ambos os lados nos remete à ideia do panoptismo apresentada por Foucault (1987, p.167): “O panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver: na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto”. É preciso esclarecer que Foucault apresenta o aspecto ver-ser visto na perspectiva de que, dependendo dos espaços pode-se ver sem ser visto e também ser visto sem ver. No entanto, nas espacialidades distintas do morro e da cidade *out* que se constituía beirando os limites da ferrovia, ambos se viam e não extrapolavam os limites da geografia social, mas, mesmo assim, barbadianos e nativos alimentavam a ilusão de que mesmo se vendo mutuamente havia aspectos que pairavam sem ser compreendidos numa lógica de que ver pode trazer a ilusão de controlar, mas nunca de conhecer.

Pode-se, nesse caso, questionar o uso da teoria de Foucault em função de que na relação estrangeiros/nativos não havia um grupo que mantivesse, sobremaneira, o poder, mas podemos transferir esse papel para a torre do relógio cuja arquitetura corresponde aos modelos norte americanos do século XIX e tem seu campo de representação elementos tanto arcaicos quanto modernos como é o caso do relógio que simboliza a modernidade e que está cravado na torre apontando para os quatro pontos cardeais marcando assim a relação tempo/produção, signo das sociedades capitalistas, em que o tempo representa a vigilância, ou seja, o tempo se mantém sempre como um senhor à espreita. A referida torre encontra-se localizada no prédio em que funciona O Centro de Documentação do Estado de Rondônia situada no cruzamento das Avenidas Farquar e Sete de Setembro no centro antigo da cidade.

A cidade que nasce e cresce de forma dual vai cada vez mais se expondo e deixando entrever o quanto a intolerância e o preconceito vão afetar e corroer as relações sociais de toda ordem.

O bairro, por abrigar negros estrangeiros da América Central e por se

constituir em área privada da ferrovia, acabou gerando na população que se estabeleceu no espaço público o processo discriminatório relacionado ao estrangeiro negro.

O Barbadian Town representava uma espécie de comunidade ou bairro que surgiu dentro do espaço *in* da ferrovia. Não bastasse a avenida divisória que já estabelecia duas cidades, o espaço da ferrovia também se subdividia, o que não era difícil de imaginar que acontecesse haja vista o preconceito velado que existia em relação ao negro estrangeiro. O Barbadian Town passou a ser chamado popularmente de “Alto do Bode”, a partir de 1930, aproximadamente, o que dá pistas da associação preconceituosa que era feita entre os negros e os bodes.

A questão do preconceito é histórica e cultural no Brasil, pois desde sua captura na África os negros já são encarados como coisas ou como aqueles que não têm alma pelos colonizadores do Novo Mundo. Vários outros estigmas são utilizados como representação do negro nesse período: indolente, fedorento, marginal, inferior e por isso relegado ao mundo do trabalho inferior.

O termo bode não podia ficar de fora, tendo em vista que esse negro não falava, ele bodejava, na visão do europeu, que não entendia os inúmeros dialetos falados pelo povo africano. Por serem acusados de não possuírem almas e professarem outros cultos, acabavam por reconstruir o imaginário medieval de culto a Satã, imaginário esse em que havia o culto ao bode.

Façamos aqui uma ressalva para explicar que os habitantes que se estabeleceram no Alto do Bode eram, na maioria, protestantes, mas uma minoria praticava as artes da magia negra, especialmente o vodu, prática essa que é cultural em seus países de origem. Daí se explica o fato de alguns barbadianos não se renderem ao espaço sagrado e limpo de professados cultos cristãos e preferirem, junto à Dona Esperança, fundar um espaço que congregava os mais diferentes credos, o terreiro de macumba do Mocambo, primeiro de Porto Velho, em que até mesmo alguns padres católicos se juntavam com Dona Esperança para ajudar os mais necessitados que ali chegavam. O terreiro passou então a simbolizar um espaço em que todos, independentes de seus credos, passaram a ter voz e vez.

Na Idade Moderna já se sabia que o termo bode era empregado, também para caracterizar, preconceituosamente, os negros escravizados na América. Segundo Comas (1970, p.14), antes do século XV não existia verdadeiro

preconceito racial, este só passou a existir para justificar a necessidade de mão-de-obra no Novo Mundo. O que existia, justifica Comas, eram conflitos entre cristãos e infiéis e, em se tratando de religião, as barreiras podem ser ultrapassadas, mas a “barreira racial biológica é intransponível”. O autor ainda afirma que o conceito de raça foi construído para justificar os interesses econômicos dos brancos frente à política mercantilista.

A partir dessa concepção é que o novo mundo vai sendo construído e com ele os interesses econômicos e o espírito do colonialismo imperialista vão aumentando cada vez mais os preconceitos de cor e raça. Frente a todo processo histórico podemos notar que as histórias de preconceitos ainda se repetem em menor ou maior escala em todos os segmentos sociais. Sendo assim, aqui no começo do século não seria diferente, salvo por alguns aspectos que destacaremos ao longo do texto.

A construção linguística- alto do bode- cunhada pelos nativos como termo de ofensa aos barbadianos deu-se em função de três razões: a primeira reforça o preconceito da população branca, que dizia que os negros exalavam, em determinadas horas do dia, devido ao forte calor, um odor semelhante ao do bode; a segunda, não menos preconceituosa, se devia ao fato de os negros estrangeiros se expressarem em inglês e a comunidade local comparar essa fala enrolada com o bodejar do bode; e a terceira relacionava-se com o fato de os barbadianos terem sido fundadores da primeira loja maçônica de Porto Velho e no imaginário local reforçar a ideia de que na maçonaria existia um bode preto que fazia parte do ritual de iniciação do maçom e estava atrelado ao mundo desconhecido dos rituais macabros.

A afirmação de que os barbadianos mesmo sendo protestantes fundaram a maçonaria pode parecer contraditória e inaceitável, porém voltamos a afirmar que os barbadianos quando aqui chegaram eram na maioria protestantes, mas havia um grupo católico e ainda outro vinculado à prática de rituais de magia. No entanto, em terras estranhas tudo vai se relativizando à medida da necessidade, da convivência e aceitação enquanto membro de um grupo social. Talvez resida nesse fato a explicação de que a maçonaria em Porto Velho tenha sido fundada por membros católicos e protestantes.

Nas práticas preconceituosas efetivadas entre os grupos vale lembrar que o odor relativo aos negros e que tanto incomodava o resto da população já havia sido

abordado em estudos que tentavam comprovar a inferioridade do negro. Como elucida Comas (1970, p.29), “o odor peculiar do corpo do negro e seu acentuado prognatismo tem sido apontados como prova de sua inferioridade biológica”. Durante bastante tempo os barbadianos tiveram que conviver com o preconceito e o desprezo do resto da população.

À medida que o tempo e a convivência se estabelecem de forma mais intensa, negros e nativos procuravam desenvolver mecanismos de relacionamentos que os resguardassem e os fizessem se sentir mais dignos. Desta feita, os negros faziam questão de demonstrar, segundo imaginavam ideologicamente, sua condição de colonizador, de serem homens alfabetizados e polidos, além de falar outra língua, enquanto os nativos se agarravam no bordão de que “essa é a nossa terra”. Enquanto os nativos se agarravam e fortaleciam o preconceito racial, os barbadianos tentavam fazer soar que eram realmente distintos daquela plebe, pois, quando eram convidados a almoçar ou jantar na casa de algum branco nativo, levavam sempre seus pratos e talheres; quando cumprimentavam alguém que não fizesse parte da administração da estrada ou que não fossem os seus conterrâneos, era comum tirarem do bolso um lenço e limparem as mãos logo após o ato.

Assim, entre provocações e suscetibilidades o tempo foi passando e as posturas de negros e nativos foram se estendendo, dominando os espaços geográficos e transformando-os em territórios de lutas, praticamente corpóreas, de disputas e contestações.

É bom lembrarmos que as atitudes dos barbadianos, na maioria das vezes vistas como preconceituosas ou deselegantes, ou talvez como mecanismo de defesa, por parte dos nativos, carregam aspectos significantes da base cultural advindos da colonização inglesa nas Ilhas da América Central. Salientamos, aqui, que tais condutas resultavam de práticas culturais vinculadas à ética protestante, que levam a uma visão diferenciada de ver o corpo disciplinado e moldado ao mundo do trabalho. Tais idéias são reforçadas por Max Weber (2003, p.37):

O fato de que os homens de negócios e donos do capital, assim como os trabalhadores mais especializados e o pessoal mais habilitado técnica e comercialmente das modernas empresas é predominantemente protestante.

A partir desse momento fica cada vez mais claro que os atores envolvidos no

grande espetáculo da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e consequentemente da cidade dupla que é Porto Velho, já no seu nascimento, que o preconceito de raça, cor, gênero ganhava um ingrediente a mais que é o da religião professada pelos negros que viviam naquele espaço. É necessário dizer que embora os nativos não fossem praticantes do catolicismo, mesmo assim criticavam os negros protestantes.

O tempo não pára e nem as relações sociais tendem a se tornar mais amistosas em Porto Velho, ao contrário, conscientes do papel a que eram relegados ou como eram vistos e querendo de certa forma reagir contrariamente e provar sua igualdade com os demais estrangeiros, os barbadianos resolvem investir em algo que pode ser o diferencial em todo o processo de organização e convivência de comunidades bastante diferentes: a educação dos filhos e o combate ao analfabetismo entre os seus pares.

Na concepção dos barbadianos, que foram os únicos trabalhadores a terem permissão de trazerem suas famílias, os hábitos, os costumes e a cultura de forma geral tinham que ser mantidos. Segundo Mary Chamberlain (1998, p. 107), que empreendeu pesquisas sobre o modo de ser e viver dos povos caribenhos, principalmente o barbadiano, afirma que o povo barbadiano é um dos poucos grupos, talvez o único, que ao se deslocar transporta para o novo habitat pedaços de sua história e de seu local. A autora afirma que: “os barbadianos têm mantido vivo no exílio um forte senso do que é a terra de origem e tentado preservar uma identidade cultural barbadiana”.

## **2.2. MARCAS DA COLONIZAÇÃO INGLESA NO CENÁRIO AMAZÔNICO**

Para entendermos o comportamento e os traços culturais do grupo denominado barbadiano, nessa parte da Amazônia, precisamos fazer uma retrospectiva histórica e perceber o tipo de colonização implantada pelos ingleses na América Central e, posteriormente, analisarmos as ações do referido grupo em relação aos moradores locais.

A Inglaterra iniciou o seu processo de expansão ainda no período da Idade

Média. O caminho percorrido foi de muitas guerras pela aquisição de novos territórios, porém somente no início do século XVII é que os ingleses conseguiram conquistar partes da América do Norte e do Caribe. No início do século XVIII além das Treze Colônias, tinham conseguido colonizar o território por eles denominado de Índias Ocidentais Britânicas, abrangendo a Jamaica, Barbados e as Bahamas.

A colonização inglesa se distinguiu dos demais processos colonizadores em decorrência de implantar, em primeiro lugar, a escola para ensinar os nativos colonizados a lerem, sobretudo a Bíblia, para somente depois construir um banco. O processo de conversão dos povos colonizados garantia o controle social e minimizava através dos convertidos qualquer tentativa de levante social.

Assim, com o Calvinismo através de suas variantes e suas igrejas como a puritana, presbiteriana, anglicana e outras, os povos colonizados foram aprendendo os princípios da ética protestante e da visão capitalista. Ao absorverem os traços culturais advindos das práticas religiosas ditadas pelo protestantismo, os colonizados foram desenvolvendo a base cultural imposta pelos colonizadores cujos traços marcantes apontavam para a garantia do sucesso através do esforço pessoal, pelo trabalho e pela economia que cada homem poderia fazer do valor advindo de seu trabalho.

O protestantismo legitimava o lucro ao contrário do que pregava o catolicismo. Para se obter o lucro e o sucesso prometidos pelos colonizadores e almeçados pelos colonizados em troca da ocupação de seus territórios, havia necessidade de se manter o corpo sadio para o trabalho, que tinha como fator primordial o processo de higienização e, conseqüentemente, uma mente elevada a Deus.

Manter a higienização do corpo, do lar, do espaço de convivência social, manter a mente sã com a leitura bíblica foram valores transportados pelos ditos barbadianos para a cidade de Porto Velho do início do século XX. Devemos aqui ressaltar que os colonizados pelos ingleses, na maioria, aprenderam uma profissão e aos poucos foram tornando-se mão-de-obra especializada e, automaticamente, transportada para as mais diversas localidades onde as empresas inglesas tivessem obras a desenvolver.

O percurso feito pelos negros da América Central recrutados no entreposto comercial na Ilha de Barbados foi justamente este, ou seja, a maior parte compunha o quadro de trabalhadores especializados. Como já haviam fincado

dormentes e trilhos em várias estradas de ferro construídas pelos ingleses em boa parte do mundo, em Porto Velho chegam em maior número como já frisamos anteriormente.

Sendo assim, os barbadianos quando chegaram a essa nova terra tinham, como todo estrangeiro, o desejo de retornar a sua terra de origem, o que já dissemos que não aconteceu. Dado que o retorno não existiu, continuemos agora a narrar e analisar o que aconteceu durante o período de construção dessa nova vida após os barbadianos terem criado o Barbadian Town e nele se estabelecido.

Os trabalhadores barbadianos que ainda não tinham família terminaram por constituí-la, o que de certa forma os resguardava trazendo a noção de identidade e tentavam disfarçar um sentimento latente de discriminação porque eram tidos como mão de obra especializada e por se considerarem súditos da realeza inglesa, o que lhes conferia, a seu ver, uma alta dignidade e respeitabilidade. Na verdade, os trabalhadores barbadianos pareciam visionar, não como os demais visionavam, o que aconteceria ao longo da história.

Conformados com a ideia de que se estabeleceriam por longo tempo em Porto Velho e antevendo que os mais velhos do grupo fatalmente não sairiam mais dessa nova terra, os barbadianos objetivaram e conseguiram criar um espaço que correspondia em termos de organização e prática cultural àqueles que traziam na memória, ou seja, os lugares em que viviam antes de aqui chegarem. Logo, o grande trabalho era tentar reconstituir, na medida do possível, um lugar que remontasse ou se aproximasse daqueles por eles conhecidos. Sabe-se, porém, que o arquivo que existe em nossa memória é muito facilmente passível de sofrer alterações tanto para mais quanto para menos e isso significa que o que foi vivido e guardado como lembrança de uma realidade pode não ser o real, mas podemos dar a ela um caráter de funcionalidade à medida que acrescentamos ao visto e ao vivido fatos, imagens, linguagens que julgamos adequadas para compor o que nos parece mais agradável e que nos proporciona um maior prazer estético quando da lembrança.

As imagens, segundo Bergson (2006), fazem parte de uma memória considerada por ele independente e que são conservadas de maneiras diferentes. O autor levanta a hipótese do processo de conservação acontecer a partir de duas formas distintas, a saber: a primeira em mecanismos motores e a segunda em lembranças independentes, o que justificaria o fato de os barbadianos estarem

sempre buscando a relação de compartilhamento do presente com o passado. Bergson afirma que:

A operação prática e conseqüentemente ordinária da memória, a utilização da experiência passada para a ação presente, o reconhecimento enfim, deve realizar-se de duas maneiras. Ora se fará na própria ação, e pelo funcionamento completamente automático do mecanismo apropriado às circunstâncias; ora implicará um trabalho de espírito, que irá buscar no passado, para dirigi-las ao presente, as representações mais capazes de se inserirem na situação atual. (2006, p.84)

As lembranças são impressas na memória e depois se colocam como imagens que acompanham os sujeitos, e a partir das mais constantes, ou seja, daquelas que refazem o caminho de todas as acontecimentos, bem detalhadas, não havendo negligência quanto a fatos, lugares, gestos, objetos, datas, vida afetiva e social, guardando esses dados como efeito natural do que foi vivido é que podemos recorrer a cada vez que precisamos nos refugiar no que já aconteceu. Sendo assim, os barbadianos, ao procurarem reconstituir, de certa forma, o espaço e decorá-lo com elementos advindos de sua base cultural, têm a sensação de estarem se inserindo em um mundo mais antigo e em um ambiente conhecido por eles. Na verdade, o que culmina na reconstituição de tudo que se viveu é a sensação do *déjà vu*.

A ideia constante de um mundo organizado, limpo, ético, com um mínimo de conflito sempre esteve presente entre a população de barbadianos, pois sabiam que quanto mais estruturado fosse o espaço que ocupavam mais fácil seria conviver, proteger-se e manter-se em um mundo que pouco conheciam.

O emblemático bairro Barbadian Town, apesar de parecer aos demais habitantes daquele contexto um exemplo em todos os aspectos, também tinha seus infortúnios e suas mazelas internas que, se fossem levadas ao conhecimento do restante do público, suscitaria um novo olhar sobre o mesmo. O fato de os nativos desconhecerem que os trabalhadores negros vinham de várias regiões colonizadas pelos ingleses, fez com que pensassem essa massa como vinda de um único lugar e com uma unidade de costumes, o que não acontecia, posto que cada um trazia consigo as marcas da sua cultura e interesses diferentes.

O Barbadian Town agregava, mas não igualava os seus moradores, dada a gama de valores outros que não comungavam entre si. Os conflitos então

começaram a aparecer e as origens eram as mais diferentes, dentre eles: a desilusão, a saudade, os vícios, as práticas religiosas, em suma, os desejos mais diversos. Mediante isso apareceram os primeiros conflitos originados pela bebedeira, pela prostituição e pelas arruaças entre os moradores. O problema estava posto e era necessário pensar em uma forma de contorná-lo, ou melhor, de extirpá-lo. Começa então uma luta para tentar controlar os problemas antes que os mesmos começassem a depor contra tudo o que se conseguira: um espaço organizado, o respeito às famílias e a prática assegurada da religião.

Segundo Nogueira (2004), a decisão tomada pelos barbadianos mediante ao que estavam vivendo e não podendo se arriscar a perder o que de certa forma já fora conquistado foi a de sanear/sanar os problemas do bairro e isso significava, nada mais nada menos, que retirar do espaço de convivência aqueles que não se adaptaram às regras e aos preceitos estabelecidos e vividos pelo grupo. Quem não se enquadrava no estilo de vida, agora modelar para todos, teve que deixar o bairro. A limpeza dos itens considerados pela maioria dos barbadianos como maus hábitos e costumes deu-se de tal forma que os que antes se achavam inclusos no bairro passaram para fora dos trilhos da cidade *in* e incorporados à massa externa, formando outros espaços de convivência. Nesse sentido os segredados também exerciam interdições.

Uma vez san(e)ados os problemas do bairro faz-se necessário estruturá-lo cada vez mais. A harmonia tão necessária ao bom andamento das relações naquele social vai encobrindo, na medida do possível, as pequenas fissuras tão comuns às sociedades em formação, e buscando um elemento que possa congrega os interesses e servir como um objetivo a ser alcançado. Essa busca não necessariamente deve levar a um objeto, mas a algo que seja considerado primeiro como um bem imaterial, uma ideia que pode materializar-se à medida que for pensada como um bem de todos. Após terem reorganizado o seu espaço, as perspectivas dos barbadianos eram viver melhor e cultuar valores que julgavam determinantes para união e para continuarem a ter uma respeitabilidade perante os demais. Foram, dessa forma, atentando para quais seriam as necessidades do grupo e perceberam que a mais essencial e urgente era a escola. O caráter de urgência se dava em função de as famílias ali estabelecidas terem filhos em idade escolar e de Porto Velho não possuir escolas. E, mesmo que houvesse escola o que e quem garantia a entrada das crianças descendentes de barbadianos, uma

vez que tinham como língua materna e única o inglês?

### **2.3 UMA IDEIA-LUGAR DENOMINADA ESCOLA**

A ideia de uma escola começa então a ser pensada mais fortemente como algo que se constrói internamente, no íntimo de cada um, e que deve ser compartilhada e fortalecida antes de tudo no nível das ideias e posteriormente como um lugar, pois o nome precede a existência do objeto. Há primeiro o sentido depois se materializa o sentido sob a forma de objeto. Parafraseando Roland Barthes, no seu livro *Mitologias* (1993, p.131), todo objeto é antes de tudo uma fala. E é dessa forma que os barbadianos começam a pensar a escola que queriam, não pela sua existência material, mas pelo que ela representa de valores, enfim, a ideia de escola se forma em primeira instância como um conceito que aquele social tomará como marco da sua presença na Amazônia.

A instituição Escola, bem ou mal, tem atravessado incólume os séculos e de alguma forma ou sob todas as formas tem estado presente em todas as sociedades. Não podemos pensar a existência da escola no Barbadian Town nos mesmos moldes de outros lugares, pois a realidade e a singularidade do processo de construção social vivenciado aqui é marcadamente diferente do que até então se conheceria.

O século XX chega trazendo modificações profundas e rompendo alguns preceitos até então típicos das escolas. A escola instituída e legitimada, antes fechada e temendo as influências de outras áreas do conhecimento que pudessem vir a abalar suas verdades, torna-se um pouco mais aberta às teorias, às massas e aos indivíduos trazendo uma nova concepção de homem e visando participar da preparação do mesmo para a inserção no mundo moderno. Há por assim dizer uma renovação na educação e na pedagogia, que passa a discutir princípios e teorias, e tratar outros aspectos como o aparecimento das escolas novas e o ativismo que no olhar de Cambi, (1999) “inaugurou um novo modo de pensar educação”.

A escola passa a ser questionada de forma geral e mais especificamente a escola tradicional em seus princípios, possibilitando assim que experiências inovadoras pudessem ser realizadas com o sentido de oportunizar o acesso ao

conhecimento não só para as classes mais privilegiadas e sim para todos. Nessa perspectiva, sobre a escola nova, Cambi, (1999, p.512) argumenta que:

A prática educativa voltou-se para um sujeito humano novo (homem-indivíduo e homem-massa ao mesmo tempo), impôs novos protagonistas (a criança, a mulher, o deficiente), renovou as instituições formativas (desde a família até a escola, a fábrica, etc.) dando vida a um processo de socialização dessas práticas (envolvendo o poder público, sobretudo o poder de articulação/sofisticação).

À medida que os valores da escola dita tradicional passam a ser passíveis de questionamentos começa a ocorrer uma leve mudança que consiste na alteração da visão da escola tradicional sobre o sujeito, ou seja, a escola passa a ter uma nova concepção de homem e sociedade e isso já anuncia que vão surgir no cenário as chamadas Escolas Novas, que não se arregimentaram pelos mesmos ritos da escola tradicional, mas de certa forma mantiveram alguns de seus traços como a exclusão das massas do processo educativo.

As propaladas Escolas Novas se desenvolveram em princípio na Europa, principalmente na Inglaterra, e foram consideradas como experiências isoladas e inovadoras já que traziam uma proposta de desenvolvimento dos estudos em internatos nos quais os alunos, apesar de internos, viveriam com liberdade, recebendo um estudo voltado para o seu centro de interesse e de forma bastante confortável, ou seja, de certa maneira era estabelecida nesse processo uma liberdade vigiada. Não faltaram, obviamente, severas críticas a esse novo modelo de escola. A mais constante era a acusação de favorecimento de uma educação extremamente elitista.

O momento da formação do Barbadian Town coincide com a fase em que a Inglaterra anunciava e colocava em prática modelos da “New School”, cuja criação se deve ao Doutor Cecil Reddie no ano de 1889 e que foi assimilada por outras plagas durante o século XX.

O propósito do fundador foi o de reformar a educação dos clássicos colégios ingleses (Public Scholls), que tinham caráter demasiado acadêmico e clássico, com disciplina rígida, baseada na competição individual [...] e introduzir outras disciplinas, como educação intelectual mais ativa e viva, senso de cooperação no jogo e no trabalho, exercícios manuais e trabalhos técnicos [...] (LUZURIAGA 2003, p. 230)

A mudança de concepção sobre o homem, a escola, a sociedade e o conhecimento estabelecerá uma nova ordem em que o aluno poderá usufruir, de forma bastante moderada, de uma pequena autonomia de pensamento, o que já era um avanço para a formação de um novo homem que se inscreveria no modelo e na ideologia capitalista do século XX.

A nova ordem ideológica e capitalista, no início do século XX, não escapava totalmente da percepção dos sujeitos inseridos nela, e a partir dessa percepção é que os homens passam a pensar a educação como um mecanismo de manutenção de poder. Os moradores do Alto do Bode não fugiram à regra e logo perceberam que uma escola ou um modelo de educação faria a grande diferença naquele contexto.

Os barbadianos, boa parte conhecedores da abordagem da Escola Nova, e se valendo de outras práticas educativas, bem como considerando a ausência de escolas e outras especificidades locais, resolveram, para poder educar os filhos em termos de leitura e escrita, contratar professores, moradores do próprio bairro para alfabetizar as crianças. A maioria das mulheres sabia ler e escrever e, na falta dos homens que trabalhavam durante o dia na ferrovia, elas assumiram o papel de educar os filhos da comunidade.

A inexistência de um espaço físico que pudesse abrigar ou fosse destinado à escola dificultava o trabalho educativo. A solução foi, dada à urgência da educação de as crianças, criarem espaços alternativos para as aulas. Dizemos espaços em função das aulas acontecerem em locais bastante diferentes, como nas cozinhas das casas, nas varandas, nos quintais, e depois nos barracões existentes no morro da ferrovia quando os mesmos estavam desocupados. Alguns dos homens e mulheres barbadianos eram professores em seus países de origem, logo se percebe que as aulas não eram feitas com apenas um professor e sim com aqueles que estivessem disponíveis para o ato de ensinar.

O problema da ausência de escolas em Porto Velho não pesou para os barbadianos o tanto que pesou para a população nativa, pois enquanto em todo Brasil os negros não ocuparam papéis decisivos na implantação das escolas; em Porto Velho eles foram os pioneiros. No que diz respeito ao desenvolvimento das aulas, as mesmas eram ministradas totalmente em inglês e focalizava muito

diretamente a formação dos trabalhadores.

A proposta educacional desenvolvida no Alto do Bode fica evidenciada na fala de uma das professoras pesquisadas que foi aluna da escola, vamos dizer itinerante, do bairro. Mara Nogueira, em seu artigo intitulado “Modelo Educacional Inglês e Suas Influências em Porto Velho no Início do Século XX” (2009), explicita a forma como os barbadianos superaram as barreiras para alfabetizarem seus filhos.

Os barbadianos quando não contavam com professores em sua própria família, contratavam professores no próprio bairro para ensinar seus filhos, dentro do modelo inglês de educação, porque tinham, sobretudo, esperanças de voltar para a América Central e lá não existiam analfabetos. Todas as crianças aprendiam a falar e a escrever em inglês. As aulas eram ministradas nas próprias residências e algumas vezes em um barracão da E.F.M.M. localizado no bairro. Neste barracão as crianças e os adultos exerciam suas atividades de lazer, principalmente, na montagem e ensaios de peças teatrais com temas cômicos ou religiosos, pelo menos duas vezes por mês e tais peças eram apresentadas totalmente em inglês. (NOGUEIRA, 2009, p. 07)

O fato de os barbadianos conseguirem, de certa forma, implantar e desenvolver uma base educacional no bairro e erradicar o analfabetismo entre seus pares pareceu uma afronta aos olhos da população local. A pequena classe dominante sente-se ainda mais diminuída ao pensar que negros estrangeiros pudessem manter um bairro que apresentava índice zero de analfabetismo e justamente em um período em que as categorias escolas e professores não existiam em Porto Velho.

Os moradores do bairro tornam-se cada vez mais alvo de preconceito e inveja por desfrutarem de uma estrutura física e espacial construída por eles para o seu bem estar e por terem uma concepção sobre a importância da aprendizagem e do trabalho que não era patente no resto da população. O historiador Eron de Menezes, em seu livro *Retalhos para a História de Rondônia*, (1980), descreve como se deu a implantação da primeira escola em Porto Velho e o número de alunos que a frequentavam numa clara disposição em contrapor aos números de frequentadores do Alto do Bode, que mantinha todas as crianças em processo de aprendizagem de conteúdos escolares.

O Superintendente Municipal, Major Fernando Guapindaia de Souza Brejense, pouco depois de instalado o município com a Lei nº 5, de 1º de março de 1915, criava e instalava a primeira escola pública municipal. Freqüentada inicialmente, por poucos alunos, ao fim do período letivo já apresentava uma freqüência média diária de 40 alunos. (...) Essa primeira escola foi o sêmen da atual estrutura de ensino (...) (MENEZES, 1980, p.194)

As escolas não faziam parte do contexto de Porto Velho até o ano 1915 e isso demonstra a displicência e o descaso por parte do governo em relação ao estabelecimento de uma política educacional para a sociedade, principalmente nas regiões fronteiriças, como em Porto Velho, e só isso pode justificar o fato de apesar de ter nascido destinada a ser moderna e funcional a cidade não ter inicialmente uma preocupação em estabelecer uma formação educacional para os seus sujeitos.

As diferenças sociais ficam cada vez mais gritantes entre os negros e a população nativa, e a luta torna-se acirrada, pois como podiam os negros, pensava a população local, conceber e aplicar um modelo educativo que normalmente seria destinado às elites, à comunidade a que pertenciam em pleno século XX na distante Amazônia? No entanto, para os barbadianos, que se colocavam com plenos direitos em receber o tratamento destinado ao mais puro dos ingleses, não havia problema algum em alfabetizarem seus filhos em língua inglesa para mantê-la viva e nem utilizar em algumas variantes pedagógicas da Escola Nova.

Há de se convir, no entanto, que a novidade dos fatos aqui acontecidos não era considerada uma prática normal no país, levando-se em consideração que os negros sempre foram discriminados e acusados, desde a libertação dos escravos, de causarem entraves e retardarem o desenvolvimento da nação. Capelato, em sua obra *O Bravo Matutino* (1980), faz uma análise das publicações do jornal *O Estado de São Paulo*, do início do século até aproximadamente 1937, tomando como referência os discursos veiculados pelo jornal sobre a temática da diversidade étnica e cultural, assunto muito em voga desde a libertação dos escravos até o começo do declínio das oligarquias agrárias, passando pela crise da queda da bolsa em 1929.

Os discursos proferidos pela sociedade eram claramente reproduzidos e corroborados pelo Jornal, tendo em vista que a imprensa vivia de certa forma da aprovação dos senhores que tinham influência política e econômica e, senão por

isso, também por ser composto por pessoas convictas quanto ao pensamento de que no espetáculo das raças, uma, ou mais especificamente a negra, não estava a altura de fazer parte da construção de uma nação autônoma.

Capelato, em sua pesquisa mostra como o jornal é porta voz de pensamentos como o de Júlio de Mesquita Filho, que afirma:

Não temos preconceito de cor, mas somos obrigados a confessar que os pretos não constituem fortes elementos de civilização, nem garantem à raça tipos aperfeiçoados física, mental e moralmente...Será formosa, mas sem dúvida mais arriscada que formosa, a missão do hospedeiro de raças decaídas, retardadas, perseguidas e infelizes. Não a queríamos para nós que recebemos da providência a tarefa de povoar um território riquíssimo e de constituir uma grande nação, coisas que só poderão ser logradas com as massas humanas de primeira qualidade que já provaram sua capacidade civilizadora. (CAPELATO, 1980 p.120)

O pensamento citado por Capelato era dominante na maior parte do mundo e principalmente no Brasil, que foi um dos últimos países a libertar os escravos. A história nos traz fatos e exemplos da trajetória dos negros em todas as regiões do Brasil e todas não fogem aos padrões de discriminação, ausência de direitos e crueldade. Constata-se ao longo dos tempos que aos negros – como diz Foucault (1999) – como também a outros grupos não foi dado o direito de dizer tudo e tampouco sobrepor-se aos interesses de uma classe que sempre dominou.

A comunidade do Alto do Bode tinha perspectivas outras e por isso foi segregada em nome dos interesses locais e em nome de uma nova constituição social que não admitia a existência de uma ilha sócio-educacional que funcionava como um espelho que não refletia a sua imagem, ou seja, a imagem do morro, mas que deixava claro o que faltava na imagem dos que não faziam parte do Alto do Bode.

A ideia de escola que temos é quase sempre o de uma instituição organizada e tutelada por governos e cuja composição se divide entre a estrutura física e a pedagógica. Além disso, os principais atores são professores e alunos e todo suporte de material didático e pedagógico, o que é comum no cotidiano de hoje. Pensamos em escola como algo que coexiste com tudo ao nosso redor porque vivemos em um período em que o *slogan* é justamente “Escola para Todos”, pelo menos discursivamente, e as minorias que ficaram relegadas ao esquecimento, portanto fora dos muros das escolas, têm finalmente garantido o

direito de frequentá-las. Acostumados que estamos a essa nova ordem fica difícil imaginarmos um período em que a situação não era em nada parecida com essa no país. Imaginemos então como era estudar na condição de descendente de estrangeiros negros, no início do século XX, numa região de fronteira na Amazônia.

É necessário, porém, esclarecer que a escola a que nos reportaremos neste trabalho de tese não fazia parte de nenhum sistema educacional oficial, porque funcionava no espaço da Ferrovia, administrada por estrangeiros e, embora fosse uma escola de fato, não o era de direito perante a legislação brasileira.

A escola tão necessária e desejada pela população barbadiana foge aos padrões normais de surgimento. Ela não se fez primeiro enquanto construção física, ela foi, antes de tudo, uma ideia, um conceito, para mais tarde tornar-se um lugar. Trabalhando nessa sequência percebe-se que o anseio maior dos barbadianos residia no fato de não permitirem enquanto compromisso humano e social que seus descendentes além de serem discriminados porque eram negros o fossem também pela condição de analfabetos.

Destarte, trataram de fazer com que a população toda, e não apenas alguns membros, fossem autores/construtores, podemos dizer ideologicamente, da escola que queriam estabelecer. No que se refere à construção da escola é bom salientarmos que não houve uma preocupação quanto a sua estrutura física, pois um lugar se estabelece das mais variadas formas inclusive no conceito e na memória, e como a escola representasse antes de tudo a ideia de um lugar era fácil concebê-lo e guardá-lo como um bem, uma imagem e não necessariamente como algo material.

Conceber, criar está associado, normalmente, a fazer existir. Mas como é possível, com certeza ficamos nos perguntando: a existência de uma escola não institucionalizada quanto ao seu funcionamento, a sua existência física, ao currículo trabalhado, a autonomia e que parâmetros orientavam essa prática escolar?

A ausência de documentos que atestassem a existência de direito da escola não era problema, porquanto ela já existia de fato na sua funcionalidade independente de ser ou não institucionalizada ou reconhecida, some-se a isso o fato de ainda não existirem escolas do governo, logo não se teria nem mesmo como questionar, comparar ou proibir em função da total inexistência de preocupação com o aspecto educacional. Enquanto a primeira escola pública de Porto Velho datava de 1915, para os barbadianos os primeiros espaços escolares,

se assim podemos chamá-los, já se constituíam logo na fase de formação do bairro.

Dessa forma, a escola e os seus sujeitos terminam por criar uma dinâmica de funcionamento conforme as suas necessidades e as daquele grupo social. Ela simbolizava o que de melhor se podia ter, enquanto estrangeiros, nessas terras. Logo, o investimento era não necessariamente construir a escola, mas manter viva a concepção, o sentido e as expectativas que ela criava e que eram criadas em relação à mesma. Embora a ideia da escola fosse forte e mantivesse o grupo em sintonia, em algum momento ela tinha que ser materializada para poder cumprir a função social a que ela se destinava.

A materialização começa a acontecer a partir do momento em que toda a comunidade é chamada a pensar e a construir pedagogicamente o corpo da escola. Os aspectos da organização e da funcionalidade foram pensados, em primeira instância, posto que a criação de prédio escolar estivesse, naquele momento, fora de cogitação, considerando-se que como o município não possuía escolas não permitiria a criação de uma para beneficiar os negros. Tal postura do município em nada atrapalhou ou fez com que os barbadianos desistissem da convicção de que uma escola era extremamente importante e necessária.

Na impossibilidade da criação de um prédio escolar a saída encontrada foi fazer com que a chamada escola se organizasse e funcionasse, num primeiro momento e de forma ainda tímida, nas residências dos próprios funcionários atendendo nas varandas e quintais as crianças em período de alfabetização e as que já tinham alguma noção de leitura aprendida em casa com os pais. O fato mais marcante era que todos concebiam que nenhuma criança por motivo qualquer ficasse fora da escola.

À medida que o tempo passava e o número de crianças aumentava ficava claro que esse novo contingente deveria ser atendido tal qual o anterior e, portanto, era necessário agregar novos espaços para a escola, e foi assim que os barracões passaram a ser utilizados. A precariedade de espaços e estruturas dificultava, mas não impossibilitava que a aprendizagem se realizasse.

A escola dos categas, como passou a ser chamada, começou a funcionar em vários espaços da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e manteve a característica interessante de não estar atrelada a nenhum espaço definido como o lugar da escola, pois todo lugar poderia ser o dela, desde que lá estivessem os

seus atores principais, nesse caso, professores e alunos.

Como já enfatizamos a marca singular da escola dos categras é não requerer um único e definido espaço como o fazem as institucionalizadas, mas se constituir como uma escola de valores que agrega seus membros em função do conhecimento e das perspectivas que estão implícitas naquele social. Dentre os valores podemos dar ênfase à união entre os pares para reforçar a ideia de que nada, nem ninguém poderia interferir no processo educativo, tendo em vista que eles sabiam que a escola, embora itinerante, digamos assim, seria um dos elementos responsáveis, bem como a língua, para a manutenção da identidade daquele grupo.

A escola representa e sustenta o discurso alentador de ser a referência do social, como nos diz HALL (2003, p.50): “Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.” Nesse sentido, a escola a que estamos nos referindo é o discurso pelo qual os estrangeiros se orientavam e que orientava suas ações. A escola passa a simbolizar um discurso e os discursos, posto que não são neutros, veiculam ideologias que se tornam eixo norteador para justificar as escolhas na construção do social.

Pelos dados que obtivemos a partir das conversas e das entrevistas é possível afirmar que a base inicial da formação das crianças descendentes de negros se deu primeiramente em inglês, considerada como língua materna, e embora de forma não institucionalizada é indispensável ressaltar que esse primeiro ciclo do processo de educação como um todo bem como a aquisição das primeiras leituras, por alguns adquirida em casa, já traz uma forte marcação dos princípios éticos e morais, como também a instrução e a disposição para o trabalho.

Retomando o aspecto da estrutura pedagógica podemos dizer que não tinha e nem cumpria aspectos regimentais e sim se pautava pela escolha de conteúdos que professores e pais julgavam pertinentes para aprendizagem pessoal e que se relacionasse de alguma maneira com o mundo do trabalho. A formação humanística não perdia de vista as possibilidades do capitalismo. A ideia que se estabelece como simbolizando a escola encerra em si um discurso de muitas vozes que intencionarão a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária. Dessa forma, podemos afirmar que, ao invés de o mundo entrar pela janela da escola dos barbadianos, nesse caso, a escola é que sai porta afora pelo mundo.

A visão que até então tem se colocado sobre uma escola que em princípio não trabalha nem mesmo com a divisão de idade, mas que junta os seus participantes em todos os níveis de aprendizagem pode ser corroborada pelo que nos diz Graciela Frigério, em sua obra *Educação na América Latina: análise de perspectivas* (2002, p. 196):

Então fica claro que a educação não admite reduções tecnocratas, que ela luta por escapar da encapsulação proposta pela lógica do mercado, que não se deixa afundar em uma porção de disciplinas e sempre é algo mais do que uma “necessidade real” (C. Castoriadis). A educação vai além do escolar e, ainda que ali aconteça, não se limita a uma questão de estruturas e extrapola o curricular.

A autora demonstra, em sua obra, conhecer com riquezas de detalhes, o contexto educacional da América Latina e as reformas que foram feitas ao longo do processo de colonização dos sistemas educacionais nessa parte do planeta. Sendo assim, em seu texto, ela não se refere apenas aos aspectos de legislação e jurisprudência que as escolas normalmente mantiveram internamente, e nem de como seus atores agarram-se a velhos modelos e quase sempre estão propensos a dizer não ao novo, principalmente se esse novo implicar posturas que requeiram os itens confiança e responsabilidade no sentido de mudanças. Frigério (2002) faz uma espécie de cartografia da escola e a examina internamente, buscando conhecer e desvendar o que de mais misterioso existe, ou seja, procura ícones que demonstrem a relação mais estreita e profunda com a formação, o social e os desejos dos seres que a compõem.

O fato de a escola dos barbadianos não obedecer aos princípios rígidos de organização e funcionalidade de uma escola oficial não significou desorganização nem descuido quanto à aprendizagem, apenas por outras formas e caminhos buscou cumprir o papel de ensinar a ler, escrever e desenvolver o raciocínio lógico e matemático, acrescentando-se a isso a instrução de forma geral e o gosto pelas artes. Embora a escolha do quê ensinar e para quê e de que forma ensinar fosse conjunta era necessária uma organização desses conteúdos, o que indica uma possibilidade de criação e cumprimento de um currículo.

A ideia de um currículo que orientasse, embora não oficialmente, a ação dos professores e a aprendizagem das crianças não podia deixar de conter os princípios de rigidez e obediência aos valores estabelecidos e vividos naquela

comunidade e nem desconsiderar aspectos que garantiam a sobrevivência e a diferenças dos barbadianos em relação aos demais grupos que eram a higienização, disciplina, profundo respeito aos mais velhos e cumprimentos de horários. Todos esses aspectos foram considerados fundantes, segundo as professoras entrevistadas, na formação delas.

O ponto de partida para a existência da escola foi a sua concepção como projeto de todos e o meio do percurso necessitava de um material didático e pedagógico em que estivesse contido de forma gráfica o código da escrita. Entram em cena as cartilhas.

## **2.4. CARTILHAS INGLESAS**

A partir do momento em que os negros advindos das ilhas da América Central eram contratados pelos agenciadores em Barbados para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (E.F.M.M.), a ilusão de grandes salários, a oportunidade de trazer a família para a Amazônia e de melhoria da qualidade de vida fazia com que o grupo acalentasse a ideia de que em pouco tempo retornaria aos seus territórios de origem ricos ou em condições melhores. Porém, no embarque já ficava claro que a situação que enfrentariam não seria das mais fáceis. Podemos dizer que a partir do embarque acontece a primeira segregação, porque eram colocados na parte inferior da embarcação, onde dormiriam em redes e não poderiam se deslocar para a parte superior do navio, pois esta seria ocupada pelos engenheiros, administradores e pessoal técnico especializado.

Na parte inferior o negro “barbadiano” começa a verificar que as coisas seriam bastante difíceis. Primeiro teria que lutar para chegar vivo às paragens de Porto Velho, uma vez que como não tinha cabine para se proteger dos mosquitos que atacavam em grande quantidade a embarcação já a partir de Belém, passava a maior parte do tempo tentando se proteger das doenças endêmicas e também procurando sobreviver com a quantidade mínima de alimentos que era servida a ele e aos seus pares.

Ao vislumbrar os primeiros cenários das paisagens onde desembarcaria, nos revelou uma de nossas entrevistadas através dos relatos feitos por seu pai, a visão

de Amazônia fincada pelos lugares que serviram de passagens e de abastecimento da embarcação, como foi o caso das cidades de Belém e Manaus, ficou para trás. Ao desembarcarem puderam perceber que a visão do lugar já demonstrava que o trabalho seria árduo e tudo ainda estava por ser feito

A memória evocada e apresentada por uma das professoras é a do pai sobre a viagem até Porto Velho. Segundo o pensamento de Halbwachs (2006), a memória coletiva se faz com cada ponto de vista da memória individual e muitas das nossas memórias não são necessariamente nossas, mas se incorporam de tal forma às memórias e imagens que já temos, que fica difícil divisar o limite dessa incorporação. O que de fato acontece é que tal memória só vem à baila porque é suscitada por algo ou alguém que provoque tais lembranças, ou seja, o que parece ser a minha memória não o é sem a memória do outro.

Ecléa Bosi, em seu livro *Memória e Sociedade*, e também baseada nos estudos de Halbwachs aponta que:

O que nos parece unidade é múltiplo. Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne: é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado. (1994, p. 413)

A professora que nitidamente refere-se à memória do pai e as incorpora termina por fazer das memórias paternas, memórias de empréstimo, para completar o sentido das suas.

Os olhares dos que aqui estavam e que já tinham passado por toda aquela situação era o de prestar solidariedade ao novo grupo, afinal os mesmos eram conterrâneos e precisavam ser acolhidos apesar da imagem de desespero que o lugar causava. Porém, o que fazia os negros barbadianos sobreviverem era o sonho de enriquecimento rápido, no entanto o salário pago pela empreiteira na chegada desses trabalhadores não correspondia ao que havia sido prometido no momento de embarque na ilha de Barbados.

Como não podiam retornar de imediato, nos relatou uma das entrevistadas, segundo ela dito pelos mais antigos, pois tinham que pagar as despesas com a viagem, os homens eram obrigados a trabalharem e a se instalarem nas dependências da ferrovia, ou seja, no espaço privado.

O bairro desenvolvido pelo grupo, como já abordamos, carregava os traços

do lugar de onde haviam partido. Era como se parte da América Central tivesse sido transportada para Porto Velho. As casas seguiam o tipo de construção das ilhas caribenhas, ou seja, apesar de ficar em um morro foram construídas sobre palafitas e em madeira, os quintais com muitas árvores frutíferas, animais, horta e um grau de higiene não vistos por aqui. Além disso, continuaram a desenvolver a leitura bíblica e os seus cultos nos barracões da ferrovia.

Nesse processo de transposição das bases culturais dos barbadianos para Porto Velho, interessa-nos como objeto de estudo a forma como foi transportado o modelo de escola para essas paragens. Deve-se lembrar que a primeira escola só nasce em Porto Velho em 1915 e, como os barbadianos trouxeram a família, a escola era de fundamental importância para essas, mesmo que fosse dentro de um quadro de informalidade espacial.

É necessário esclarecermos que não estamos afirmando que a escola do Alto do Bode siga o modelo escolanovista, mas alguns aspectos podem se fazer presentes na prática efetivada por professores e alunos que a compunham. Cambi (1999, p.515) esclarece-nos sobre a prática educativa do início do século XX no contexto europeu com o advento e os pressupostos da escola nova:

A escola deve tornar-se um pequeno mundo real, prático e coligar sistematicamente a inteligência e a energia, a força física, a habilidade manual, a agilidade.  
É necessário conseguir um desenvolvimento harmônico de todas as faculdades humanas.

Assim, após verificarem a forma como resolveriam o problema da escola para a criançada que crescia no Alto do Bode, a solução encontrada foi a de fazer um levantamento de quantas pessoas existiam no bairro que poderiam desenvolver o papel de professores e quantas crianças estavam em fase de escolarização. Após isso, foi feito o levantamento de algumas famílias que tinham na figura materna a professora e alguns homens que haviam se candidatado ao cargo de trabalhador da ferrovia, também eram em seus países de origem professores e como tais podiam ajudar nas horas vagas na tarefa de alfabetizar os seus descendentes.

Dona Aurélia Banfield, em depoimento a Nogueira (2010, p.42) relatou que:

Meus pais sempre comentavam, assim como outros mais velhos, que a dificuldade de viver nessa nova terra, desde que chegaram por aqui, era, além do preconceito, o fato de não existir um movimento que ordenasse o modo de viver. Os lamentos eram constantes sobre o fato de não existirem escolas públicas oficiais e isso fazia com que a população não conseguisse aprender a ler e escrever. Essa preocupação se alastrou de tal forma que a comunidade que morava dentro do pátio da ferrovia teve como única saída tentar ensinar a seus próprios filhos, o que sabiam. Não foi tão difícil porque os nossos mais velhos quase todos, sabiam ler. Os que não liam muito bem foram chamados a aprender com a gente. Os lugares em que a gente aprendia eram os mais diferentes, iam de fundo de quintal, passando pelos barracões e muitas vezes chegava numa espécie de pracinha dentro do morro do Alto do Bode.

O problema maior, segundo relatos de filhos de barbadianos que passaram por esse modelo de escola, era a ausência de livros, representando a maior dificuldade. Porém os administradores da ferrovia, aprovando a ideia, avisaram que mandariam buscar o material didático na Inglaterra. O material didático a que se referiam mais especificamente eram as cartilhas.

As cartilhas, hoje nossas velhas conhecidas são, quase sempre, um sopro de alento para professores que dela dependem. Cada uma delas traz uma proposta e uma abordagem metodológica e seus usuários, professores e alunos, definem a direção para onde querem rumar. No caso das cartilhas ofertadas às crianças descendentes de barbadianos, os ventos sopravam muito forte para o ideal do mundo do trabalho. Falemos um pouco então de como esse material pedagógico aqui chegou e de como se deu o processo de aquisição de leitura e escrita.

Segundo ainda os relatos, as cartilhas seguiam os critérios das palavras geradoras, ou seja, os materiais didáticos produzidos pelos ingleses e distribuídos em suas colônias eram focados para formação de trabalhadores e no caso das cartilhas que aqui chegaram a capa tinha um trem e a partir dali o mundo da ferrovia era apresentado à criança, que ia se alfabetizando e de certa forma se encaminhando através da aprendizagem ao papel de futuro trabalhador das ferrovias construídas pelos ingleses.

As formas de ensinar e aprender variam no espaço e no tempo segundo as condições sociais, econômicas, culturais e das concepções de quem está vinculado ao processo de escolarização dos sujeitos. As cartilhas que serviram como base

para a aquisição da leitura e da escrita entre os barbadianos traziam em seu formato não sílabas, mas palavras e imagens construindo um todo significativo, e a partir desse material eram construídas as práticas de aprendizagem nos vários espaços da escola.

O material didático pedido e recebido pelos barbadianos para orientação do ensino esbarrava em problemas como, por exemplo, algumas palavras e objetos do uso cotidiano não estarem contemplados nas cartilhas inglesas, forçando, nesse caso, as crianças terem que aprender pela soletração.

O descentramento de algo concebido longamente como imutável e imóvel como as construções parece-nos à primeira vista uma afronta às estruturas já prontas, mas quando tomamos como referência a escola dos categas percebemos a possibilidade de também deslocarmos o nosso olhar de um velho lugar para um diferente lugar.

Um dos fatos mais interessantes sobre a escola dos categas, além do significativo ato de em Porto Velho – interior da Amazônia – as primeiras tentativas de construção de escola terem sido realizadas pelos negros, é o caráter não físico, que oportuniza a mobilidade, o que nos faz pensar que essa escola é móvel, e como móvel toma dimensões mais interessantes quanto ao aspecto do atendimento a todas as crianças.

A escola que surgia dentro de um quadro de informalidade ia aos poucos erradicando o analfabetismo no bairro e afrontando o restante da população da cidade que não conseguia alfabetizar seus filhos pela ausência de um poder público capaz de fundar uma escola formal.

Ao descrevermos e analisarmos o contexto do surgimento da escola dos categas estamos fazendo o exercício da exegese e isso significa que quanto mais abrimos e entramos nas fronteiras do desconhecido, tanto mais se alarga o campo a explorar, pois o texto, e aqui o texto é a escola e o seu contexto, possui uma reserva de sentidos a serem descobertos. Aqui lemos então apenas uma parte desse texto tão diverso.

## **2.5. AS SOLISTAS**

O espetáculo da construção da modernidade na Amazônia, ao contrário do

que se pensa, não se centra ou tem como enredo principal a história da construção de uma Estrada de Ferro em um Porto de um Velho, num lugar ainda sem nome. Tal como nos romances, os enredos paralelos é que dão a tônica para o principal e a história fica cada vez mais ficcional quanto mais humana se apresenta.

O grande enredo é apenas o cerne para onde convergem os mais diferentes e raros solos, ou seja, o canto de quem viveu uma vida embutida nas histórias de classes, mas que nunca foi considerada enquanto classe, nesse caso, não só as mulheres negras barbadianas, mas as crianças e os velhos como um todo, como registra a história do mundo. No entanto sabemos que a história é tanto melhor quando finalmente se detém a ouvir os enredos de todos os sujeitos nas relações sociais e objetivas de trabalho. Pensemos, então, o que seria numa apresentação musical a voz do tenor e do barítono sem as vozes dos contraltos e principalmente dos sopranos. A cena musical, sem sua voz aguda, não teria a mesma sintonia. Assim como a nossa história sem suas agudas e delicadas vozes não pode ser completa.

As professoras, sujeitos da pesquisa, cujos nomes fictícios são Rosa, Violeta e Margarida, nasceram e viveram os primeiros anos de suas vidas no contexto da pós-criação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e experienciaram toda a problemática da criação de um bairro, de uma escola sem nome e itinerante, mas com princípios de construção da cidadania. Elas cresceram em mundo fechado em função de falarem, naquele momento, apenas a Língua inglesa, o que restringia as tentativas de conhecer e se inserir em outros contextos, mas que ao mesmo tempo as resguardava, afirmando-lhes uma identidade e a sensação de pertencimento a alguma ordem e algum lugar.

Faz-se necessário explicar que os nomes das professoras são fictícios com o objetivo de não causar ressentimentos ou constrangimentos às demais pessoas ou grupos que viveram naquele contexto. Foi também um pedido de duas das professoras por já terem colaborado com outros pesquisadores e além de não terem sequer sido agradecidas, ainda foram retratadas com comentários que não acharam pertinentes, nem elegantes. Por isso, aqui adianto, que as falas que subsidiam esse trabalho foram frutos de conversas e de comuns acordos de respeitabilidade quanto ao pedido, às falas e aos silêncios muitas vezes mais significativos que muitas palavras.

A sensação de ter uma identidade e de pertencer a um grupo foi uma das

afirmativas que esteve muito presente nas falas das solistas/pesquisadas. A professora Rosa tem muito marcadamente em suas lembranças e em seu discurso a afirmação, sempre reiterada, de que os negros barbadianos não eram aceitos, começando pelos nativos até o mais alto escalão do governo, quando expõe muito enfaticamente que Aluísio Ferreira<sup>1</sup> odiava os negros e tudo o que representavam naquele contexto.

As professoras, embora nascidas em Porto Velho no morro do Alto do Bode, viveram por longo tempo em um mundo que se revelava alheio ao que acontecia no resto daquele território. O espaço em que viviam tinha como língua materna o inglês e características não percebidas no resto da cidade. Assim, o morro era organizado, limpo, com construções que reproduziam a arquitetura das casas caribenhas, água tratada, espaços civilizados de convivência e lugar para praticarem seu credo e seu lazer, o que contrastava em tudo com a cidade *out* que se expandia muito rapidamente e apresentava uma visão contrária a tudo a que estavam acostumadas as futuras professoras.

Os anos de nascimento das professoras se aproximam porque elas nasceram entre 1914 e 1918; logo existe entre elas apenas uma diferença de 04 anos, o que garante que todas vivenciaram o mesmo processo de início de funcionamento da ferrovia, os anos de auge e a desativação nos idos de 1970.

A alfabetização das professoras ocorreu no mesmo momento, posto que a entrada das mesmas na escola se deu em idades diferentes já que não havia nenhuma exigência por parte dos que alfabetizavam quanto ao critério idade, a única exigência que se fazia era de que as crianças, ao entrarem em processo de alfabetização, permanecessem e alcançassem outros níveis de aprendizagem.

No processo de escolarização, se assim podemos chamar, das crianças do Alto do Bode, não havia uma localização por idade/série com determinações de conteúdos e sim uma escolha sobre que deveriam estudar e por que.

A escola oferecia às crianças, além do que deveriam aprender para serem homens e mulheres instruídos e aptos ao mundo do trabalho e à convivência social, uma deferência a valores que deveriam servir para manter unidos os barbadianos, pois, apesar de viverem no mesmo lugar, cada família com seu

---

<sup>1</sup> Aluísio Ferreira foi o primeiro governador do território Federal do Guaporé, como era denominado anteriormente o Território Federal de Rondônia, e administrador da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – E.F.M.M.durante a fase de nacionalização da ferrovia.

sobrenome funcionava como um pequeno clã que unidos a outros formavam um todo que se fazia respeitar pelo resto do social.

Após serem alfabetizadas e estudarem por algum tempo na escola do morro, Rosa, Violeta e Margarida, sentiram, juntamente com os pais, a necessidade de frequentar uma escola formal, e como já havia uma escola pública, a Barão do Solimões, que começou a funcionar em 1915, e outra particular e católica, o Instituto Maria Auxiliadora, matricularam-se e frequentaram essas escolas. Tudo poderia ter dado certo no primeiro momento não fosse o fato de terem dificuldades para falar a Língua Portuguesa e terem que estudar em uma escola que professava um credo diferente do delas. Sendo assim, a saída encontrada foi tentar aprenderem a falar português e adotar na escola uma postura de total aceitação a uma outra religião se quisessem permanecer fazendo parte daquela escola e desse outro universo que ora se apresentava com todas as diferenças e dificuldades do desconhecido.

Passados alguns anos e com a formação completa e certificada, aquelas meninas que outrora tiveram a experiência de uma escola que em tudo se diferenciava das demais, agora eram professoras em um contexto em que era difícil exercer a profissão sendo nativo e aceito por toda comunidade, quanto mais sendo mulheres, negras e descendentes de estrangeiros. Só mesmo a voz aguda, mas harmônica/melodiosa das sopranos poderia tentar romper uma ordem musical que apresentava sempre o mesmo ritmo.

### 3. O ESPETÁCULO

Cada um de nós carrega sempre consigo e dentro de si uma quantidade de pessoas distintas

Halbwachs

A história do mundo sempre foi marcada pela ascensão e crise das grandes teorias da ciência e da filosofia; nesse contexto podemos afirmar que o sentido da História Política também entra em crise, haja vista que a história organizada e contínua apresenta fissuras e termina abrindo espaço para histórias outras que são marcadas pela descontinuidade, pelo fragmentário e pela tentativa da invisibilidade. Logo, percebemos que o descontínuo, o fragmento e o invisível podem ser possíveis de matéria de análise quando vêm à tona, também, pelo mecanismo da memória.

A ideia e o conceito de memória, desde Aristóteles - que dizia ser a mesma a única fonte de recordação e de transmissão de conhecimento de pessoa para pessoa e de geração para geração - tem sido ampliados posto que quase todas as áreas do conhecimento, e mais especificamente as ciências humanas, têm tomado configurações e usos diferenciados conforme a necessidade de fundamentação em análises que vão do psicológico ao político, do imaterial ao material.

A memória ganhou corpo e voz, materializou-se e conseguiu ser alçada à categoria de objeto de análise e de suporte para a pesquisa e o entendimento de processos que não foram vistos nem lidos, mas que podem emergir dos becos da história a que foram relegados e despontar como uma possibilidade de ser um novo capítulo na história de homens e mulheres que foram ocultados, ou seja, aqueles cujas vidas tiveram que viver em segredo e que nenhum livro contou.

O recurso e o uso da memória sempre estiveram presentes na humanidade como algo que pode ser usado a favor ou contra o indivíduo e o sistema social, mas nunca pode ser desconsiderado porque é a forma que encontramos de ter e sentir aquilo que não mais existe.

Os estudos do campo da memória têm apresentado perspectivas e

abordagens diversas por circunscreverem e relacionarem, quase sempre, objetos que interagem, corroboram e que alargam o campo de análise e completando-se no limiar das relações semânticas. Sendo assim, os temas de estudo do universo da memória estão sempre associados a outros, vez que a memória em si não tem uma existência física a não ser quando já transformada em fala, e sendo assim ela está intimamente associada aos sujeitos, aos objetos e por último aos discursos que concebem e sustentam a existência dos dois primeiros.

Estudiosos do campo memorialístico como Maurice Halbwachs e Henri Bergson apresentaram em seus estudos as várias memórias como resultantes do substrato social e como sendo substância social. De toda forma há concordância entre ambos de que existe a memória individual e coletiva. Bergson, porém, encaminha seus estudos para indicar a relação dual de espírito e matéria tendo como suporte a memória numa clara confrontação entre o que o autor chama de subjetividade pura e a exterioridade, também, pura.

Halbwachs, no entendimento de Ecléa Bosi (2003), não faz da memória meramente pura seu objeto de estudo e reflexão, mas procura desvendar as relações acontecidas entre os sujeitos e as instituições sociais para assim chegar a ideia de que a memória é constituída e depositária dos quadros sociais.

Halbwachs e Bergson, como já dissemos, embora admitam a memória individual e coletiva, têm pontos de vista diferentes. Enquanto o primeiro pensa a individual e a coletiva como um possível processo de reconstituição e reconstrução, o segundo entende essas memórias como depósitos de acontecimentos e que aparecem nos sujeitos como memória-hábito, que repete as informações, exige ações e conhecimentos viáveis para a profissão e que se adapta às mínimas exigências de um social, que termina formatando o ser para ser submetido a um modelo cultural.

O trabalho com a memória requer o dispositivo da história oral e significa fazer emergir, além de uma carga emotiva, lembranças armazenadas e esquecidas na memória individual ou coletiva. É trazer à tona, como nos diz Le Goff (2003, p. 420) ao se referir ao estudo de Changeux, “uma mecânica de vestígios mnemônicos que foram abandonados” significa apropriar-se de dados guardados, selecionados e externados pelo entrevistado. A memória individual, ao contrário da coletiva, afirma Le Goff (2003), é composta de elementos que inconsciente ou conscientemente são manipulados pelo desejo, afetividade, inibição e censura que

a memória individual impõe. Ao contrário, a memória coletiva, trabalha com o jogo do poder como podemos observar:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003 p.422)

A memória funciona como um calendário do *ille tempore*, que na mitologia significa um tempo acima do tempo, logo sem marcações ou definições exatas de tempo físico, cronológico ou de ordem de acontecimentos. A memória seleciona e organiza fatos e situações também dependendo das situações já discutidas e colocadas pelo campo de estudos da análise do discurso que consideram em princípio quem fala, de que lugar fala, e o que fala. Dizemos isso para lembrar mais uma vez que os nossos sujeitos da pesquisa são mulheres, negras, descendentes de estrangeiros, circunscritas em um universo quase todo dominado pelo masculino, e que por isso demonstram em suas memórias perspectivas diferentes das que normalmente esperamos, mas peculiares a suas situações sociais e suas posições culturais e ideológicas.

A pesquisa com as professoras foi realizada nos idos de 2000, mas há muito a história dessas professoras, sujeitos da investigação, e a história da comunidade do morro do Alto do Bode partilhavam do meu desejo e da minha intenção de pesquisa. O meu interesse de pesquisa sempre recaiu sobre as histórias de pessoas ou grupos que foram marginalizados ou supostamente esquecidos e some-se a isso o fato de ter tido longa convivência, na condição de amigos, com os descendentes mais novos de barbadianos e ter sido vizinha de uma das narradoras que faleceu aos 101 anos de idade, ou seja, a minha história, e de alguma forma não só a minha, sempre esteve entrecruzada com a dos barbadianos.

Ao escolher trabalhar com as memórias de professoras descendentes de barbadianos, um tema muito atraente para mim, tentarei, na medida do possível, não traçar juízo de valor, vez que não me cabe dizer se foram importantes ou não a formação e as práticas educacionais dessas mulheres; a minha proposta foi desde o início constatar e apresentar a história delas, que não é a história dos vencidos,

nem dos vencedores, é uma história que como tantas outras merece ser conhecida e problematizada.

Escolhi trabalhar com memórias de mulheres sabendo que os discursos circulantes em relação ao tema o concebem, na maioria das vezes, como estudos contributivos na linha da psicologia social e no reforço de algumas velhas ideologias da história que só enxergam nos trabalhos que versam sobre gênero o velho par: dominação masculina x opressão do feminino. No entanto sabemos que o estatuto de sujeitos da história não foi concedido às mulheres apenas pela vontade política do sistema, foi conquistado pela construção cotidiana das experiências e vivências na cultura e na ideologia política numa forja de dor e resistência.

Concebo e analiso a memória feminina como forte contribuição para a história social e cultural da história das mentalidades. Portanto, cabe aqui esclarecer que o estudo apresentado nessa tese não se restringe à divisão binária da humanidade porque as diferenças não são meramente sexuais, mas se fazem pela multiplicidade discursiva e identitária. Busquei não me limitar aos usos descritivos do gênero, mas ir além e tentar pensar teoricamente numa epistemologia que ultrapassasse as barreiras do determinismo econômico e que fosse capaz de explicar a assimetria entre os sexos e entre os discursos e não colocá-los como inerência um do outro.

Pesa sobre os estudos de memória e gênero a tirania da análise do paradigma linguístico como se fosse o único traço das diferenças, o que não cabe mais na história das mulheres, posto que o que deve ser altamente considerado são os aspectos históricos dos conteúdos referentes ao masculino e ao feminino, sempre em mutação, e a reconstrução das significações.

Sendo assim, ousou dizer que não se pode confinar o uso lingüístico das mulheres ao mundo doméstico e mesmo que assim o fosse esse discurso teria resistido como oposição e posterior contribuição ao político.

O estudo das memórias femininas oferece dentre outros, dois férteis campos; o da identificação de objetos, condutas e lugares e o das alterações de identidades para a sobrevivência nas adversidades, além do da superioridade masculina em relação ao sujeito oprimido/mulher.

Ao contrário de tudo que o sistema insiste como permanência, a história se constituirá também de fogão, de roupas, cortes e costuras, da casa e das

confissões em relação ao casamento, aos filhos e a história em geral. Desta forma, as mulheres ajudam a humanidade a suportar a vida, os desamores, o casamento e a morte, não apenas na esfera linguística e privada, enquanto as que ouvem e não dizem ou que falam mansamente e diminutivamente, mas na pública quando exercem, por exemplo, a função de professoras.

Nos anos de 1999 e 2000 comecei a frequentar e conversar, de forma amiúde, com as professoras, ouvindo suas histórias de vida, e, a partir das primeiras conversas, que não tinham o cunho de investigação, resolvi, depois de escutar verbalmente inúmeras vezes, registrar, também, sob a forma de escrita as memórias/depoimentos dessas mulheres, já que muito dos registros ficaram na minha memória desde a adolescência.

A forma de registro não cumpriu nenhum rigor metodológico porque até então eu sabia que essas memórias em forma de depoimentos eram importantes pelas informações que continham, mas não sabia o que fazer com elas. Guardei-as por um bom tempo até que surgiu, quando da oferta do Doutorado Interinstitucional em Educação Escolar UNESP/UNIR, a possibilidade de utilizar o material já coletado.

Na tentativa de coletar os dados, ou melhor, as narrativas das professoras, eu optei pelo sistema de entrevista semi-estruturada, mas imediatamente depois essa primeira metodologia foi substituída pela livre narrativa oral. Uma vez de posse das narrativas das três professoras iniciei o processo de leitura e observando muito atentamente pude perceber que os depoimentos apresentavam regularidades quanto a alguns aspectos como: a língua, o credo, a escola, dentre outros. Observadas as regularidades resolvi selecionar as narrativas e principalmente os excertos mais significativos para a análise pretendida. É importante destacar que os excertos significaram apenas o recorte inicial e fui me apropriando de outros aspectos contidos nas narrativas à medida que a análise requeria.

### **3.1. MEMÓRIA E IDENTIDADE**

Nesta seção de análise não pretendo dissertar amplamente sobre aspectos

teóricos e metodológicos, mas explicitá-los na medida em que se fizerem necessários.

Dito isso, tentarei mapear da forma mais explícita possível a concepção, a presença e a influência da escola do Alto do Bode nos discursos/depoimentos em que se localizam as origens e princípios em que se fundamentaram as alunas e posteriormente as professoras descendentes de barbadianos que orientaram, dentro e fora da sua comunidade, as primeiras tentativas de alfabetização de uma grande parte da população de Porto Velho.

A análise que está sendo construída irá, em vários momentos, trazer à tona o conceito de memória, assim como outros, que vão entrecruzar-se com a contextualização do momento histórico, pois no trabalho de escrita proveniente da pesquisa que efetuei não é possível trabalhar apenas com documentos e sim com as falas, as memórias das professoras. Nesse sentido é necessário dizer que mesmo depois da virada do segundo milênio, no qual a história do homem traduziu-se pela palavra impressa, e atualmente, pelas tecnoimagens, ainda encontram-se pessoas que fazem uso da antiga e memorável arte de contar, ou seja, fazem do exercício da memória uma contribuição para o saber da humanidade.

A história da humanidade é a história da memória dos povos e em tudo o que isso implica. Desde saber que a memória é seletiva e falha, mas que a sua pseudo-falha também é significativa no processo. Portanto, para trabalharmos no campo da memória não podemos conceber estruturas e categorias rígidas de análise, bem como definirmos apenas um suporte teórico, vez que a memória e os discursos apresentam vieses que tornam imprescindíveis teóricos de outras áreas. Faço tal esclarecimento para dizer e ao mesmo tempo justificar que o texto que ora se apresenta é norteado por teóricos como Hannoun (1998), com a ideia dos pressupostos fundamentais e instrumentais da educação; Max Weber (2003), com as ideias contidas em sua ética protestante; Michel Foucault (1997), com as ideias de segregação e divisão de poderes na estrutura social; Stuart Hall (2003), colaborando com as teorias sobre identidades e mediações culturais; Maurice Halbwachs (2006) com aspectos da memória coletiva; Zygmunt Bauman com seu estudo sobre identidade; Ecléa Bosi (1994), com seu escrito primoroso no livro *Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos*, no qual a autora trabalha o conceito de memória social. Destarte, autores que aparentemente parecem ser diversos nos seus objetos de análise e nas suas abordagens, num primeiro

momento, podem ter suas teorias alinhavadas discursivamente por entre veredas que se entrecruzam de forma histórica e educacional.

No processo de seleção dos excertos não decidimos por uma organização rígida quanto à ordem das regularidades apresentadas nas memórias para análise. Faremos as análises à medida que o que nos interessa for mencionado nas falas/lembranças que remontam as suas vivências na infância no que diz respeito à escola, conceitos, atitudes, valores, língua, credo e identidade. Deter-nos-emos, também, sobre a prática que realizaram como professoras a partir da base cultural e educacional e das experiências que tiveram enquanto mulheres negras, descendentes de estrangeiros e professoras.

Ainda durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, lançadas as bases da cidade que hoje é Porto Velho, construído o espaço dos barbadianos, que era o Alto do Bode, foram construídos também os primeiros espaços não oficiais de aprendizagem, como era o caso da escola dos barbadianos ou dos categas como também era chamada, se é que assim podemos denominá-la, vez que a mesma ganhou vários nomes, mas nenhum que a identificasse ou a fizesse reconhecida, e assim ficou conhecida apenas como escola dos negros.

A vivência nos primeiros espaços escolares cujas memórias das três professoras Rosa, Violeta e Margarida revelam constantemente em suas narrativas mostra-se como primeiro indicativo de que o que viveram coletivamente, embora dito de forma muito particular, constitui-se em regularidade ao mesmo tempo que revela as várias possibilidades de olhar o fenômeno.

O modo de olhar o passado e o mundo, bem como sentimento que se tem em relação a eles, somados a uma distância de tempo e do espaço termina por alterar nossas lembranças e, além disso, reconfigurar nossa memória, o que nos faz inferir que um trabalho sobre ela não pode basear-se nos critérios de verdade ou mentira, de certo e errado, de acontecido ou não acontecido. Nesse caso, tomaremos tudo o que foi dito como uma construção dialógica, uma atribuição de sentidos, uma nova leitura, outro modo de dizer.

Outra ideia que faz parte das regularidades dos depoimentos diz respeito à importância e o orgulho que os barbadianos sentiam por terem ajudado a construir a modernidade na Amazônia e a partir dessa ideia manifestam-se as outras. Pode-se dizer então que o grande mote para a sucessão das memórias é o comportamento que adotaram enquanto mulheres e professoras na sua

comunidade e na vida.

Antes de adentrarmos na análise das falas das professoras faz-se imprescindível dizer que, nas memórias relatadas, elas não apresentam uma ordem cronológica em relação ao tempo em que foram alunas no morro Alto do Bode e em que foram professoras. Elas alternam sempre o tempo como é comum a quem lembra e a quem conta.

Sendo assim, o discurso disseminado pelos barbadianos, e que foi incorporado pelo grupo, como nos revelam as professoras, tenta fundamentar a ideia de que eles, ao se deslocarem para a Amazônia e contribuírem para sua modernização, transportam a noção de identidade através da etnia, da língua, dos costumes e dos princípios educacionais. Acrescente-se ainda que na mais recente obra de Stuart Hall, publicada no Brasil em 2003, cujo título é *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*, o autor apresenta um estudo que tem como foco as políticas culturais e o processo de globalização visto a partir da diáspora negra, e o centra mais especificamente sobre a formação e o traçado de uma linha diaspórica dos caribenhos e em particular dos barbadianos, aqui nosso foco de interesse, procurando identificar as marcas do que se constituiu nessas culturas como o traço identitário que pode ser capaz de manter em união as comunidades em lugares longínquos. Sabemos de alguns motivos que mantêm unida uma comunidade, tais como: a língua, as tradições, as relações de casamento enquanto negócios sociais, a noção de si mesmo naquela etnia e naquele social. Mas talvez a comunidade de barbadianos do Alto do Bode tenha tido como suas referências maiores a preparação para o trabalho, a ética do protestantismo, o ser alfabetizado e, para coroar tudo isso, a arquitetura construída naquela espécie de gueto, pois os fazia recordar-se de quem eram e o que vieram fazer aqui, pois o povo barbadiano é um dos únicos que consegue importar e construir suas casas como se ainda estivesse no seu país de origem, ou seja, salvaguardadas as devidas proporções o que aconteceu quando da construção de Estrada de Ferro Madeira Mamoré foi a diáspora de um povo para tentar construir em outras terras as suas paisagens, a sua terra.

Em seu livro, já citado no texto, Stuart Hall (2003) chama para compor seu discurso vozes de teóricos que contribuíram de forma específica para ampliar os conceitos de identidades e mediações culturais, quais sejam: Gramsci, Bakhtin, Mary Chamberlain e Iain Chambers. A citação a seguir ilustra perfeitamente, no

contexto a que estamos nos referindo, o sentimento e o sentido de não podendo mais voltar para casa trazer para si a ideia cultural da casa que tiveram.

Não podemos jamais ir para casa, voltar à cena primária enquanto momento esquecido de nossos começos e “autenticidade”, pois há sempre algo no meio [between]. Não podemos retornar a uma unidade passada, pois só podemos conhecer o passado, a memória, o inconsciente através de seus efeitos, isto é, quando este é trazido para dentro da linguagem e de lá embarcamos numa (interminável) viagem. Diante da “floresta de signos” (Baudelaire), nos encontramos sempre na encruzilhada, com nossas histórias e memórias (“reliquias secularizadas”, como Benjamim, o colecionador, as descreve) ao mesmo tempo em que esquadrihamos a constelação cheia de tensão que se estende diante de nós, buscando a linguagem, o estilo, que vai dominar o movimento e dar-lhe forma. Talvez seja mais uma questão de buscar estar em casa aqui, no único momento e contexto que temos. (CHAMBERS apud HALL, 2003, p.27)

A base inicial da formação educacional no Alto do Bode se deu primeiramente no idioma inglês, mas é indispensável aqui ressaltar que esse primeiro ciclo do processo de educação foi realizado em casa, que já trouxe, entretanto, uma forte marcação dos princípios éticos e morais como também a noção de instrução e a disposição para o trabalho. Ou seja, a ética protestante como uma das bases aliadas que asseguram o capitalismo na ordem do dia tem como postulado a ideia de que a educação deve formar o seguinte raciocínio: o de que o homem deve construir asseguradamente, todos os dias, a sua base de riqueza e que a mesma só pode ser construída pelo esforço, pelo trabalho. A providência divina indubitavelmente existe, mas as graças divinas não vão transformar-se em bens a não ser pela mediação do esforço e do trabalho, e essa construção começa pela primeira educação do sujeito, que é a religião.

Ao apostar na educação dos filhos como uma prioridade, os protestantes barbadianos sabiam que estavam lançando bases definitivas para que seus filhos viessem a se tornar pessoas que influenciariam, muito diretamente, dali para diante, o processo de educação e conseqüentemente o processo de formação de mão-de-obra especializada, tendo em vista que a formação idônea do caráter havia sido construída, pelos pais e comunidade, no indivíduo, desde cedo, como reafirma Weber.

Em outras palavras, entre os diaristas católicos parece preponderar uma forte tendência a permanecerem em suas oficinas a se tornarem com mentais e espirituais adquiridas do meio ambiente, especial do tipo de educação favorecido pela atmosfera religiosa da família e do lar, determinaram a escolha da ocupação e, por isso, da carreira. (WEBER, 2003, p.39)

Max Weber, ao longo da obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2003), lembra-nos constantemente que as terras cuja colonização foi feita pelos católicos não se desenvolveram tanto quanto as colonizadas pelos protestantes, pois os católicos fazem voto de pobreza, dão aos pobres, buscam acima de tudo a elevação do espírito pela reclusão e meditação e não pela construção. Já os barbadianos protestantes que aqui chegaram e permaneceram, lançaram como prioridade a construção de bases sólidas no relacionamento familiar e social e posteriormente se imbuíram da construção das bases materiais para garantirem uma vida mais organizada e com regras, e foi dessa forma que a maçonaria e a igreja Batista criaram a primeira escola em Porto Velho, que se chamou Barão do Solimões.

Houve necessidade, até então, que esclarecêssemos ainda alguns processos acontecidos com os barbadianos, mas de agora em diante trataremos de dizer como as professoras surgem nesse panorama, que formação receberam e sobre quais princípios foram orientadas e orientaram a educação que, por força das circunstâncias, foi destinada a elas.

A análise será feita a partir de depoimentos de três professoras, enfatizando o que para elas, naquele momento, significava ter estudado na sua comunidade e ensinar seus alunos e todos os outros aspectos relevantes que estiverem atrelados a essa prática.

O aporte teórico em que buscaremos subsídios, neste momento, será a obra intitulada *Educação: Certezas e Apostas* (HANNOUN, 1998), na qual o autor traz para discussão questões fundamentais para quem trabalha em educação, quais sejam: Estamos de fato convictos de que somos preparados e temos teoria e prática para atuarmos como professores? Em que tipo de pressupostos nós apostamos para eficácia do nosso trabalho? Colocamos essas questões não para as professoras, mas como uma das diretrizes para análise de seus depoimentos.

As perguntas colocadas permeiam, de certa forma, os dois primeiros capítulos da obra citada. O primeiro capítulo trata especificamente da apresentação dos pressupostos fundamentais e instrumentais da educação, e no segundo capítulo o autor deixa transparecer as suas posições, certezas e incertezas sobre os pressupostos fundamentais e instrumentais. Porém Hannoun (1998, p.43) tem uma certeza que parece movê-lo em sua obra, que é:

O conceito de educação é aceitável se a humanidade for obreira da felicidade e se a imagem de homem por formar-se for moralmente e socialmente positiva, enfim, se a pessoa for perfectível e capaz de liberdade.

A citação refere-se claramente a um dos pressupostos fundamentais, mesmo assim faz-se necessário dizer que os pressupostos fundamentais simbolizam as nossas crenças, os nossos valores, visto que sempre que necessitamos nos posicionar cotidianamente frente a fatos, situações, pessoas somos levados a agir no âmbito da valoração, ou seja, os aspectos moral, ético e estético comandam o nosso pensamento e a nossa ação. Porém, não podemos nos esquecer de que os pressupostos, segundo Hannoun, não são apenas fundamentais, mas também instrumentais e isso significa dizer que os mesmos estarão presentes em qualquer ato educativo, pois pressupõem a eficiência e o valor positivo de suas finalidades, objetivos, conteúdos, métodos e estruturas. Significa dizer ainda que, para ensinar, o professor além, de trabalhar com os pressupostos fundamentais ou valores, porque praticamente se equivalem, têm que contar com a vontade, a disposição, a motivação, o esforço do outro, no caso o aluno, para que o mesmo transforme o conhecimento adquirido, em sua maioria, pelo viés instrumental, em pressupostos fundamentais. É preciso supor e acreditar que o 'estado em que ajuda o educando a emergir é preferível ao seu estado atual' (HANNOUN, 1988, p.17). Portanto, o que nos move, para mais uma vez recorrer a Hannoun, é pensar que "a lucidez do educador deve ser ao mesmo tempo conhecimento racional dos meios da educação e aposta no valor de suas finalidades. É reflexão e escolha "(1988, p.163).

Diante da clareza, das certezas e das apostas que o texto de Hannoun deixa entrever é que apresentamos o trecho de uma fala proferida numa entrevista, pela professora "Rosa", para que possamos, à luz da teoria de Hannoun, analisá-la.

Eu queria ser modista, achava bonito saber que alguém se casaria, teria o dia mais feliz da sua vida usando um vestido que eu fiz, podia nem ser só de casamento. Eu não queria ser professora, embora eu soubesse ler e escrever, pois tinha aprendido na minha infância, na minha casa e depois na escola das freiras, onde tirei o diploma; eu não queria, até que um dia aconteceu, faz muito tempo, uma cena que guardo até hoje: um garotinho chegou na minha porta e perguntou se eu podia ensinar ele a aprender e eu não dei logo uma resposta, mas fiquei pensando muito, em seguida veio o pai do menino e me perguntou se eu não podia ensinar ao filho dele as primeiras letras. Fiquei surpresa ao saber que o pai era sabedor de leitura e mandava o filho fingir que sabia ler para não passar vergonha, pois o sujeito, que tô falando, dele era uma espécie de prefeito da cidade. Como já disse fiquei pensando muito e resolvi que eu iria ensinar aquele garoto, pois fazer roupa, vestido de noiva, era bom, mas ensinar parecia ser mais útil e razão para uma vida, dava para fazer mais. Peguei uma cartilha e comecei com o garoto e daí vinheram outros e quando dei fé já era professora e não queria mais deixar de ser, tinha muitos princípios e lições para fazer com eles, pois era preciso primeiro educar eles para depois ensinar. Depois de algum tempo me tornei professora oficial porque o município precisava e não tinha ninguém.

Segundo o que diz Hannoun, o edifício da educação é construído sobre fundações cujo valor é suposto (1988 p.41), e isso indica que a educação trabalha no nível das finalidades e as mesmas é que marcam, com traços diferenciados, o nível da educação formal e da educação informal.

Em sua fala a professora abre vários indícios sobre o que significava ensinar e educar, pois fica claro o entendimento e a distinção entre os termos. Sendo assim, quando se refere ao primeiro termo, ensinar, ela atribui um sentido de instrumentalizar o sujeito para o ato da aprendizagem, e quanto ao segundo termo, educar, a noção que a ele se associa é de que os pressupostos fundamentais devem vir antes para que o valor positivo da educação surta efeito no indivíduo, ou seja, a manifestação do conceito moral/social e da racionalidade como fatores de decisão. Weber (2003) considera que há dois tipos de racionalidade, quais sejam: a primeira incide em tomar a decisão pela busca do prazer ou da utilidade – a então candidata à modista queria fazer vestidos de noiva –, e a segunda baseia a decisão no respeito a um valor – ensinar, diz a professora, parecia ser mais útil e razão para uma vida.

Para confirmar que o valor moral norteia, ou pelo menos deveria a conduta dos seres, Hannoun (1998 p.43), elucida que:

Tanto em Kant quanto em Weber, percebe-se que a oposição de duas morais: a que baseia o comportamento no TER bens considerados numa perspectiva HEDONISTA (prazer) ou ECONÔMICA (conforto), e a que o baseia em ser uma pessoa capaz de orientar-se tomando como referência um valor moral. Valho o que sou e não o que tenho.

Na sequência apresentaremos o trecho de uma entrevista feita com uma professora, que aqui designaremos com professora Violeta, para que possamos analisar os efeitos de sentidos contidos no discurso.

Quando me tornei professora, achei que tinha chegado muito longe, tinha realizado uma façanha, pois no tempo em que fui alfabetizada foi em língua inglesa, eu falava inglês na minha casa, e quando fui para a escola oficial pela primeira vez eu não falava nada e não respondia nada o que a professora perguntava e todos começavam a rir achavam que eu era muda ou surda e a professora disse que eu não tinha como ficar na escola porque lá era lugar de gente normal, resumindo com o tempo eu aprendi a falar português e aí ficou mais fácil estudar para me tornar professora, mas preciso dizer que professora eu sempre fui, desde cedo. Sempre quis ensinar. Mas era preciso ter pulso firme fazer as crianças entenderem que para a escola a pessoa deve ir disposta, sem preguiça, com as roupas e o corpo impecavelmente limpos, o material organizado para não se perder tempo e poder também organizar as atividades na escola, ou seja, trabalhar um pouquinho para disciplinar a alma e o corpo era fundamental.

Como podemos perceber, embora as duas mulheres tenham se tornado professoras por motivos e caminhos diferentes, algo as une, ou seja, a vontade de mostrar aos seus alunos que o instruir-se e adquirir valores positivos que perdurem por uma vida é mais importante que apenas instrumentalizar-se para desenvolver uma atividade no mercado de trabalho, posto que a professora Violeta dê visibilidade à expressão: “disciplinar a alma e o corpo era fundamental.” Porém precisamos lembrar que Hannoun nos diz que: “Toda convicção real e pessoal quanto a seus reais fundamentos é ilusória”. (1988 p.144).

Na esteira do mesmo raciocínio, é bom esclarecer que os valores e discursos que vão sendo estabelecidos e estabilizados em um mesmo momento histórico ou em momentos diferentes se constituem como vontade de verdade. No ponto de vista de Foucault: “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte institucional tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de

pressão e como um poder de coerção”. (2000, p. 25). É bom frisarmos que o que queremos, desejamos e entendemos como convicção ou verdade depende muito de que lugar do discurso é que estamos falando.

Tomando como referência os depoimentos das professoras, e considerando que a memória é museu de tudo e depois, logo pode ser falha, mesmo assim podemos perceber as proximidades entre as ações de ensinar, ou seja, sem ter possivelmente uma maior consciência dos pressupostos fundamentais e instrumentais, ambas movem as suas convicções e atitudes pelo viés dos fundamentos da vida humana, nos valores éticos e morais como se os primeiros tivessem que necessariamente nortear a conduta do homem e os segundos, também indispensáveis, servissem como base de apoio para a profissionalização.

A educação é capaz de tornar o homem mais valoroso nas suas relações, dentre outros aspectos, além de contribuir para a construção de atitudes e valores que colaboram para a formação do perfil profissional e de uma identidade social.

O trabalho sobre construção da identidade no Alto do Bode, assim como em outros lugares, requer que se busque conhecer as origens e princípios em que se fundamentam a comunidade e, nesse caso, as mulheres negras descendentes de barbadianos que foram professoras de Rosa, Violeta e Margarida construíram dentro e fora da comunidade, talvez até sem perceber, uma noção de identidade quando das primeiras tentativas de alfabetização dos seus pares, posto que o modelo em que aprenderam era o mesmo que usavam para ensinar as primeiras letras. Os estudos sobre identidade nos abrem, nesse tempo, perspectivas de análise ainda não exploradas e alarga o nosso horizonte para tratar com temas que estão presentes no nosso cotidiano, e que foram durante algum tempo pouco olhados ou pensados como reais objetos de pesquisa.

O tema Identidade e os conceitos criados acerca do mesmo retornaram a ordem do dia como um dos itens mais polêmicos e mais revisitados na tão discutida pós-modernidade, nem tanto pelo conceito primeiro que o vocábulo apresenta que é a idéia do idêntico, igual, ou de algo, ideia ou objeto, que possa reunir em torno de si um discurso agregador ou de referência, mas pelo elástico do termo e variações de conceitos e sentidos que foram e estão sendo construídos do final da década de 80 até então.

As transformações sofridas pela noção de identidade ao longo do tempo são plenamente inteligíveis haja vista que o termo identidade representa um ato de

criação da linguagem e como tal é alimentado no cotidiano por outras noções e ideias que se somam a ele.

A noção de identidade que vem se transformando e atravessando as décadas serve para lembrar-nos, acima de tudo, que as transformações sofridas representam também as mudanças no contexto sócio cultural. Na esteira desse pensamento Silva (2004, p.76) afirma:

[...] É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais. A definição da identidade brasileira, por exemplo, é o resultado da criação de variados e complexos atos lingüísticos que a definem como sendo diferente de outras identidades nacionais.

Destarte, a história e a memória em educação das professoras descendentes de barbadianos podem revelar aspetos ou fatos que contribuam para a manutenção de um elo identitário trazido pelos antepassados para poderem sobreviver na nova terra, e ao mesmo tempo tentar a construção de uma identidade no presente.

A memória é seletiva e se mantém como um dispositivo para a construção de identidade, posto que nossas referências quase sempre são as que guardamos na lembrança, de algo ou alguém que nos contando nos faz ser, nos constitui via linguagem, até pensarmos que a linguagem, que nos projeta e nos faz conhecer e estar no mundo talvez seja o maior elo para a manutenção da identidade.

Ao deparamos com a temática construção da identidade como uma das regularidades dos depoimentos faz-se indispensável que chamemos como um dos suportes teóricos Zygmunt Bauman (2005), com os conceitos de identidade, comunidade e pertencimento.

Com o intuito de entendermos como os barbadianos e seus descendentes conseguiram manter-se como um grupo unido, coeso, é bom observarmos que há a necessidade, por parte deles, de tentar alcançar o que naquele momento não é possível tornar nítido, real, mas apenas trabalhar com perspectivas de ações em relação ao aspecto identidade que serão efetivadas em tempos outros, ou seja, infinitamente. Nesse sentido, podemos recorrer a Bauman (2005, p.42), quando elucida que: “as pessoas em busca de identidade se vêem invariavelmente diante da tarefa intimidadora de alcançar o impossível”. O que acontecia, talvez, com aquela comunidade barbadiana era a tentativa de assegurar a ideia de que

permaneceriam com seus valores, mesmo sendo vítimas de preconceito ou praticando-o, em função de estarem sintonizados em um lugar e em determinado tempo real.

Dessa feita, quando afirmamos que alguns grupos praticam ou sofrem preconceitos, não podemos deixar de aventar a possibilidade de que seus membros estejam exercendo, como nos permite pensar a Sociologia, um mecanismo de defesa. O mecanismo de defesa e outras formas de se proteger tem sido uma constância na história dos grupos que migram.

Dessa forma, é necessário salientarmos que, nesta parte da Amazônia, iremos observar a construção de espaços completamente antagônicos e demarcados, sobretudo por preconceitos não velados tanto por parte dos nativos como da parte dos barbadianos, como nos diz Nogueira (2004, p.65):

Deixar transparecer o preconceito em relação ao negro estrangeiro não era muito estratégico, o melhor a fazer era tentar demonstrar uma certa harmonia entre os dois grupos – nativos e estrangeiros – e atacá-los de uma outra forma, através de ações que viessem a desagregar toda a sua base cultural.

Nesse sentido, para suportar os percalços a que são submetidos os estrangeiros negros em relação aos brancos e aos nativos na nova terra, os barbadianos tentam manter a noção de identidade através da língua, dos costumes e dos princípios educacionais. Valer-se do culto à língua e à linguagem em um espaço considerado privilegiado, a escola, era uma forma de, ainda, reconhecer-se e acreditar que poderiam fazer uma história que não se perdesse sem registro, como a de tantos outros.

No período em que os barbadianos chegaram a essa nova terra, hoje Porto Velho, assim como os demais estrangeiros, tornou-se difícil uma organização do espaço social, pois somente os que falavam a língua inglesa puderam de alguma forma se ajustar porque tinham algo em comum: a língua. No entanto os que melhor se ajustaram foram mesmo os barbadianos em função de terem chegado aqui com suas famílias, mais especificamente, esposa, filhos e filhas. Nesse momento percebemos no decorrer do processo histórico que há por parte dos barbadianos uma grande necessidade de se reconhecerem enquanto comunidade e de serem reconhecidos como um todo organizado, um grupo coeso. Era preciso ter uma noção de que e quem eram e o que representavam naquele momento, e aí

podemos recorrer ao pensamento de Bauman (2005, p. 17), quando trata do aspecto comunidade, que implica pensar as identidades como sendo definidas por entidades. O autor afirma que as comunidades são de dois tipos: “Existem comunidades de vida e de destino, cujos membros (segundo a fórmula de Siegfried Kracauer) ‘vivem juntos numa ligação absoluta’, e outras que são ‘fundidas unicamente por idéias ou por uma variedade de princípios’.”

A noção de identidade, no caso dos barbadianos na Amazônia, como já mencionamos anteriormente, está fortemente atrelada aos pressupostos da religião, à ideia da profissionalização, vocação e de quanto esses aspectos influem no social, demonstrando que o princípio do trabalho e a ascensão que se pode ter a partir dele, principalmente no exercício da liderança, é um traço considerável para fortalecer a identidade de uma pessoa e de um grupo.

Um simples olhar às estatísticas ocupacionais de qualquer país de composição religiosa mista mostrará, com notável freqüência, uma situação que muitas vezes provocou discussões na imprensa e literatura católicas e nos congressos católicos, sobretudo na Alemanha: o fato de que os homens de negócio e donos do capital, assim como trabalhadores mais especializados e o pessoal mais habilitado técnica e comercialmente das modernas empresas é predominantemente protestante. (WEBER: 2003, p. 37)

Ele (o trabalhador especializado) levará a termo seu trabalho de maneira ordenada, enquanto outros ficarão em constante confusão, e sua labuta não conhecerá nem tempo nem lugar... e por isso ter a vocação certa é o melhor para todos. O trabalho irregular, que o trabalhador comum é muitas vezes forçado a aceitar, é muitas vezes inevitável, mas sempre um indesejável estado de transição. O homem sem vocação carece, pois, daquele caráter sistemático e metódico que é, como vimos, requerido para o ascetismo secular. (BAXTER apud WEBER, 2003, p. 121)

É certo que até então estamos tratando de identidade em âmbito mais geral, mas de agora em diante trataremos de esclarecer como as professoras atuavam e que noção de educação é construída por elas nesse panorama, que formação linguística e de conteúdos elas receberam e sobre quais princípios foram orientadas e orientaram a educação ao longo de suas existências. Tentaremos demonstrar o que para elas, naquele momento, significava ensinar as pessoas e construir, mesmo que indiretamente e quase sem perceber, conforme poderemos constatar nos depoimentos, a noção de identidade.

A nossa base, como já afirmamos, será a obra de Bauman intitulada

*Identidade* (2005), na qual o autor traz para discussão questões fundamentais para lidar com a noção de construção de identidade. É legítimo afirmar que a educação é um dos caminhos para verificarmos se há construção de identidade a partir de práticas, discursos, preceitos, tentativa de preservação dos valores e noção de pertencimento?

Bauman, ao tratar do tema identidade, fala das comunidades fundidas por ideias e por indivíduos que acreditam que é extremamente necessário permanecer escolhendo, analisando ou refazendo as escolhas, no sentido de ser firme em relação aos objetivos a serem conquistados e, tentar, por vezes, conciliar aquilo que parece incompatível ou contraditório. O autor em questão trabalha a ideia de identidade, quase sempre ligada à noção de pertencimento e tal nos subsidia para análise dos depoimentos das professoras Rosa e Margarida e Violeta.

Sendo assim, passemos a analisar o que a professora Rosa diz em seu depoimento. Quando da entrevista surgiram perguntas relativas ao modo de viver em um lugar considerado na época, por muitos, como um espaço e uma comunidade alienígenas.

Desde a minha infância sempre notei que as pessoas olhavam e tratavam a gente diferente por causa de tudo, da cor, da escola, da forma como a gente tratava as pessoas, com respeito, mas sem se meter muito com elas, da música que a gente cantava, da nossa religião, mas o mais difícil, o que as pessoas não entendiam, era a forma como a gente falava e o que a gente falava, a língua. Os nossos pais e as outras pessoas nossas, diziam que a gente não podia perder os valores, nem as nossas práticas, acontecesse o que acontecesse, a gente tinha que tá junto, unido. Quase sempre foi assim e isso que ensinaram pra gente, a gente ensinou um pouco pros nossos alunos.

O excerto da professora Rosa leva-nos a fazer algumas análises, dentre elas, a de considerar a percepção de que os estrangeiros, em especial os barbadianos, têm do olhar do outro sobre si e sua cultura, demonstrando assim que o território disputado, naquele momento com os outros estrangeiros que aqui se encontravam, não era apenas uma questão de disputa territorial, mas de corporificar uma ideia, qual seja: a construção de uma comunidade com valores sólidos e, sobretudo, a criação um território discursivo, linguístico onde estaria assegurada a representatividade da comunidade. Ter uma língua que, tal qual um escudo, os defendesse e preservasse a sua cultura era como achar um ponto firme

em um terreno movediço.

O depoimento deixa transparecer que para pertencer a uma comunidade não basta, apenas, fazer parte dela, é necessário comungar, resguardar, praticar e ensinar os valores advindos, nesse caso, de suas bases culturais. O exemplo disso é quando a professora Rosa diz: “Os nossos pais diziam que a gente não podia perder os nossos valores, nem as nossas práticas, acontecesse o que acontecesse, a gente tinha que tá junto, unido. Quase sempre foi assim e isso que ensinaram pra gente, a gente ensinou um pouco também pros alunos nossos.” A professora demonstra querer assegurar que os valores, as tradições e a língua sejam o elo identitário e a marca de pertencimento daquele grupo social e visa garantir isso pela prática educacional. E, nesse caso, podemos arriscar que o grande intuito era não perder a referência de comunidade e pertencimento entre seus pares, ou seja, não permitir que nenhum membro da comunidade pudesse discordar ou discriminar, destoando assim dos demais, pois a não sintonia interna ou ser discriminado pelos seus, gera maior constrangimento e tristeza do que as atitudes perpetradas por outrem. O pensamento de Bauman (2005, p.17) ilumina aspectos dessa análise quando assevera:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a idéia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição alternativa.

Fica claro então que pertencer é uma condição que precede a construção da identidade e talvez por isso a comunidade barbadiana fizesse tanto esforço em congregar todos por uma causa: a de fortalecer cada vez mais o sentido do existir social e culturalmente, naquele momento, no meio de um espaço estranho, a floresta. Ainda na esteira desse pensamento podemos dizer que a maioria daqueles que chegaram e permaneceram procuraram construir uma ilha do dia posterior, buscaram um sonho de pertencimento.

O excerto retirado do depoimento da professora Margarida nos remete a pensar o quão difícil era conviver e ter que se firmar enquanto sujeito na Babel

criada no espaço da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, pois a diversidade linguística, cultural, os medos e o preconceito tanto deles quanto dos outros, pesava sobremaneira nas suas atitudes. Vejamos o excerto:

Viver junto, no mesmo lugar com muita gente e muitos tipos diferente é muito difícil. Todos precisam sentir quem são as pessoas, qual a intenção delas, se são do seu lado ou se não. Porque eu digo isso, para explicar que a gente precisa se garantir, é... ter assim com quem contar. A gente precisa e deve de alguma forma, através do que a gente acredita, tentar fazer a vida melhorar, criar uma coisa para todos, como se fosse um bem que pertence a todos. Me lembro que a escola era um lugar assim e outro lugar, onde a gente às vezes formava idéia era a música que a gente cantava na nossa língua. As músicas eram as que a gente escutava em casa. Dentro de nós tinha e tem ainda um sentimento de querer ser só, mas sem perder os outros. Ser livre, mas ser junto.

O depoimento da professora Margarida, embora muito próximo do da professora Rosa, tem uma sutileza na colocação dos sentimentos, na percepção da construção do fenômeno social que envolvia todas aquelas culturas, todos os hábitos e também todos os fazeres diferenciados. Ela deixa transparecer os sentidos de pertencer, do estar com o outro, de ter elementos em função dos quais todos possam criar efeitos de sentidos para o seu viver.

A professora cita muito claramente os elementos, que ela metaforiza como lugares, que são: a escola, a música e a língua. Para constatar a afirmação podemos citar: “me lembro que a escola era um lugar e outro lugar, onde a gente às vezes formava idéia era a música que a gente cantava na nossa língua”, e talvez o maior indicativo de identidade seja demonstrado quando a professora diz: “dentro de nós tinha e tem ainda um sentimento de querer ser só, mas sem perder os outros. Ser livre, mas ser junto”. Percebemos que há por parte da professora esforço para conotar a idéia de que algo se constrói independente de ser dito, ou seja, embora haja a identidade pessoal, o ser só, há também uma identidade social, o ser junto, deixando claro que há várias identidades possíveis e é a relação com os outros que mediará as identidades dos barbadianos até que elas se tornem verdadeiramente deles.

Do ponto sociológico podemos pinçar a ideia da sociabilidade do homem, ou seja, o homem como animal social, cuja base é o grupo, e que se pode perceber claramente no excerto “a gente precisa se garantir...”, significando ter com quem

contar, ter aliados para as diversas causas e situações. Se por um lado tal postura está presente na base de todo agrupamento de imigrantes, por outro há também a necessidade de isolamento contida na expressão “ser livre, mas ser junto” trazendo à baila outro conceito sociológico fundamental – o de isolamento – que complementa o conceito de contato social.

Bauman (2005, p.21) ajuda-nos a iluminar a análise quando nos diz que:

[...] a “identidade” só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, ‘um objetivo’; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta.

A partir, não só dos depoimentos, mas de tudo que foi exposto neste texto, desde a contextualização histórica que já demonstra indícios, muito fortes por parte dos barbadianos, de se constituir enquanto comunidade, de pertencer primeiramente a uma pátria importada nos moldes de sua terra natal, de ter elementos agregadores como a língua, a escola e a música, podemos verificar que há também a necessidade de acreditar que é possível criar o sentido de identidade, pois não basta mais pertencer, é preciso criar o lugar-ideia a que se refere a professora e isso aponta para o que afirma Bauman (2005, p. 21): “A idéia de ‘identidade’ nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘e’ e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela idéia – recriar a realidade à semelhança da idéia”.

A necessidade do grupo de barbadianos era construir uma referência que os diferenciasses em relação aos outros estrangeiros, e o bairro e a escola eram o lugar por excelência para instaurar as marcas culturais de seus habitantes, utilizando-os como uma espécie de brasão em que se podia ler a identidade construída, assumida e reconhecida por eles e pelos outros, posto que todos funcionamos como um espelho do outro para afirmarmos nossa identidade, ou seja, identidades são formadas com o outro significativo.

Pensar a criação e a manutenção da identidade, bem como outros itens constantes das nossas lembranças, é saber que tal não pode ser feito sem recorrermos à memória como nossa principal fonte e como a que traz indícios que,

por vezes, não temos consciência se registramos, e sob qual forma registramos.

### **3.2. MEMÓRIAS DE ESPAÇOS**

A memória como processo de reconstrução/reconstituição, como é pensada hoje, e não como resgate do passado, é um mecanismo pelo qual é possível atar pontas, unir, e acima de tudo, entender o que foi passado e o que virá. Através ou pela memória busca-se registrar pensamentos, situações e vozes e na análise dessas vozes descortinar as mais variadas memórias que o sujeito tem, como, por exemplo, a memória individual, coletiva, social, familiar e grupal.

Na interlocução e nos registros das memórias das professoras não nos preocupamos com o aspecto da veracidade dos fatos narrados, centramo-nos no que foi dito e na forma como foi dito por entendermos que a escolha sobre o que contar revela o que de mais significativo há para as narradoras.

Em um trabalho com e sobre memórias não é possível analisar todos os aspectos nelas contidos, é preciso então considerar qual deles contém os demais e no nosso caso podemos dizer que o norte do trabalho é a memória educacional.

Ecléa Bosi (1994) trata do observador participante, que é aquele que se insere no universo dos sujeitos pesquisados e compreende o universo, a situação e a necessidade do pesquisado e isso significa inserir-se na comunidade de destino, ou seja, não se visita esporadicamente os sujeitos, mas convive-se com suas vidas e seus problemas como sendo também seus. Dizemos então que a nossa comunidade de destino é o processo educacional vivenciado pelas professoras Rosa, Violeta e Margarida e que enquanto pesquisadora inseri-me na comunidade barbadiana, de forma a vivenciar toda a problemática referente não só ao objeto de estudo, mas também à cultura desse povo, que é um dos fundadores da cultura portovelhense.

Os excertos das memórias das professoras, como podem ser observados ao longo do texto, foram transcritos respeitando a forma com se expressaram. Não houve retoques no raciocínio nem na linguagem apresentada pelas narradoras.

O universo em que está situado o contexto do nosso trabalho, o processo educacional no Alto do Bode, faz parte das memórias e da história pública; logo faz parte das lembranças de quase todos os sujeitos que ali viveram, e isso, segundo

os estudos de psicologia, quer dizer que as experiências e as representações das comunidades exercem influência nos grupos e no todo social.

Temos tentado deixar claro nesta seção, à medida que analisamos as falas resultantes da exposição das memórias das professoras, que o importante não é o exercício de análise da memória pela memória, mas pelos quadros sociais, no dizer de Bosi (1994), que a memória apresenta. Sendo dessa forma, não podemos restringir as memórias ao quadro pessoal, mas analisá-las como resultado das relações interpessoais, institucionais e de relacionamento com os diversos grupos constituídos na sociedade.

É certo que a memória não se manifesta a menos que seja incitada e que essa manifestação pressupõe outro que esteja na mesma sintonia e que instigue o diálogo com as lembranças. O ato de lembrar pode ser suscitado por pessoas, quase sempre muito próximas, como amigos, pais ou outras com quem mantenhamos vínculos afetivos ou situações atuais que remontem a um tema que nos seja caro, mas é preciso enfatizar nesse momento o papel fundamental da linguagem como o viabilizador de todo processo tanto na realidade quanto no sonho. Sobre esse aspecto Ecléa Bosi (1994, p.56) nos expõe que:

O instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual. Os dados coletivos que a língua sempre traz em si entram até mesmo no sonho (situação-limite da pureza individual). De resto, as imagens dos sonhos não são, embora pareçam, criações puramente individuais. São representações, ou símbolos, sugeridos pelas situações vividas em grupo pelo sonhador: cuidados, desejos, tensões...

Nas memórias apresentadas pelas professoras há quase sempre uma referência ao sonho e nesse são projetados os desejos do real manifestados pelo coletivo em que estão inseridas. Vejamos então o depoimento da professora Margarida:

Passei o dia ensinando as crianças na escola que estou trabalhando. Quando cheguei em casa cuidei das coisas por ali e tal e cochilei por pouco tempo, e nesse cochilo sonhei com a mesma situação que muitas vezes tenho sonhado, só que em sonhos diferentes, entende? Eu sonho sempre que tô

num lugar muito bonito, onde conheço as pessoas e elas falam em uma língua que não conheço, mas que entendo, e eu entendo porque tudo ao redor é muito parecido com aqui e com que os meus pais diziam de como era o lugar de onde saíram pra chegar aqui. Curioso é que as pessoas com quem vivo estão no sonho e lá elas me dizem que estamos sonhando e isso é porque um dia vamos na terra dos nossos pais que não conhecemos de ir nela pessoalmente, mas de sonhar com ela.

A partir da posição teórica de Bosi (1994) fundamentada nos estudos de Halbwachs, é possível entender e analisar o excerto da professora no que concerne ao sonho manifestado pela memória como indicativo de uso de linguagens diferentes, uma vez que se relaciona diretamente ao tempo presente quando faz uso da expressão: “entende?” E outra, a onírica, que se presentifica na composição da estrutura desordenada que acaba por indeterminar lugares, pessoas, confundindo e fundindo tempos e situações distantes como se fossem próximos e relacionando o eu e o nós como se fosse uma só pessoa. Nas memórias que apresentam o sonho como componente essencial há uma tendência a desconsiderar o tempo histórico. No entanto, nas memórias de Margarida a noção de tempo cronológico e cotidiano aparece relacionada ao tempo do trabalho.

No excerto há vozes que simultaneamente são incorporadas à voz da narradora e isso demonstra que o sonho não nos leva ao despojamento total de quem e do que somos no mundo atual. O eu de cada um permanece à medida que é expresso na linguagem que é quem assegura o ir e vir entre o mundo sonho e o dito real.

A memória enquanto categoria psicológica nos leva a pensar sempre que lembramos aquilo que queremos e somos levados a lembrar no âmbito das nossas relações que incluem família, igreja, escola, trabalho e sociedade como um todo. Queremos dizer com isso que lembrar não é um ato imperioso involuntário e incontrolável e sim um mecanismo que dispara quando as situações reais nos levam a reconstituir e reler o passado, no qual estávamos individualmente inseridos ou do qual ouvimos falar e nos inserimos no coletivo, ou seja, fazendo parte de histórias e tempos que não foram nossos.

A professora Violeta, em um de seus momentos narrativos em que parecia estar ausente ou muito distante do presente, por vezes divagando e dizendo que

não queria ser interrompida, nos relatou que:

Às vezes tenho saudade da infância que tivemos, eu e as outras meninas, quando dá ainda encontro com elas pra lembrar um tempo que não existe mais, que não vai mais voltar. Tem coisas que a gente não esquece, é como se fosse hoje. Quando me ponho de cabeça baixa como tava agora, penso em cada um e tudo que passamos quando vivemos no Alto do Bode. Aí tem uma coisa engraçada, a gente queria e ao mesmo tempo não queria sair de lá. Conhecer o resto da cidade era bom, mas era difícil. Tinha muita gente que olhava de revestrés pra nós. Tá pensando que a gente se abaixava, de jeito nenhum, a gente sabia e fazia tudo que eles faziam e eles não faziam e nem faziam, nem de perto o que a gente sabia fazer e faz. Se achavam melhores que nós, todos eles.

A nostalgia das lembranças de Violeta nos envolve a ponto de visualizarmos e sentirmos o peso de recordar e traduzir um momento. Esse é um aspecto muito comum nas memórias de pessoas idosas, que é a referência a um tempo bom e que não volta mais, a não ser nas lembranças. No entanto, ao mesmo tempo em que vemos o sujeito abatido com a certeza de que o tempo não retrocede, vemos também grupos distintos, aqui traduzidos pelas palavras “eles” e “nós”, fazendo clara distinção de ocupação de espaços e lugares que ocupam naquele social, pois tinham clareza de que viviam, o grupo dos barbadianos, em condições mais favoráveis, mas eram privados muitas vezes, por seus próprios conceitos, medos e preconceitos de uma experiência mais rica que era conhecer e transitar em outro território.

A afirmativa de que ninguém foge da formação que recebeu na escola e na vida social justifica a última parte do excerto em que é demonstrado o orgulho de alguém que sabe ser e fazer, e esse raciocínio deixa claro, mesmo que de forma sutil, que dominarem uma outra língua, saberem ler e escrever e terem se profissionalizado com todo esforço e rigores que isso exige, concedeu-lhes uma condição de superioridade frente ao outro. Nessa perspectiva, Halbwachs, em sua obra *A Memória coletiva* (2006, p.57), postula que: “o que rege, em última instância, a atividade mnêmica é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra”.

Sabemos que a memória é um trabalho de reconstrução, porém temos que nos manter alertas para o perigo de querermos desfigurar o passado em função de hoje pensarmos de outra forma e termos outras preferências a ponto de

comprometermos o nosso antes, tentando ajustar e compor um novo sujeito em um novo cenário, alterando-lhe assim a história da sua trajetória individual e em grupo.

Assim, para não correremos o risco, enquanto analistas, de imputar, às memórias das professoras desejos, tensões e incorporações do nosso pensamento ideológico, é que não podemos nos esquecer de que temos que pensar nas professoras enquanto mulheres, alunas, professoras e em seus outros ofícios paralelos ao de ensinar. Os sujeitos são composições elaboradas a partir de tempos, espaços e circunstâncias sociais. Sendo assim, é natural que todos nós tenhamos uma memória muito particular ligada ao nosso afetivo e representações que para outros não têm a mesma importância que para nós. O que é significativo para nós é o que liga, de uma forma ou de outra, a nossa memória mais íntima com a memória do mundo dando-nos a possibilidade de individual e coletivo.

As mulheres de que tratamos nesta seção, agora velhas, guardiãs de um tempo/templo, são seres que viveram um tempo, um espaço e relações sociais que não podemos aproximar de outras que conhecemos, dado que o contexto é tão diferente que talvez só achemos paralelos nos romances. Mesmo tão diferente, é real, se não é real aos nossos ouvidos e olhos, será sempre real posto que seja memória.

Tudo que dissemos até então reitera a nossa convicção de que talvez seja da memória, em todo processo histórico, cultural e de vivência particular, a grande função de alimentar, organizar e regular o social.

Quanto ao aspecto citado anteriormente Bosi (1994, p.81) afirma:

É o momento de desempenhar a alta função da lembrança. Não porque as sensações se enfraquecem, mas porque o interesse se desloca, as reflexões seguem outra linha e se dobram sobre a quintessência do vivido. Cresce a nitidez e o número das imagens de outrora, e esta faculdade de relembrar exige um espírito desperto, a capacidade de não confundir a vida atual com a que passou, de reconhecer as lembranças e opô-las às imagens de agora.

Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair de determinações atuais. Aturada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição.

A autora anuncia que a maturidade ou a velhice, como queiram, é o momento em que mais as lembranças se apoderam do sujeito, as imagens são cada vez mais rápidas no seu percurso espírito-consciência e é necessário que nessas evocações o ser não se confunda entre o que foi e o que é hoje e os componentes que podem ajudá-lo são a reflexão e o sentimento trazido por essa lembrança.

Faz-se necessário dizer que em todas as falas das professoras há a presença do componente social e cultural, mas há também o componente das afetividades, dos sentimentos, às vezes dito de forma quase imperceptível. O ser mulher em todo social, nas categorias de mãe, esposa, profissional acolhe no corpo e na alma marcas profundas desse social.

As funções que exercemos enquanto profissionais e nas relações sociais e o tempo de convívio com objetos materiais e imateriais faz-nos incorporar o “habitus” típico dessas convivências. As professoras falam, se comportam, realçam conceitos como se estivessem sempre frente aos seus alunos. O modo como narram suas memórias tem por vezes uma ação explicativa na própria fala, demonstrando querer saber se o outro entendeu. O ar professoral incorporou-se, assim como a noção de trabalho e os cuidados com o corpo, de uma forma que fica difícil perceber quem são e o que são essas mulheres fora dos padrões de comportamento e vida que se lhes impuseram. Porém, em pequenas fissuras, quando expõem suas memórias, por pequenos gestos e meneios, é possível vislumbrar o que elas são, na solidão, por vezes, do seu canto.

Vejamos então alguns excertos em que Rosa, Violeta e Margarida expõem ainda que sutil e brandamente o que faz parte de suas almas.

Sempre gostei de brincar e contemplar as coisas prestando atenção em tudo que era detalhe. Embora nossos pais fossem do tempo do carrancismo e não se tinha os brinquedos que tem hoje, porque brinquedo desses de fábrica era luxo, a gente brincava de correr de forma mais comportada que os meninos e brincava com as letras. Foi por isso que eu me interessei para aprender o português, porque o que me atraiu para pedir para o meu pai me matricular na escola do professor Zé Manoel, ele era casado com uma barbadiana também, foi o fato de achar bonito o acento em forma de chapéu que algumas palavras da Língua Portuguesa levavam. Achava bonito porque parecia que aqueles acentos eram a roupa das letras. (Professora Rosa)

Quando eu era mocinha, você sabe né? Aquela história de namoro... a gente foi criada muito presa, pelo menos eu, era uma dificuldade, imagina isso entre ...deixa eu me lembrar...mil novecentos e um pouquinho e mil novecentos e quarenta, namorar não era fácil não. Todo mundo ficava logo de olho e preocupado com o casamento pra vê se a gente não ia por outros caminhos. A verdade é que nem sempre a gente casa com quem a gente ama. Eu não me arrependo do meu casamento, tem os meus filhos, mas às vezes penso que tudo podia ser diferente... mas por que a gente tá falando nisso mesmo? (Professora Violeta)

Os meus pais morreram e eu pensei com quem vou aprender as coisas agora... foi também um pouco a minha morte. Naquele tempo tudo era muito difícil. Eu já era casada e o meu marido trabalhava na ferrovia, viajava e eu ficava só com as crianças. Chorava pensando que os meus diziam que aprenderam a gostar dessa terra, mas ainda queriam visitar, junto com a gente, a terra deles. Claro que isso não ia acontecer, mas eu sinto até hoje uma tristeza por eles não terem conseguido realizar o sonho deles. Eu como nasci aqui só queria ter os meus filhos por perto e bem encaminhados. Isso já me alegrava. (Professora Margarida)

Nos excertos das memórias das professoras, embora elas não citem os nomes uma das outras, todas se conheciam e vivenciaram a sua maneira, em seus pequenos clãs familiares, conflitos individuais e coletivos do seu grupo. As memórias que apresentam aspectos domésticos podem ter o mesmo teor em geral, pois os problemas são quase sempre comuns em se tratando de família, mas são muito diferentes na forma como são percebidos e tratados. O que é comum entre essas lembranças é o aspecto afetivo, não necessariamente relacionados à mesma pessoa, situação ou objeto, mas a exposição do sentimento como o traço mais marcante do seu viver e que vai além do sentimento individual, torna-se um elo entre todos. O texto de Bosi (1994, p. 423) é significativo quando afirma: “Trocando opiniões, dialogando sobre tudo, suas lembranças guardam vínculos difíceis de separar. Os vínculos podem persistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem”.

O que marca o tempo também marca nossa memória afetiva. Há nas memórias afetivas pontos de intersecção e de grande significância para nós, sujeitos dessa experiência. São pontos aparentemente simples como: festa de casamento, ausência por morte ou viagens, a chegada dos filhos, os encontros com amigos querido e distantes. Há, porém, pontos extremamente significativos do

ponto de vista da revolução histórica e cultural que não nos tocam porque estão distantes da nossa vida, não dizem respeito ao nosso sentimento nem ao nosso modo de pensar o mundo.

É lícito afirmar que, paralelamente às atividades e papéis sociais que cumprimos, existe uma atividade que de alguma forma nos causa prazer e nos faz sair um pouco das representações que fazemos no cotidiano. A prática de ofícios manuais que exigem exímia concentração e habilidade, como tem demonstrado a literatura, vide *A Moça Tecelã*, de Marina Colassanti (2002), e *A Lenda de Arthur*, focalizada por vários autores com Thomas Malory e Michel Rio, tem nos feito perceber que o poder de concentração exigido pelo ofício faz com que as memórias sobre o mesmo revelem um ser tão diferente que parece não caber na mesma pessoa.

As mulheres, cujas memórias são o cerne do nosso trabalho, apresentam-se também como seres duplos quando contam sobre seus desejos e sua realização quando da prática de alguns ofícios considerados quase sagrados para elas.

Vejamos então:

Costurar era pra mim a coisa mais importante. Sempre gostei. Fazer vestidos de noiva era a minha preferência. Era como se o vestido que eu fizesse levasse nele a felicidade para a noiva. Daí o capricho de primeiro imaginar o que ficaria melhor na pessoa, pois algumas querem o que não combina, só por querer, não tem nem motivo bom. Levava dias construindo um personagem pra usar o vestido e aos poucos eu ia escolhendo o tecido, tirando o molde, cortando as partes principais e ao mesmo tempo olhava no espelho pensando e me perguntando; se esse vestido fosse pra mim, como eu queria que ele fosse feito. Fazer o vestido era um trabalho muito miúdo, delicado, desses que a gente não pode se distrair. Costurar um vestido de noiva é como fazer um banquete que tem que agradar aos olhos e o paladar. Queria ser modista, e sou, mas esse é meu segundo trabalho, é outro mundo. (Professora Rosa)

Vivi desde muito cedo numa cozinha. Primeiro brincando agarrada às saias de minha mãe, logo depois comecei a fazer pequenas tarefas, em seguida aprendendo e testando o ponto de bolos e doces e depois, quando minha mãe já era velha, assumindo as encomendas dos fregueses de minha mãe. Lá em casa sempre fizemos doces, independente das encomendas. Minha mãe até queria parar, mas o povo não deixava. Eu que casei e meu marido me sustentava, fazia

doce só pra apreciar o prazer dos meus filhos e dos meus vizinhos. Ficavam loucos pelos meus doces. Não é pra me gabar, não, mas eu era a melhor doceira da cidade. Fazia receitas antigas da terra da minha mãe e fazia as daqui. Fazer doces era uma distração. Sinto e ouço até hoje os cheiros dos meus doces e o riso dos meus filhos e amigos, às vezes fico só com minhas doidices e penso que o paraíso tem cheiro de doce e que as nuvens são confeito. (Professora Violeta)

Tem duas coisas que gosto muito, não sei de qual gosto mais, se de cantar ou de bordar. Me acostumei com a música desde que nasci. Minha mãe cantava em casa, nos cultos, e cantava também quando bordava. As músicas que minha mãe cantava eram em inglês e eram muito tristes, falava de gente que partia, de histórias desfeitas, mas era também emocionante. A melodia entrava na gente e parecia ficar ali por um bom tempo parecia fazer tudo melhor. Quando fui trabalhar como professora ensinei logo os meninos a cantarem. Minha mãe já morreu, mas quando me sento na cadeira de balanço no fim da tarde já trago o meu balaio, onde guardo as coisas do bordado, me lembro das músicas que ela cantava e parece que tento bordar tudo aquilo que tá na música. Não faço isso porque quero, quando vejo to bordando a música. (Professora Margarida).

A lembrança de algumas coisas é coisa que a gente não sabe explicar, pois às vezes a gente esquece de coisas tão importantes e lembra de outras que eu acho só são importantes pra gente mesmo. Eu me lembro, e acho que os outros também lembram que todas as moças e até mesmo as mulheres casadas tinham caixas, dessas caixinhas que a gente usa para guardar coisas pequenas e outras tinham baú, que vivia fechado, era tanto segredo que a gente ficava perguntando o que tinha ali. Um dia eu vi minha mãe e as vizinhas conversando e abriram as caixas e tiraram de lá fotos muito antigas, acho que da terra deles. Eu vi as pessoas do retrato eram bem arrumadas, estavam com os filhos em volta, mas não sorriam eram todos sérios até as crianças. Vi também outras caixas de madeira e que tinham cartas, muitas cartas. (Professora Violeta)

As possibilidades de trazer à tona um ou mais personagens que por vezes ficam guardados por muito tempo em nós e que se revelam quando contamos nossas memórias é uma maneira de confirmar que há, entre outros, um comportamento que talvez seja mais raro de aparecer nas memórias que se liga ao ambiente e à vida doméstica, algo conhecido apenas pela família e pelos

amigos que revela, conforme nossas lembranças, o outro que também somos.

Os excertos das memórias das três professoras além de fazerem referência explícita à vida doméstica trazem também a presença da socialização feminina e da marca do trabalho feminino, demonstrando que os seres se mostram segundo as exigências e as imposições do social. Há assim uma vida pública enquanto alunas e depois professoras e há uma vida íntima doméstica cujas memórias são saudosas, mas ao mesmo tempo leves e poéticas. A sensibilidade e a percepção de muitos outros mundos que talvez só se mostrassem a elas, o que faz com que estejamos sempre atentos ao fato de trabalharmos essencialmente com a condição da memória feminina, que é, muitas vezes, avessa e diversa da masculina.

A apresentação desse comportamento doméstico se localiza na memória individual, mas ao mesmo tempo da coletiva, pois, para Halbwachs (2006, p.49), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. As atividades referidas pelas professoras têm, todas elas, profunda ligação com o belo, com a sensibilidade, o cuidado do fazer e com o ser que, na maioria das vezes, nos acompanha ou pela presença ou pela imagem de exemplo. Podemos dizer que quando mostramos nossas fragilidades e nossas grandezas, o campo de estudos da memória ganha mais um aspecto para análise, o suposto outro, apenas tornado visível pela linguagem, mas que cada um de nós tem porque somos muitos em um.

Os espaços vistos na memória delas é o espaço doméstico acrescido de uma aragem mágica que nos faz pensar em um tempo sem marcação de tempo, pois em nenhum momento das suas lembranças aparece o tempo como algo determinante no processo. Embora não haja marcação de tempo cronológico, há a presença de um tempo que se relaciona e se conjuga quando há menção ao trabalho de professora.

Os ofícios desempenhados por elas são relacionados com os personagens do nosso imaginário tais como: Penélope que costurava e tecia longos bordados à espera de Ulisses; Viviane e Morgana que além de fiarem em suas rocas, cantarem os cantos de encantamento do povo pequeno da floresta bretã, também costuravam, bordavam e cantavam o destino de Arthur; e Diadorim que costurou e bordou entre veredas uma história de amor com Riobaldo. Todas as mulheres apresentadas e as cenas em que são protagonistas poderiam muito bem virar ou

ser telas de Velázquez e de Da Vinci, pois trazem em si “As Meninas” e “as Monalisas”.

Nessas memórias, a subjetividade e o modo de ser e viver são revelados e reveladores de que mulheres concebem o mundo, também, por pequenos processos e criações que não lhes deixam fingir ou negar a sua condição feminina.

Ecléa Bosi (1994), em obra já citada, traz na última parte de seu livro uma análise em que estabelece relações entre os aspectos mais recorrentes nas memórias de velhos. Ela elege categorias que não servem apenas para o seu trabalho, mas que consiste, talvez, numa metodologia para quem quer trabalhar no campo da memória. Sendo assim, buscamos, de forma bastante parcimoniosa, relacionar alguns itens que achamos dar o suporte para nossa análise. Faz-se necessário lembrar que as professoras já eram velhas quando fizeram suas narrativas e temos que considerar que nos trabalhos sobre memória a lembrança é tão importante quanto o esquecimento, pois como afirma Nora (1997, p. 87) “Memória e esquecimento tornam-se condições de possibilidades de um para o outro” e pode ser também usada para encobrir, deslocando o foco, fatos que não desejamos revelar.

O fato de apresentarmos muitos excertos da memória individual das professoras não inviabiliza, assim acreditamos, a nossa análise, porque entendemos que a memória individual dialoga e sustenta a coletiva e que essa interação entre fatos, objetos, situações, subjetividades, que não é apenas de cada uma, mas que chama a vivência do grupo como testemunho, fica claro que a nossa memória é quase sempre composta de pistas oferecidas pelo outro e essas pistas de mão dupla da memória é o que podemos chamar de interação.

Nos processos de interação da memória o tempo se encarrega de marcar os episódios mais ou menos significativos, tanto que entre o ir e vir há marcações de tempos mais gerais em relação ao circuito da vida como a infância, a juventude, a vida adulta e a velhice. Não podemos dizer que as memórias revisitadas na velhice não tenham muito que revelar, ao contrário, é o momento em que não se lembrando mais muito nitidamente do que aconteceu, buscam-se mecanismos de invenção e reinvenção e então as memórias passam a ser textos que conjugam passados e presentes. As professoras por muitas vezes usam a expressão “no meu tempo” e fica difícil imaginar esse tempo único, de cada um, posto que o

tempo é inabalável na sua caminhada, mas pode dividir-se na nossa vida em tempo de ser, viver, construir e reconstruir, pode ser inclusive tempo de morrer. No entanto, o tempo a que as professoras se referem é um tempo social vivo em que elas estavam inseridas como ativas e produtivas na construção de um novo tempo para o seu social-histórico.

Notadamente os estudos sobre a memória enfatizam a relação e a conjugação equilibrada entre tempo e espaço. A noção e a significação de espaço que aparecem nas lembranças e nos relatos são diversas daquela a que estamos acostumados, que é o espaço enquanto físico, geográfico, confirmado por mapas e traçados. Na maioria das vezes o espaço que é evidenciado nas memórias é o social individual e coletivo, além dos refúgios que ocorrem quando os narradores criam um outro lugar sem relação com espaços reais, ou seja, um espaço construído além da linha do tempo. O grande espaço social individual e coletivo comporta espaços menores como quarto, casa, rua; e espaços mais amplos e coletivos como escola, igreja, bairro e cidade. Nas memórias das professoras Rosa, Violeta e Margarida os espaços são muito definidos e definidores do comportamento, pois a estrutura em que estão inseridas tem a seguinte composição: a cidade de Porto Velho contém a cidade *in*, que contém O Alto do Bode, que contém as casas e a escola dos categas. Em termos de espaço há uma limitação quanto ao espaço físico, geográfico, vez que raramente aparece e quando aparece é sinônimo de quatro lugares, o morro, a sala de culto, a escola e a casa. Tudo o mais que se refira ao espaço, dito pelas professoras, simboliza um espaço criado na própria memória, trata-se de um espaço ajustado ao que quero e preciso dizer.

Considerando que a memória não privilegia apenas aspectos mais gerais como tempo e espaço, é possível considerar outros pontos como, por exemplo, a memória política que normalmente impõe juízo de valor ou enfatiza mais do que o necessário um acontecimento marcando uma posição ideológica, é também aquela em que o narrador faz questão de demonstrar a que classe pertence e que profissão tem. Quando Rosa diz: “Aluizio não gostava dos negros, era preconceituoso e tinha um grupo que apoiava ele e a gente não podia dizer nada que ameaçavam prender. E sabe porque ele não gostava porque não obedeciam, porque eram súditos da rainha, não eram analfabetos e falavam em inglês”, está na verdade questionando a autoridade e a formação do outro para justificar ou

não o tratamento dispensado a eles.

O homem é um ser constituído e constitutivo da memória e nesse sentido nunca estará sozinho, vez que se forma na interação e no discurso do outro. Toda memória é ao mesmo tempo individual e coletiva e sendo coletiva é plural, embora o processo de construção e reconstrução da memória seja primeiramente individual ela é formada a partir do pertencimento e interação a um grupo com o qual dividimos lembranças e formamos uma sociedade.

Hoje quando vejo as crianças vindo da escola fico lembrando como era no nosso tempo, quando a gente era aluna e como é agora. Os assuntos que a gente estudava eram diferentes dos que ensinam hoje. A nossa forma de aprender foi outra, pois na escola do morro, as professoras ensinavam o que todo mundo devia saber que aquele geral e o que a gente devia saber para viver melhor. Era necessário saber leitura, escrita, conta, música pra cantar na igreja e aí a professora ensinava e depois a gente treinava até ficar perfeito. Eu adorava as aulas de música. Tinha sempre apresentação de peça na igreja e também tinha na escola. A gente aprende tudo isso na escola e você sabe que quando a gente vai lecionar termina fazendo do jeito que a gente aprendeu. Estudamos em cartilhas em inglês para a gente se alfabetizar, quando terminava as palavras da cartilha a professora escrevia as que a gente devia aprender e ensinava, já que não tinha a palavra toda pra gente olhar, ela escrevia os pedacinhos, as sílabas. Às vezes umas coisas não dão mais certo é outro tempo e aí a gente muda. Também foi assim com a gente. Só uma coisa não pode mudar professor é professor e aluno é aluno, tem que existir o respeito acima de tudo.(Professora Rosa)

A memória sobre escola é talvez uma das mais marcantes porque ela é ao mesmo individual e coletiva e conseqüentemente se detém nos aspectos do conjunto e do pessoal demonstrando o que marca a professora enquanto grupo e isso se percebe com as expressões “a gente, nosso tempo” e enquanto só quando usa as expressões “quando vejo, eu adorava as aulas de música”. As memórias das professoras raramente trazem o método em que foram alfabetizadas, referem-se em alguns momentos apenas para dizer que havia uma cartilha que era usada para o conhecimento das palavras, que eram cartilhas inglesas que trabalhavam com palavras geradoras normalmente associadas ao mundo do trabalho e as palavras que estavam relacionadas às atividades outras ou que denominasse um objeto não constante ou fenômeno não contemplado no universo da cartilha tinham que ser estudadas pelo método silábico e isso fica claro quando a professora diz:

“Estudamos em cartilhas em inglês para a gente se alfabetizar, quando terminava as palavras da cartilha a professora escrevia as que a gente devia aprender e ensinava, já que não tinha a palavra toda pra gente olhar, ela escrevia os pedacinhos, as sílabas.”

Escolher o que deviam aprender para suprir as suas necessidades imediatas e poder reforçar a ideia de grupo que se mantinha coeso por ser instruído e ter a chance também de estudar o conhecimento historicamente acumulado é uma das marcas mais interessantes da escola do morro do Alto do Bode e do processo de aprendizagem lá construído por professores e alunos.

A memória da formação artístico-cultural dos professores está reiteradamente colocada na fala das professoras, posto que todas se refiram à apresentação das peças de teatro, baseadas na maioria das vezes em episódios bíblicos, e à música como sendo o grande referencial cultural. A memória sonora é, apesar de nos tocar individualmente, uma das que normalmente se faz pela percepção do coletivo, porque nos lembramos de objetos e pessoas cujos sons ou vozes nos fazem materializar a música, ou seja, nós não nos lembramos da música enquanto conjunto de notas que formam uma partitura. Quase todas as lembranças e memórias precisam ser materializadas

Halbwachs (2006) ao tratar da memória coletiva entre os músicos dispõe que:

Embora a música esteja trespessada por convenções, muitas vezes, é verdade, ela se inspira na natureza. O sussurro do vento nas folhas, o murmúrio das águas, o rugido do trovão, o barulho de um exército em marcha ou uma multidão rumorejante, os variados sotaques da voz humana, os cânticos populares e exóticos, todos os abalos sonoros produzidos pelas coisas e pelos homens passaram para as composições musicais. Contudo, a música transforma segundo suas leis o que toma de empréstimo assim aos meios naturais e humanos.

Face ao exposto ocorre-nos pensar que a concepção de Halbwachs sobre a música se restringe a pensá-la apenas como resultante das combinações de sons de objeto e da natureza. No entanto, a autor nos surpreende depois de ter citado Stendhal em sua concepção de que “Para mim, a melhor música é a que posso ouvir pensando no que me deixa mais feliz”, “meu termômetro é o seguinte: quando uma música me lança em elevados pensamentos sobre o assunto que me ocupa, qualquer que seja ele, esta música é excelente para mim. Qualquer música

que me faz pensar na música é medíocre para mim.”, quando na última frase diz:

Pra falar a verdade a música é a única arte a que se impõe esta condição, porque ela se desenvolve toda no tempo não se prende a nada que tenha permanência e, para retomá-la, é preciso recriá-la sempre. Como não existe nenhum exemplo em que possamos perceber mais claramente, não é possível guardar muitas lembranças com todas as suas nuances e em seus detalhes mais precisos, a não ser que utilizemos todos os recursos da memória coletiva. (HALWACHS, 2006. p. 222)

A condição a que se refere o autor reside no fato de ser a música uma expressão artística que precisa ser materializada, mas que é possível via memória coletiva, ir buscá-la num outro tempo. A memória sonora nos surpreende porque ao mesmo que nos arrebatava para outros universos com a música de Beethoven e Wagner é capaz de nos elevar com o barulho dos vagões sobre os dormentes como nos diz a professora Margarida: “aquela era a melhor música, aquele barulho thac, thac, de ferro e madeira que eu ficava esperando longas horas para ouvir e que anunciava que o meu marido tava voltando e a minha felicidade também”.

A presença forte da musicalidade nas residências e na escola ocorria em função de os barbadianos terem instrumentos musicais como saxofones, trombones, gaitas e um piano e se juntavam para a composição do mesmo ritmo musical que ouviam constantemente, o blues e o jazz.

A música foi um dos componentes mais marcantes da cultura dos barbadianos e que ganhou destaque ao chegarem às terras amazônicas. As canções entoadas longamente durante a noite traduziam a saudade, aguçavam a memória e serviam de conforto e bálsamo para os moradores do Alto do Bode enfrentarem os percalços de viver em novas terras.

O gosto pela música sempre fez parte da vida dos barbadianos como projeto de educação musical, pois acreditavam que a cultura musical faz parte da educação global do ser humano e conseqüentemente do processo de humanização do homem. Fazemos essa afirmação baseados nos depoimentos das professoras e no convívio com os descendentes mais jovens que se dedicam ao blues e ao jazz e que formaram uma banda, a Coronel Churchill, cujo repertório é apenas dos ritmos mencionados.

Em relação às memórias das professoras é possível perceber que dentre as várias pessoas que são cada uma delas, que o que marca essas lembranças é a

educação, o modo de ensinar e aprender, o que aprenderam e o que ensinaram, em suma, o que foram naquele contexto e o que são enquanto detentoras de uma memória que poderia se tornar invisível e indizível.

## 4 O CORO

Quem comanda a narração não é a voz, é o ouvido.

Ítalo Calvino

Pensar a Amazônia como uma região distante, mas importante pelos recursos que tem e pela potência em que se transformou em função dos recursos naturais, principalmente com o advento das construções de Hidrelétrica como a do Madeira, não é novo.

Sabemos que há muito ela é fonte da cobiça do restante do mundo, porém nos surpreende o fato de que praticamente, na metade do século XIX, o plano de ocupação e conseqüente posse desse território, por meio de acordos e outras negociações políticas, já se configurasse como proposta que conclamava o povo e os governos inescrupulosos da época com o discurso da melhoria e da elevação da região ao nível das regiões sul e sudeste.

É fato que ao longo do processo histórico a Amazônia foi apontada como uma região que apesar de rica não se desenvolveu, pois sofreu com a escassez de recursos materiais e humanos dos países do qual ela faz parte, e sendo assim é apresentada aos olhos do mundo como uma região bastante atrativa e pouco povoada, se levarmos em conta a quantidade de habitantes por metro quadrado no centro-sul do país, o que pretensamente dá o direito a alguns de pensarem que podem ser seus donos e explorá-la de todas as formas.

Cabe dizer que a exploração e posterior posse da região vêm disfarçadas sob o discurso do bem-estar da humanidade e nos benefícios da internacionalização, além, óbvio, dos interesses e objetivos científicos.

### 4.1. AMAZÔNIA: UM DESTINO PARA OS NEGROS?

A temática da Amazônia como alvo de um plano que tinha como seu principal ponto, inicialmente, apenas os interesses da ciência e posteriormente o processo de internacionalização é apresentada na obra *A Amazônia Para os Negros Americanos* de Nícia Vilela Luz publicada em 1968.

A autora traça um panorama, produto de uma pesquisa muito apurada e de muitos anos, sobre um dos temas mais polêmicos na época que era a descoberta da região amazônica e sua disponibilização para os interesses de países como Estados Unidos, França e Inglaterra. O interesse dos dois últimos aparecia mascarado sob a ideia de que o continente europeu, que passava por transformações com a implantação da burguesia industrial, precisava vivenciar as ideias românticas de Rousseau de que o homem era livre e feliz quando integrado à natureza, e para tanto pregava um retorno ao exotismo natural, e nesse caso, a natureza tropical, nos parece, servia aos interesses de todos.

O primeiro país listado, Os Estados Unidos, que é o foco central da pesquisa da autora, apresenta intenções e interesses muito claros em relação ao continente amazônico, especialmente na região brasileira. A cooptação da Amazônia para todo tipo de fim começa com a tentativa de fazer livre a navegação do Rio Amazonas para embarcações de outros países. Na época, a ideia era defendida por Tavares Bastos, fervoroso defensor de que o Brasil teria muito a ganhar abrindo as fronteiras não apenas para a navegação, mas para outros acordos que poderiam fazer dessa região um bom investimento aos olhos do mercado internacional. No entanto, apesar de todo esforço, o arrebatado defensor não logrou êxito, vez que o governo imperial enxergava com temeridade essa abertura proposta, muito bem urdida pelo país norte americano e viabilizada pelo Ministro do Plenipotenciário do governo da cidade de Washington junto à corte do Rio de Janeiro o então general James Watson Webb.

O general James Webb quando em missão junto ao Brasil, que era governado por Dom Pedro II, apresentou ao governo imperial um projeto que continha os interesses pelo Brasil de forma muito ampla e com proposta de ajuda quanto a transformá-lo em um pólo de abundância e democracia. O imperador tinha reservas quanto às propostas, principalmente as de democracia porque era tipicamente a democracia americana, e achava uma temeridade abrir os rios amazônicos para navegação do mundo inteiro, posto que não achasse conveniente fazê-lo enquanto não fossem criados na região interesses brasileiros que fizessem frente aos estrangeiros e nem tivessem como defender essas fronteiras tão longínquas por falta de uma política nacional para tal.

A temeridade também se justificava pelo fato de ter sido confidenciado por Abrantes, amigo e homem de confiança do imperador, e isso consta do diário de

Dom Pedro, que o verdadeiro intento que estava contido nas três propostas feitas pelo ministro americano era transvasar para a região amazônica brasileira os negros libertos ou que se libertassem nos Estados Unidos, a fim de evitar maiores problemas com o fim da luta de secessão que emanciparia um milhão de escravos em cinco anos e mais o restante, que eram três milhões, em alguns poucos anos.

Faz-se necessário esclarecer que foram três as propostas e os projetos apresentados ao imperador e pelo que se pode observar cada um deles ocultava, na medida do necessário, alguns aspectos e valorizavam outros. No entanto, o que é apresentado por Abrantes ao imperador tratava-se, por exemplo, de uma desenfreada vinda de negros americanos para o vale do Amazonas e nas outras versões os americanos propunham que se fizesse uma concessão a Webb e seu grupo associado, por um prazo de 25 anos assinado pelo governo brasileiro, findo os quais poderia ser revogado ou continuado, de criarem uma companhia para trabalhar no sentido de introduzir em território nacional negros emancipados ou prestes a serem emancipados.

Para tanto, o acordo podia prever que o capital da companhia não excedesse vinte e cinco milhões de dólares. A proposta era que os negros chamados artífices trabalhassem obrigatoriamente, desde que chegassem ao país, durante um período de cinco anos para a companhia. Após os cinco anos, quando já teriam aprendido o suficiente, estariam livres e se tornariam cidadãos do império com todos os direitos. Em anexos do projeto explicavam que havia uma preocupação com o despovoamento da região norte do país, tendo em vista que os cafeicultores do sul incentivavam a saída de homens da região, e que se o sul não fosse atendido poderia retroceder ao ponto de se tornar bárbaro, o que teria acontecido não fosse o trabalho dos escravos africanos no Brasil.

No entanto, vale ressaltar que a autora e Sérgio Buarque de Hollanda, que fez o prefácio da obra e que também é um estudioso da questão, ressaltam que em nenhum momento, em textos que analisaram, as propostas dizem ou nomeiam a Amazônia como lugar de destino para os negros e isso comprova também uma hipótese do livro de que havia vários documentos, mas que o teor dos documentos, embora os americanos quisessem fazer parecer, não era igual.

Os planos de Webb contidos nos projetos mudaram de curso na medida da resistência do imperador brasileiro em abrir todos os rios para navegação, da não assinatura de um acordo de trazer negros americanos para a Amazônia e da

atitude de Lincoln de declarar livres, em 1862, os escravos que viviam nos ditos Estados rebeldes dos Estados Unidos.

Ao sair de cena sem conseguir os intentos americanos, Webb cede lugar ao Tenente Matthew Fontaine Maury, nascido na Virgínia, que pertencia à região sul, a mais rica dos Estados Unidos pela economia algodoeira, se destacou ao administrar os conflitos que o sul enfrentava por ter bastante produção e não ter como viabilizar para o resto do mundo sem pagar além do que deviam aos portos do nordeste dos Estados Unidos.

O Tenente Maury era considerado de uma inteligência brilhante e ativa e tinha conhecimentos na área de oceanografia e de possibilidades de navegação pelos rios do planeta. Daí a sua pretensão de chegar à Amazônia brasileira após já ter arregimentado esforços e aliados para a sua ideia de democratizar a navegação nessa área.

O tenente via na Amazônia todas as possibilidades de ser para o restante do mundo, um oásis, principalmente no setor comercial. Tinha também o início de um grande projeto que era atrelá-la como sendo uma das regiões, que embora deslocada geograficamente, pertencesse aos Estados Unidos.

Outra razão que o movia era remover dos Estados Unidos, assim como das regiões caribenhas, negros que além de causarem problemas não eram considerados, na visão de Maury, aptos para a convivência com homens brancos. Tinha que haver um lugar, que além de favorecer todos os aspectos comerciais dos americanos, ainda abrigasse a etnia negra. Luz (1968, p.58) afirma que para o tenente americano, a Amazônia era o habitat natural do negro e do negro escravo:

Este vale é uma região para escravo. O europeu e o índio estiveram lutando com suas florestas por 300 anos, e não imprimiram-lhe a menor marca. Se algum dia a sua vegetação tiver de ser subjugada e aproveitada; se algum dia o solo tiver de ser retomado à floresta, aos répteis e aos animais selvagens e submetidos ao arado e à enxada, deverá ser feito pelo africano. É a terra dos papagaios e macacos e só o africano está á altura da tarefa que o homem aí tem de realizar.

O tenente, sendo entusiasta do domínio dos Estados Unidos sobre o mundo e segundo ele influenciado pelos estudos e escritos de Humboldt sobre a Amazônia, não via limites para suas apostas. Assim, pensava contar com a anuência do governo imperial e seus ministros e conselheiros para tentar

oficialmente entrar para explorar a navegação, o que não deu certo, pois o imperador pensava muito prudentemente no desenvolvimento do processo de industrialização que começava a se instaurar. Se Maury contava com alguns entusiastas que queriam sua parte no espólio, o país contava com alguns defensores como Artur Bernardes e Artur Cezar Ferreira Reis que se mobilizaram em épocas diferentes e fizeram frente às pretensões do tenente.

Maury pensava as terras amazônicas como podendo ser anexadas e tomadas como propriedade do Governo do Sul dos Estados Unidos, passando assim a ser um território embora longínquo pertencente aos americanos. Para tanto o tenente acreditava no determinismo geográfico e na predestinação divina invocada por ele, baseando-se no fato de que a distância curta que separa a nascente do Amazonas do estreito da Flórida tornava a bacia do Amazonas como ligada ao Caribe e ao Golfo do México que Maury considerava pertencer aos Estados Unidos.

Uma das últimas tentativas de Maury de se apossar e monopolizar o Amazonas e conseqüentemente o Brasil, foi sugerir que já tinha uma companhia para explorar a região e queria garantir o monopólio de 20, 50 ou mais anos para navegar livremente nas águas da bacia amazônica. O seu sonho ou delírio visionário chegou ao final quando foram liberadas ao Visconde de Mauá algumas concessões contra as quais ele esbravejou por longos anos.

É necessário que esclareçamos que todo o empenho do Tenente Maury não advinha tão somente do desejo manifesto da abertura dos rios amazônicos para a navegação livre de outros países, nem tampouco de estabelecer monopólios com a abertura de companhias para explorar todas as riquezas da região, mas por confessadamente odiar os negros e querer vê-los o mais distante possível do seu país, unindo assim os seus objetivos de ordem social e moral aos utilitaristas. Luz, em sua já citada obra, pontua com clareza os objetivos de Maury:

Os primeiros constituem, por assim dizer, o grande desígnio de Maury: livrar os Estados Unidos do elemento negro que ameaçava sua pureza racial, utilizando-o para colonizar e povoar a Amazônia e salvar o instituto da escravidão, deslocando para o imenso vale os sulistas com seus escravos. Resolvia-se, dessa maneira, um grave problema do país, ao mesmo tempo em que se beneficiava a humanidade, valorizando uma região até então inculta e despovoada que não poderia ser desenvolvida por um “povo imbecil e indolente” e sim por uma “raça progressista que possui

energia e iniciativa". (LUZ, 1968, p.63)

A destinação dos negros à região do Amazonas foi, pelos mais diferentes motivos e vieses, uma constante desde que o norte do país começou a ser visto como a possibilidade de ser o celeiro do mundo. Naturalmente que algumas dessas investidas, como a de Maury, representando os Estados Unidos, termina por fracassar tendo em vista que os interesses e as resistências de ambos os lados não permitiram um acordo. No entanto, outras empreitadas como a da construção de estradas de ferro terminam por trazer as terras de Porto Velho, homens do mundo inteiro, incluindo em sua maioria os barbadianos.

A dispersão dos povos pelo mundo, mais marcadamente os judeus no mundo antigo e os africanos no mundo moderno, tem sido motivo de estudos e discussões principalmente quando a discussão passa por teóricos como Stuart Hall, que se debruçou longamente sobre a diáspora negra afro-caribenha na era da crescente globalização.

Os estudos de Hall têm tomado como base a diáspora negra no Reino Unido para tentar entender a complexidade da noção de pertencimento de quem vive tão longe de casa e do fenômeno das identidades que se tornam múltiplas quando do processo diaspórico.

Em seu livro Hall (2003) aborda a temática dos estudos culturais e nessa perspectiva o termo diáspora tenta dar conta de explicar os fenômenos pertinentes a migrações humanas dos ex-países colonizados para as metrópoles antigas. Analisa o fato de que os colonizados fazem o percurso de ida para os países colonizadores. O que acontece com os caribenhos em geral e mais especificamente com os barbadianos.

A vinda dos povos caribenhos para a Amazônia não aconteceu pelo desejo nato dos mesmos de migrarem para o Brasil e muito menos para o território amazônico, mas se dá pelo fato de terem sido colonizados pela Inglaterra e como mão-de-obra especializada foram recrutados pelas empresas inglesas, especialistas na construção de ferrovias, para participarem do ambicioso projeto de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

A Amazônia sempre esteve como foco central quando se trata de desenvolvimento de ações por institutos internacionais. Não é raro haver denúncias

de que cientistas estrangeiros entram com ou sem permissão para todo tipo de pesquisa e saem com produtos e resultados que não são sequer comunicados ao país.

Desde sua descoberta uma das preocupações dos governos do país era a sua ocupação e sua inserção no contexto da modernidade. Por isso, tantas companhias tinham interesses em vir para essa nova terra e desde há muito parece que, por um viés ou outro, os negros são, se não destinados, convidados para ela. Os motivos dessa transvasão pode ser o do mais puro preconceito como é o caso de Maury ou o da tentativa da construção de uma modernidade na Amazônia que terminou por atrair os povos caribenhos para esse solo.

O contexto e as razões da vinda dos negros assim como de outros trabalhadores para trabalhar na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi dito ao longo desse trabalho, ou seja, explicamos como chegaram, sobreviveram e construíram aqui uma vida para eles e seus descendentes e também das dificuldades que tiveram de enfrentar ao longo do percurso.

Passados longos anos de estadia dos barbadianos na região, desde os primeiros que aqui chegaram à última década do final do século XIX, até o momento em que a ferrovia ficou pronta e eles ficaram trabalhando como funcionários efetivos, ao contrário da maioria dos outros estrangeiros que foram embora por não suportarem esse inferno verde que era a Amazônia, é possível traçar um percurso e fazer uma fotografia através de fatos que marcaram a epopeia desses homens nessa terra.

Uma das primeiras lembranças que muito provavelmente consta do percurso é serem estrangeiros negros em uma terra habitada por estrangeiros brancos e nativos. A animosidade se estabeleceu de forma que os barbadianos construíram uma ilha social, além de viverem num complexo parecido de fato com uma ilha, pois o morro ficava entre um espaço, hoje bairro, chamado Triângulo e o Rio Madeira, e entre o Triângulo e o morro a divisão era feita por um igarapé.

A geografia física e social parecia corroborar uma vez mais com todo o processo de exclusão que foi sendo construído em redor dos barbadianos moradores do morro do Alto do Bode. Foucault em sua obra *A Ordem do Discurso* (1999), quando trata de exclusão nas sociedades menciona que a mesma se dá em primeira instância pela interdição, principalmente da palavra, ou seja, não se pode dizer tudo o que se quer dizer e mesmo que quisessem muitas vezes eram

impedidos não só pelo poder em vigência, mas em princípio por não dominarem tão bem a língua; em segunda instância, ainda como exclusão, aponta a separação e rejeição, mencionando claramente a oposição razão/loucura, e como terceira instância a oposição verdadeiro/falso.

As questões colocadas por Foucault relacionam-se ao discurso, mas podemos perceber que as interdições acontecem em todos os níveis e situações, pois no caso dos barbadianos eles não podiam fazer críticas nem mencionar algo que desagradasse aqueles que exerciam alguma espécie de poder.

À restrição do território e do discurso somava-se o fato de serem considerados como diferentes por terem hábitos de conduta social que em nada se aproximavam do restante da população. Leia-se, nesse caso, a marca da diferença como marca de loucura, daquilo que não era compreendido por outros, e o mundo deles desconhecido pelos demais era tido como algo que não existia, era falso porque não era instituído nem autorizado naquele social, porquanto não era ligado às instâncias de poder mais visíveis.

As outras lembranças, como podemos perceber nos relatos das professoras, são relacionadas ao mundo do trabalho e à educação, suas grandes apostas para se sentirem dignos e sustentarem seus sonhos. Há também outra ilha onde se pode ser e viver, é a música, o canto, muito conhecido pelas outras pessoas que freqüentavam as cercanias.

O Alto do Bode tinha reconhecidamente uma marca sonora que era o blues, e em menor escala o jazz, entoados pelos barbadianos; essa música de lamento quase sempre os transportava para outro lugar e muitas vezes ao invés de aproximá-los os afastava das outras pessoas.

O bairro era como uma réplica, salvaguardadas as devidas proporções, dos lugares de onde vieram. Por isso, dizem alguns deles em conversas informais, “não era tão difícil viver ali, tínhamos coisas que nos mantinham unidos.”

A vida e o trabalho continuavam normais para os barbadianos e para o resto da população até que por iniciativa política do Governo Federal que pretendia, em nome da visibilização da Amazônia, que ganhava destaque frente ao resto do mundo, estabelecer novos rumos para as cidades amazônicas com vistas ao processo de urbanização. Anuncia-se então muito sutilmente o destino do bairro.

O Brasil começa a enfatizar o processo de urbanização das regiões periféricas nos idos de 1940 e acelera o processo, principalmente nessa região, até

1975. Contudo não nos iludamos quanto aos motivos que movem esse processo de urbanização. Como sabemos é costume dos governos ditatoriais desviarem a atenção do povo com políticas que propõem a valorização do progresso e enaltecem o solo sagrado que deve ser a todo custo, inclusive com nossas próprias vidas, protegido.

O exército é o componente do sistema que será responsável com a sua Infantaria de Selva, por vigiar e proteger as regiões de fronteira e com essa licença para tal objetivo impetrará ações que muitas vezes vão contra os direitos dos cidadãos. Todavia, apoiado pelos governos federal e estadual não há nada que o impeça de realizar as mais diferentes e perversas missões.

E é dessa maneira que o Alto do Bode, que agora agregava também outras pessoas que não compactuavam com os princípios de convivência ali estabelecidos, e mesmo assim era ainda reconhecido como um bairro modelo tornou-se, na cidade de Porto Velho, um alvo para o Governo de Aluizio Ferreira e outros que há muito tencionavam desarticular e acabar com aquele gueto de resistência. Era a hora e a vez de se livrar de um bairro emblemático que ao existir expunha a fragilidade do governo e incentivava uma cultura e um modo de viver autônomos.

Os interesses do governo do Território Federal do Guaporé, em nenhum momento coincidiam com os dos moradores do bairro, que também não contavam com a maioria de simpatizantes nativos e assim, como os interesses eram de toda monta bastante divergentes, a comunidade acabou sendo segregada em nome do bem estar da elite local e em nome da urbanização/modernização da cidade.

No final do século XIX e início do XX, a teoria dos miasmas é difundida e defendia dentro de um quadro de cientificidade que os solos habitados, sobretudo, pelas populações pobres que moravam nos centros urbanos, estavam impregnados de doenças e emanavam cheiros nocivos à população ordeira, trabalhadora e limpa. Sanear, embelezar e afastar as populações pobres dos centros da cidade torna-se o grande desafio para os urbanistas e sanitaristas do início do século passado.

Transformar os centros urbanos em locais agradáveis, habitáveis e salubres incidia em formações de discursos e diagnósticos que sempre indicavam a população de baixa renda e moradora dos cortiços e de bairros dos centros das cidades como seres de hábitos nocivos e bastante contagiosos para a alta

sociedade. Retirar essa população desses espaços centrais e levá-los para periferia em construção significava conter as epidemias e os vícios de todos os tipos.

Nesse cenário, a Porto Velho em construção do início do século XX, não seria diferente, pois carregava no discurso dos administradores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, os elementos de ordem, progresso, trabalho, limpeza, civilização dentre outros, no sentido de garantir o espaço em construção em algo acolhedor. Chalhoub (2006, p. 52) ilustra bem isso quando analisa a malha urbana no segundo reinado no Brasil:

[...] a prestigiosa Ciência dos higienistas parecia legitimar as pretensões dos empresários ao insistir na necessidade de uma terapia radical no centro da cidade, e ao enfatizar sempre que a destruição das moradias consideradas insalubres e a diminuição da aglomeração de pessoas naquela área eram os dois motes essenciais de tal terapia.

A intenção daqueles que administravam a E.F.M.M. era afinar um discurso que advindo da medicina, pudesse alterar os hábitos de uma Porto Velho invisível e dos munições e aos poucos ir transformando esse espaço e seus moradores em pessoas ordeiras e de hábitos saudáveis e mais próximos da classe dominante. Porém, a Porto Velho que emergia fora do espaço privado da cidade estava longe de se submeter aos hábitos que a vida moderna ditava, sobretudo ao do trabalho.

Urbanizar seguindo os discursos sanitaristas significava aos olhos do capital instaurar definitivamente o progresso e impor a ordem através das mudanças saudáveis ao cenário da classe trabalhadora. Exterminar o ócio e trazer os transgressores a consciência de que só com hábitos saudáveis eles sairiam da condição de miseráveis para a condição de trabalhadores e sadios.

Como nos diz Chalhoub (2006, p. 29):

As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa.: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres

permanecessem expostas aos vícios de seus pais. Assim, na própria discussão sobre a repressão à ociosidade, de que temos citado, a estratégia de combate ao problema é geralmente apresentada como consistindo em duas etapas: mais imediatamente, caba reprimir os supostos hábitos de não-trabalho dos adultos; a mais longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores.

Nessa perspectiva discursiva, o projeto de urbanização no âmbito da modernidade acabou ampliando a pobreza ao dividi-la em duas categorias: a digna e a viciosa. A primeira sadia e exemplo de modelo nos discursos capitalistas, uma vez que era representada pelas famílias de trabalhadores pobres e docilizados que labutavam para manter os filhos nas escolas, tinham hábitos saudáveis e disciplinares no campo do trabalho.

A pobreza viciosa era representada pelos ditos transgressores ou mais precisamente pelos vagabundos e vadios originados do processo de segregação imposto pelo projeto de modernidade urbana. Esse modelo de pobreza deveria ser severamente combatido com medidas saneadoras objetivando a ordem, o progresso, a paz familiar e a garantia de disciplina. O grande dilema oriundo da pobreza viciosa era o de transformar o vício em virtude.

Perceber os espaços em construção na cidade de Porto Velho que se desejava e a que ia se construindo gerava um grau de dificuldade extrema para os administradores, pois aqui a pobreza viciosa insistia em predominar e afastava a possibilidade de triunfo da lógica capitalista de formar os ociosos em trabalhadores eficientes, passivos e disciplinados.

Será justamente seguindo os caminhos dos discursos construídos e alinhados de acordo com o capital, que algumas práticas como frisar os hábitos de higiene, impor a disciplina e respeito em sala de aula foram efetivadas e ganharam relevância nos espaços educacionais das professoras negras descendentes de barbadianos em Porto Velho do início do século XX.

Revisitando, ainda, o tema do processo de urbanização, podemos acrescentar que um dos objetivos era a de instaurar novos cenários em velhas cidades e aproveitar as que estavam em processo de construção e inserí-las nesse novo contexto. O novo design para construção de cidades que estariam em pleno desenvolvimento, nesse caso, Porto Velho com a Ferrovia Madeira-Mamoré, não comportava literalmente altos e baixos, pois a padronização exigia uma cidade

linear, com espaços devidamente projetados e uma infra-estrutura mínima para os moradores.

Sendo assim, Porto Velho já comportava parte desse projeto, vez que já tinha sido construído o bairro Caiari, bairro operário caracterizado pela padronização e que fazia parte da cidade *in* no espaço privado da ferrovia. O restante da cidade, então, deveria se enquadrar nos três pilares da modernização, a saber: a higienização, o embelezamento e a racionalização que marcavam as cidades da Europa no século XIX. Nesse novo modelo de cidade, onde tudo obedecia a um padrão, ficava mais fácil efetivar normas disciplinares com funções de ordenar, regular e punir.

Ficava cada vez mais claro que o morro do Alto do Bode, embora organizado, impedia o projeto do governo porque tinha geograficamente uma localização que atrapalhava a ideia do processo de urbanização para aquela área. Mesmo dentro do espaço dos catebas, o morro vai receber o mesmo tratamento dado ao primeiro bairro construído fora do espaço da ferrovia que era o Mocambo.

Os bairros antagônicos viviam agora o mesmo dilema, a tentativa de serem invisibilizados. O primeiro, o Alto do Bode, porque na transição da década de 60 para 70 com a visível abertura do Brasil para a entrada do capital estrangeiro e com a ascensão da indústria de automóveis as ferrovias saíam de cena para dar lugar as rodovias, conseqüentemente não havendo mais ferrovias não se necessitava mais de ferroviários nem tampouco de um bairro habitados por eles; o segundo, o Mocambo, representava a transgressão, a desordem e o caos social, visto que era composto por todo tipo de excluídos, logo não se inseria no projeto de urbanização. Só restava aos dois bairros serem apagados do mapa de Porto Velho.

É certo que remodelar, destruir ou apagar bairros ou cidades não é uma tarefa assim tão fácil. As cidades têm suas histórias, seus cheiros e suas memórias. No caso do Alto do Bode, o bairro tinha arquitetura e comportamento de uma pequena cidade, dentro de outra que se constituía no espaço privado da ferrovia e ainda dentro de outra que era Porto Velho. Comprova-se assim uma velha afirmativa de que as cidades sempre terão dupla face.

Ítalo Calvino em *As cidades Invisíveis* (2002), aborda a temática de como as cidades podem nos marcar enquanto viajantes e visitantes, posto que quem viaja tem uma visão não padrão, ou seja, contrária a de quem administra e pensa nelas como territórios anexados a sua fortuna. A obra, de modo muito particular, trabalha

as relações de sentido através de símbolos, objetos, sensações, as caracterizações de cidades como as contínuas e as ocultas. No entanto, o que mais aparece no texto de Calvino são as relações de cidade e memória. O que elas representam e como marcam nossa memória por detalhes ainda não vistos nem sentidos pelos outros. Todos têm uma percepção muito íntima do que contêm e significam até mesmo o vazio das cidades.

#### **4.2 A TENTATIVA DO PROCESSO DE INVISIBILIZAÇÃO DO ALTO DO BODE**

O Barbadian Town começou a sofrer o processo de destruição em 1943 e foi totalmente destruído no final da década de 60, e dessa forma acabou sujeitando seus antigos moradores a situações difíceis, pois os mesmos se viram obrigados a migrar forçosamente para outros bairros ou espaços. Muitos inclusive, observando e tomando consciência de como o poder público os tratava, decidiram mudar-se bem antes do que foi designado por “despejo geral” conduzido de forma desastrosa e desonrosa, em um total desrespeito à condição humana e de cidadania, pelos militares do 5º Batalhão de Engenharia e Construção.



Foto 03: Destruição dos morros do centro da cidade pelo 5º BEC – Década de 60  
Fonte: Acervo do Centro de Documentação do Estado

A destruição do morro foi ponto pacífico e não se admitiu nem protestos nem reivindicações. Era como se aquele lugar nunca tivesse sido habitado por ninguém e não fizesse parte da cultura da cidade; a intenção, fica muito claro, era a do apagamento da história dos habitantes daquele morro. No entanto, destruídos/destituídos dos seus bens materiais, sobrava-lhes o orgulho de homens dignos e que tinham um pensamento sólido em relação a sua formação e a de seus descendentes.

Assim, é bom registrarmos que antevendo, talvez, a possível derrubada do morro, os barbadianos já percebendo o crescimento e o desenvolvimento da cidade, foram paulatinamente matriculando os seus filhos nas escolas públicas ou com professores particulares, sem, contanto, perderem as marcas da trajetória dos antepassados, ou seja, perseveraram na ideia de desenvolver uma base educacional paralela ao conservarem o hábito de falar e ensinar a língua inglesa aos filhos, ensinar a música e outras artes, além do infalível chá das cinco.

O desaparecimento do Alto do Bode causou decepção a uns e plena felicidade a outros. Os nativos que estiveram sempre à margem da assim chamada república de Barbados em terras brasileiras achavam justo que o morro fosse retirado e que os negros fossem habitar em outros lugares da cidade.

O morro, como já dissemos, sofreu um despejo geral, porém alguns moradores e agora outros chegados tentaram por duas vezes voltar e habitar novamente o espaço. Foi então que em uma atitude definitiva o 5º Batalhão de Infantaria de Selva retirou todos os moradores e passaram os tratores de forma que onde antes era uma colina que abrigava homens, seus costumes e suas histórias, agora era, geograficamente falando, apenas um solo plano.

Ao serem expulsos do morro, segundo o depoimento de uma das filhas da professora Margarida, ocuparam o espaço onde hoje se situa o Ginásio Cláudio Coutinho e a vila militar na divisa do bairro Olaria e da Arigolândia. Porém, pouco tempo após terem mais uma vez se estabelecido, por uma ordem do governo foram novamente retirados e desta feita tiveram que se mudar para a região mais distante da central. Como as cidades tendem a crescer, e de fato Porto Velho cresceu muito, hoje a maioria das famílias mais antigas dos barbadianos continua a morar na região central da cidade onde está localizada a maior parte das igrejas protestantes mais antigas.

O Alto do Bode desapareceu na sua forma de existência física, porém ficou ainda mais vivo como um ícone de um povo e sua cultura ali construída e preservada. O que intentava a maioria dos governos e prefeitos que passaram pela administração do Território Federal do Guaporé e da cidade de Porto Velho, que era não deixar pistas do local de moradia dessa comunidade e tentando apagar lugares, pensavam apagar a memória, resultou em um grande engano, pois as memórias dos sujeitos não podem ser apagadas jamais. A lembrança não é apagada apenas porque o outro exige se assim o fosse ela não seria a resistência e a sobrevivência do passado.

A luta pela anexação de territórios desde a antiguidade, vide império romano, traz na sua esteira a tentativa de apagamento de cidades, monumentos, culturas e histórias. O tempo e a história têm provado que isso não acontece. A História é a memória e como tal não se perde posto que o que é do domínio individual o é também do coletivo. Sendo assim, tudo o que pretensamente se pensa em apagar é o que termina sobressaindo sobremaneira aos olhos do mundo.

Há marcas que o tempo não vence e o espaço guarda. Referimo-nos aqui a marca registrada, entre outras, do povo barbadiano, que é a Escola dos negros, ou dos categas, ou mesmo dos barbadianos, não importa quantas denominações ela tenha. Importa a referência em que se constituiu e a função social e socializadora que exerceu em um espaço histórico, geográfico, cultural, tão importante para a compreensão da história da educação em Porto Velho, mas totalmente marcado pelas interdições.

Afirmamos que é importante porque em Porto Velho, a escola dos brancos, traduzindo numa oposição direta branco/negro, tem em sua origem, a voz e a presença das concepções e dos métodos da educação dos negros – ainda que essa origem tenha sido interdita por histórias oficiais, pela história tradicional e principalmente pela história das continuidades.

A história da escola (in) visível dos barbadianos, paradoxalmente, não foi vista como espetáculo, mas no exercício concreto, singular e modificador de conceitos, atitudes e situações. A escola cuja existência física não existiu, funcionou como móvel, mas tudo que fez tornou-se concreto. O abstrato agora era sinônimo de palpável.

Os governantes e o poder local, em geral, pensavam que a derrubada do morro ressoaria como a derrocada de tudo o que foram e viveram os barbadianos,

que tal evento os alijaria, quem sabe, da participação como protagonistas e talvez figurassem apenas como coadjuvantes nesse espetáculo trágico. Há, porém, espaços que são diferentes e se destinam a guardar marcas, processos e fenômenos de naturezas diversas.

Gilles Deleuze e Félix Guattari na obra *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (2002), apresentam um texto cujo título é “O Liso e o Estriado”. Os autores têm como primeira preocupação no texto dizer que os espaços embora comportem acontecimentos intrinsecamente relacionados, não são da mesma natureza e que é necessário estabelecer uma distinção/oposição entre os dois. Deve-se marcar ainda uma diferença na forma complexa de como um pode conter o outro em alguns aspectos e se afastar completamente em outros. Porém, fazem questão de ressaltar que:

Outras vezes devemos lembrar que os dois espaços só existem de fato graças às misturas entre si: o espaço liso não pára de ser traduzido, transvertido num espaço estriado; o espaço estriado é constantemente revertido, devolvido a um espaço liso. (DELLEUZE & GUATTARI, 2002, p.180)

Os autores não conceituam imediatamente o espaço liso e o estriado, dada a relativização que pode acontecer na relação entre ambos, mas ao longo do texto vai trabalhando a conceituação pelas diversas áreas do conhecimento no que vai intitulando de modelo tecnológico, musical, marítimo, matemático, físico e modelo estético: a arte nômade, começando a partir dessas denominações a explicitar com exemplos bastante visualizáveis e concretos o que representa para cada uma das áreas, a noção do que é espaço liso e do que é espaço estriado.

No dizer de Deleuze e Guattari (2002, p. 183), Pierre Boulez foi o primeiro a observar e desenvolver, no campo da música, um montante de oposições simples e de complexas diferenças e criou os conceitos e os termos liso e estriado e afirmou que: “num espaço-tempo liso ocupa-se sem contar, ao passo que num espaço-tempo estriado conta-se a fim de ocupar” e o disse em relação à música tornando visível a diferença entre multiplicidades métricas e não métricas, entre espaços tidos como direcionais e dimensionais.

À medida que o texto avança os autores vão definindo e exemplificando, segundo as áreas do conhecimento, a forma que os espaços, liso e estriado, podem ser percebidos. Uma das definições está contida no modelo marítimo:

O espaço liso é ocupado por acontecimentos ou *hacceidades*, muito mais do que por coisas formadas e percebidas. É um espaço de afectos, mais que de propriedade. É uma percepção *háptica*, mais do que óptica. Enquanto no espaço estriado as formas organizam uma matéria, no liso materiais assinalam forças ou lhes servem de sintomas. É um espaço intensivo, mais do que extensivo, de distâncias e não de medidas. (DELLEUZE & GUATTARI, 2002, p.185)

Ainda que os espaços lisos e estriados tenham tantos conceitos e exemplos e sejam valorosamente expostos por Deleuze e Guattari conforme as áreas que abordam, é salutar que busquemos também a inserção desses conceitos em áreas como a Literatura e em trabalhos como *O Lugar Teórico do Espaço Ficcional* nos Estudos Literários de Marisa Gama-Khalil, em que autora alia a teoria de Deleuze e Guattari às teorias foucaultianas das heterotopias e utopias. No texto em destaque Gama-Khalil discorre sobre a teoria dos autores e expõe sua compreensão de espaço liso, vejamos:

O espaço liso é representado como peregrino, construindo-se enquanto superfície que pode proliferar em múltiplas direções. Ele é composto por elementos intrínsecos entre si e ao mesmo tempo completamente heterogêneos. A elaboração do espaço liso desencadeia uma propagação descentrada, que se caracteriza por metamorfoses contínuas, desencadeando uma rede complexa de linhas. O implexo de superfícies, linhas e fluxos do espaço liso remetem à ideia de espaço heterotópico proposta por Foucault. (GAMA-KHALIL, 2010, p. 213-235)

Quanto ao espaço estriado a autora em questão compreende da seguinte forma:

O espaço estriado, ao contrário, é instituído a partir das sedimentações históricas; ele se constrói linear e organizadamente, e, nesse sentido, pode ser associado ao espaço da utopia proposto por Foucault. No estriamento, existe a coordenação das linhas e dos planos, indicando a normatização vida e a classificação de funções e lugares dos sujeitos que nele se encontram inseridos. Deleuze e Guattari advertem que nenhum espaço é indefinidamente liso ou estriado. Os espaços, dependendo das posições ocupadas pelos sujeitos, tendem a revezar-se também. (GAMA-KHALIL, M. M. Revista da ANPOLL (Impresso), v. 28, p. 213-235, 2010)

A teoria de Deleuze e Guattari, bem como a compreensão e definição de Gama-Khalil, nos ajudam a pensar como o espaço liso e o estriado podem ser

vislumbrados na perspectiva da escola e do morro do Alto do Bode.

Ao nos referirmos ao espaço estriado como o da regularização, da normatização, dos aspectos e das linhas uniformes e uniformizadoras, e conseqüentemente tendendo para a estática, percebemos de imediato, pelo mecanismo da oposição, que o espaço liso é o do descentramento, da multiplicidade de linhas, de direções, logo tendendo à mobilidade.

A escola muito facilmente tende a ser vista e associada como espaço de regularização e regularidades. A classificação, organização, normatização e a linearidade terminam por confinar os sujeitos a mundos diferentes e separados, mesmo dentro de um espaço único. Logo a vivência e a construção das relações sociais e de aprendizagem ficam distanciadas e impraticáveis, e quando praticadas se restringem a aspectos banais.

Dessa forma a escola fica dividida em territórios e agrupamento de sujeitos que tem como escudo o discurso da liberdade de pensamento e ação, mas interditam quase sempre aqueles que se posicionam contrariamente aos seus interesses. É fato que esse pensamento de considerar a escola distante das relações sociais tem se configurado em práticas vigentes em quase todos os tempos e lugares, confirmando que a manutenção desse comportamento padrão serve para que a partir do espaço se redefinida toda uma rede de relações contidas na escola.

Os distanciamentos não se dão apenas a partir do espaço, seja ele liso ou estriado, pois o texto aponta por vezes o entrelaçamento entre espaços lisos e estriados e um se constituindo a partir do outro ou simultaneamente, vejamos:

Seria preciso levar em conta ainda outros espaços: o espaço esburacado, a maneira pela qual comunica de modo diferente com o liso e o estriado. Mas justamente, o que nos interessa são as passagens e as combinações, nas operações de estriagem, de alisamento. Como o espaço é constantemente estriado sob a coação de forças que nele se exercem: mas também como ele desenvolve outras forças e secreta novos espaços lisos através da estriagem. Mesmo a cidade mais estriada secreta espaços lisos: habitar a cidade como nômade ou troglodita. Às vezes bastam movimentos, de velocidade ou lentidão, para recriar um espaço liso. Evidentemente, os espaços lisos por si só não são liberadores. Mas é neles que a luta muda, se desloca, e que a vida reconstitui seus desafios, afronta novos obstáculos, inventa novos andamentos, modifica os adversários. Jamais acreditar que um espaço liso basta para nos salvar. (DELEUZE & GUATTARI, 2002, p. 214)

O espaço do morro do Alto do Bode e o espaço da escola dos categas podem ser lidos e entendidos a partir das noções de espaço liso e estriado. Para chegarmos ao morro e conseqüentemente na escola é necessário que pensemos numa organização de espaços que estão contidos ou sobrepostos em outros.

Inicialmente em Porto Velho os espaços já se dividiam em dentro e fora da ferrovia, em organizado e funcional e em desorganizado e marginal. A cidade in era dessa forma um espaço estriado e a cidade out um espaço liso.

Acontece que na sucessão dos fatos os espaços sofreram modificações e deslocamentos. Sendo assim, o Alto do Bode que antes era considerado como estriado, em função da sistematização e organização, passa a ser liso porque constrói uma escola que não se identifica com a ordinaridade do mundo. É criativa e capaz de lidar com os interesses do grupo que a compõe. O que nos surpreende é que pensamos as escolas, quase sempre, como espaços estriados, tão acostumados estamos ao fenômeno da ordem, embora saibamos que elas poderiam ser por excelência espaços lisos. A escola dos categas fundia ao mesmo tempo o espaço liso e o estriado, era sistemática, mas versátil e criativa e acima de tudo móvel. A mobilidade, que normalmente pode enfraquecer e fazer desaparecer algumas práticas, nesse caso fortalecia cada vez mais a existência da escola.

O espaço do morro, visto de fora pelos governantes, dava margem a duas interpretações; a primeira era a do morro enquanto estriado e que representava toda organização e dinâmica que os mandatários não conseguiram imprimir no restante da cidade; a segunda, como espaço liso e criativo em que emanava ideias capazes de influenciar o resto da população.

Podemos perguntar qual dessas duas interpretações falou mais alto aos governantes para que eles decidissem pelo aniquilamento total do morro e tudo que ele representava. Terá sido a noção do espaço do morro enquanto liso ou enquanto estriado?

É possível analisarmos partindo do pressuposto de que ao permitirem e destinarem aos barbadianos um espaço que foi transformado em bairro aconteceu primeiramente o estriamento: o espaço foi regularizado, normatizado. Ao observarem durante algum tempo os barbadianos, as autoridades de então, perceberam que o bairro se colocava agora como um espaço capaz de incentivar, criar, educar, e não necessariamente depender de sua permissão para o exercício

da cidadania, conquistada duramente nessa terra, o espaço agora era liso, o morro conquistara autonomia.

O que fazer então com um espaço e um povo que aprendera a lutar pelos seus direitos, principalmente pelo direito inalienável à educação?

O apagamento físico e geográfico e a interdição de um espaço histórico e cultural foi uma das formas encontradas para suprimir a existência e a história desses atores que aqui permaneceram mesmo após o encerramento do último ato.

Conviver hoje com a invisibilidade geográfica é conviver com a visibilidade histórica; daquele não-lugar, o morro invisível, emerge um morro visível trazendo consigo rostos, vozes e memórias.

As memórias narrativas alimentam e são testemunhas da existência quando tornam visível, cada vez mais, aquilo que supostamente se quer invisibilizar, ou seja, quanto mais eu ouço, tanto mais eu vejo. Vejo de todas as formas e com todos os sentidos que habitam em mim. A memória é um canto de consciência e os cantos das professoras fazem coro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No apagar das luzes o espetáculo continua.

Ao término de um trabalho tem-se a impressão e logo depois a certeza que muito faltou dizer. Embora as etapas da pesquisa, a convivência com o tema e a análise dure longo tempo, mesmo assim o nosso olhar, por mais minucioso que seja não consegue perceber todos os detalhes, nem todas as nuances, principalmente quando o tema é a memória com suas tramas e seus meandros.

A ideia do objeto de duplas faces e os processos sociais entrecruzados causa a imensa e exata sensação de que quanto mais olhamos, mais se pode olhar por outros vieses. É necessário dizer que os resultados a que se chega relacionam-se diretamente ao lugar de onde se olha e à formação de quem olha. Portanto, procuro evidenciar ao longo do texto que tento fazer uma incursão pelos terrenos da história e da geografia, aliás, difícilíssima, como alguém que não tem uma formação mais específica.

Sendo assim, deixo claro que no contexto da pesquisa não poderia me furtar ao fato de que as análises requeriam que todos os componentes apresentados nas memórias das professoras fossem contemplados na sua forma de contribuição.

Falar da constituição dos espaços amazônicos, desde a sua ocupação e exploração até a construção das cidades e de como elas foram criando a sua dinâmica social fez parte da nossa investigação na tentativa de situar o leitor quanto ao universo em que os atores estavam inseridos.

O advento da construção da Madeira-Mamoré, em Porto Velho, e todo mito que se criou em torno dela termina dando visibilidade ao lugar e fazendo com que o cenário disposto mostre o que era ser e viver naquelas paragens.

A divisão geográfica e social dos espaços “in” e “out” e todo tipo de segregação vivenciada pelos barbadianos mostram a luta dormente a dormente para poderem se sentir como fazendo parte de uma comunidade e resguardar os seus princípios, atitudes e valores que lhes eram tão caros como o educacional e o cultural.

A crença e a concepção de que tinham da educação como um valor fez com esses atores, chamados também categas, erradicassem, apesar das críticas dos mundiças, em seu bairro/gueto o índice de analfabetismo a zero.

As professoras Rosa, Margarida e Violeta pertenceram ao contexto de uma escola não institucionalizada, móvel e até certo ponto teatral, pois, como afirma Rosa “a escola era que nem circo, ia em todos os lugares”.

Ao se tornarem professoras, primeiro entre seus pares e depois nas escolas oficiais, elas nunca esqueceram, segundo suas memórias, da formação e da oportunidade de no âmbito da escola também fazerem escolhas.

A aprendizagem em frente ao espelho que não reflete a sua imagem e sim outra bem diferente, como era a imagem da vida e da pouca escolarização dos mundiças, não deve ter sido fácil, para os categas, mas foi com certeza riquíssima, pois na convivência com o outro supostamente se aprende aquilo que há de melhor nele e se valoriza mais ainda o que se tem. Nesse caso, os categas tinham refletido no espelho, um bem maior, a escola.

Vencidos os obstáculos da convivência inicial com os nativos os barbadianos organizaram o espaço do morro do Alto do Bode e procuraram manter numa postura de cordialidade sem intimidade mesmo com outros trabalhadores estrangeiros que habitavam no espaço da ferrovia.

Manter as tradições, os costumes, a cultura, era uma preocupação constante do grupo, em função disso, procuravam fazer teatro e investiam também no canto mesmo que fosse para apresentar peças de cunho religioso.

Os primeiros descendentes dos barbadianos cresceram no Alto do Bode com posturas e costumes que demonstravam a marca da colonização inglesa e o apego ao mundo do trabalho.

Os barbadianos não se descuidavam em hipótese alguma com os cuidados em relação à saúde, pois os mais velhos até certo tempo mantiveram a esperança de um dia voltarem para suas terras e a preocupação em não levarem doenças; e os mais novos disciplinados pela noção do corpo enquanto objeto sagrado procuravam não cometer excessos tampouco ser acometidos por outras doenças, já bastava a malária. Dessa forma os moradores do bairro tinham a preocupação de sanear-lo terapeuticamente e moralmente.

A expulsão do Alto do bode depois de terem construídos suas vidas, famílias e amigos, bem como sair das proximidades do local de trabalho que lhes era muito significativo foi um golpe duro de assimilar. Sabiam que ao destruir o morro o governo estava dizendo ter vencido os estrangeiros negros que além de tudo eram instruídos, organizaram uma escola e falavam uma língua, que aos nativos e ao

poder soava como uma ofensa.

Ao saírem do morro em 1943, quando coincidentemente as terras ganham o status de território Federal do Guaporé, os barbadianos não admitiram ficar em espaços dispersos, procuraram novamente se agrupar para manter vivo o sentido da existência, de ter referências.

Antes de tudo, a investigação pretendia contribuir com o desvelamento do tema sobre a escola. Com a sua realização efetivamente percebi que não fora o que acontecera. Desta feita, voltei-me novamente para os dados e procurei as marcas do que tinha sido mais significativo para elas. A escola está entre os temas mais recorrentes, mas não é o principal. O que renasce das memórias das professoras são os seus desejos enquanto mulheres com responsabilidade naquele social, mas substancialmente com sonhos. Aparecem os desejos desse duplo que é o feminino.

As memórias se relacionam à vida em família, aos segredos de casa, as atividades domésticas e ao prazer de poder, costurar, fazer doces, fazer flores, organizar e exercer atividades culturais no grupo. Depois vem as relações afetivas, a razão, a rigidez da criação, o respeito e a memória mais dura que é a do trabalho.

É bom que lembremos que são memórias de mulheres que apresentam detalhes tão pequenos e tão significativos para sua memória individual, que assumem nas suas falas pertencerem a uma categoria de gênero, por isso às vezes um tom confidencial e de cumplicidade com o interlocutor.

Lembremos também que essas mesmas mulheres demonstram em outros momentos da memória um posicionamento mais duro e mais crítico, fruto da participação e da impregnação da memória coletiva, uma pouco mais regular quanto à apresentação de alguns fenômenos.

O fato de não ter confirmado a minha hipótese de trabalho e a pesquisa não ter respondido à pergunta feita por mim, em nada desmereceu ou fragilizou as minhas intenções que foi sempre trabalhar com as memórias das professoras. Ao contrário, os autores escolhidos para a fundamentação teórica como Maurice Halbwachs (2006) e Ecléa Bosi (1994) descortinaram outras possibilidades de análise.

As contribuições da pesquisa para o entendimento do processo educacional aconteceram, podem não ter apontados aspectos por nós pensados como relevantes, mas de certo que revelaram outros como a subjetividade e os valores

presentes no ato de aprender e ensinar.

O ato de pensar o mundo como palco de grandes espetáculos faz com que as histórias do cotidiano ganhem visibilidade. As narrativas conferem ao mundo um estímulo e graça para viver. As tragédias, tão ao gosto dos ocidentais, migram em tempos e espaços diversos e o coro, sua consciência, fica repetindo para nós que as vozes devem ser ouvidas.

As luzes se apagaram ao final, a cortina baixou, mas os aplausos não vieram. Não importa. As professoras estão vivas em nós e perfumam nossa memória.

**REFERÊNCIAS**

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1998
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o*. Trad. Paulo Neves. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 – (Tópicos).
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória: ensaios de psicologia social*. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CANTANHEDE, Antônio. *Achegas para a história de Porto Velho*. Manaus: s/d., 1950.
- COMAS, Juan; LITTE, Kenneth; SHAPIRO, Harry L.; LEIRIS, Michel; LÉVI-TAUSS, Claude. *Raça e Ciência I*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- CAPELATO, Maria Helena Ramos. *O bravo matutino*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- COSTA, Marisa Vorraber. (org). *Estudos Culturais em Educação*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CRAIG, Nevil B. *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: história trágica de uma expedição*. São Paulo: Nacional, 1947.
- CRUZ, Osvaldo. *Considerações gerais sobre as condições sanitárias do Rio Madeira*. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1910. In: *Sobre o saneamento da Amazônia*. Manaus: Philipe Daou, 1972.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia - v.5*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- ELIADE, M. *Imagens e símbolos*. São Paulo; Martins fontes, 1996.

FALCON, Francisco J. Calazans. "História e Representação" In: CARDOSO, C. F., MALERBA, J.(org.). *Representações: Contribuição a um Debate Transdisciplinar*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Trad. Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FERREIRA, Hugo. *Reminiscências da MADMAMRLY e outras mais*. Porto Velho, s/d, 1969.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A Ferrovia do Diabo: história de uma Estrada de Ferro na Amazônia*. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

\_\_\_\_\_. *Nas Selvas Amazônicas*. São Paulo: Biblos, 1961.

FONSECA, Dante Ribeiro. *Estudos de História da Amazônia*. Porto Velho: Gráfica e Editora Maia, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Trad. Luíz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do Discurso*. Trad. Laura Fraga Sampaio. São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. (org) Manoel Barros da Mota; Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GAMA-KHALIL, M. M. *O lugar teórico do espaço ficcional nos estudos literários*. Revista da ANPOLL (Impresso), v. 28, p. 213-235, 2010.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Trad. Adelaine La Guardiã Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HANNOUN, Hubert. *Educação: Certezas e Apostas*. Trad. Ivone C. Benedeti. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2ª Ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HIRST, Paul. *O Capital de Marx e o Capitalismo de hoje*. Vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. 5ª Ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2003.

LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os Negros Americanos: As origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1968.

LUZURIAGA, Lorenzo. *História da Educação e da Pedagogia*. Trad. Luiz Damasco Pena e J.B. Damasco Pena. São Paulo: Editora Nacional, 1990.

MENEZES, Esron Penha. *Retalhos para a história de Rondônia*. 2ª Ed. Porto Velho: Editora Gênese, 1988.

MORAES, Raymundo. *Na Planície Amazônica*. Rio de Janeiro: Conquista. 1938.

NOGUEIRA, Júlio. *A Madeira-Mamoré*. Rio de Janeiro: Typographia do jornal do Commercio, 1913.

NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno. *Estrangeiro Negro, Sim; Mas Instruído: Um Olhar Amazônico sobre a Presença Barbadiana no Campo das Representações Sociais em Porto Velho no Início do Século XX*. In: *Saber Amazônico*. Faculdade Interamericana de Porto Velho/UNIRON, nº 1, Porto Velho: Edufro, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Construção do Espaço Social em Porto Velho na primeira metade do século XX: Um olhar através da fotografia*. Dissertação de Mestrado. Porto Velho:UNIR, 2008.

NORA, P. (Sous la direction de). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997. I.v.

PINHEIRO, Ary Tupinambá Penna. *Viver Amazônico: Amazon chronicles*. Porto velho: YPARI, 2000.

PINTO, Emanuel Pontes. Rondônia, *Evolução Histórica: a criação do Território Federal do Guaporé*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

PINTO, Emanuel Pontes. *Hidrografia do Grão-Pará a Mato Grosso: projeto de integração da Amazônia colonial entre os rios Madeira, Mamoré e Guaporé (1797-1800)*. Porto Velho: ABG Gráfica, 1998.

PORRO, Antônio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Petrópolis: Vozes, 1995.

PRADO, Eduardo Barros. *Eu vi o Amazonas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

SILVA, T. T. *Identidades terminais. As transformações na Política da Pedagogia e na Pedagogia da Política*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Contexto, 1998.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da Memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VITOR HUGO. *Os Desbravadores*. Porto Velho, 1990.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Mana vol.8 nº 01*. Rio de Janeiro: Apr. 2002.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

**ANEXO**

